UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

THAIS ALMEIDA DOS SANTOS

TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA: UM ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL DAS COMUNIDADES AGROECOLÓGICAS PERTENCENTES À COOPERATIVA MISTA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DOS CAETÉS – COOMAC (BRAGANÇA–PA)

Teresina - PI
2021

THAIS ALMEIDA DOS SANTOS

TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA: UM ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL DAS COMUNIDADES AGROECOLÓGICAS PERTENCENTES À COOPERATIVA MISTA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DOS CAETÉS – COOMAC (BRAGANÇA–PA)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, da Universidade Federal do Piauí, como requisito à obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Linha de Pesquisa: Organização e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Eulálio Gomes Campelo Filho.
Aprovada em: 27.11.2021

Teresina - PI
2021

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processos Técnicos

S237t Santos, Thais Almeida dos.
Território e desenvolvimento na Amazônia : um estudo do desenvolvimento socioespacial das comunidades agroecológicas pertencentes à Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares dos Caetés – COOMAC (Bragança–PA) / Thais Almeida dos Santos. -- 2022.
125 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Teresina, 2022.
"Orientador: Prof. Dr. Eulálio Gomes Campelo Filho."

1. Agricultura familiar – Pará. 2. Desenvolvimento socioespacial. 3. Sustentabilidade. 4. Justiça ambiental. I. Campelo Filho, Eulálio Gomes. II. Título.

CDD 338.109 811 5

Bibliotecária: Thais Vieira de Sousa Trindade - CRB3/1282

THAÍS ALMEIDA DOS SANTOS

Território e desenvolvimento na amazônia: um estudo do desenvolvimento socioespacial das comunidades agroecológicas pertencentes à cooperativa mista dos agricultores familiares dos caetés □- COOMAC (Bragança- □PA).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, da Universidade Federal do Piauí, como requisito à obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Área de Concentração: Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional.

Linha de Pesquisa: Organizações e Desenvolvimento Regional.

Orientador(a): Prof. Dr. Eulálio Gomes Campelo Filho.

Aprovada em 27 de novembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eulálio Gomes Campelo Filho (UFPI)
Orientador

Prof. Dr. Alexandre Rabelo Neto (UFPI)
Examinador Interno

Prof. Dr. Francisco de Tarso Ribeiro Caselli (UFPI)
Examinador Externo ao Programa

Dedico à minha família, por compartilhar histórias parecidas como agricultora familiar.

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto Federal de Ciência Educação e Tecnologia do Pará (IFPA), pela oportunidade concedida para realização do curso de mestrado profissional em gestão pública, ofertado pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Graças a ele, pude dar prosseguimento aos meus estudos e ampliar o alcance da pesquisa iniciada durante minha graduação em geografia, e, ainda, contribuir de forma mais frutífera no ambiente de trabalho com novos conhecimentos adquiridos.

À UFPI, pela credibilidade e confiança, as quais me permitiram concluir este trabalho. Em especial ao meu orientador Eulálio Filho, à coordenação, aos membros da banca e a todos os professores que ministraram aulas durante o curso.

Aos membros da COOMAC, pela generosidade, hospitalidade e simpatia. Pessoas acolhedoras, sem elas este trabalho não seria possível. Graças à união pude ver e compartilhar o papel da inclusão produtiva que, através da força do cooperativismo, pôde resgatar muitas famílias que antes viviam em situação de vulnerabilidade e sem perspectivas.

Ao senhor João Nelson Magalhães, por ter aceitado dar sua entrevista, pois, a partir dela, tive acesso a informações de grande importância, que contribuíram nesta pesquisa.

Aos meus colegas de sala, pela união, companheirismo e incentivo para a conclusão deste curso. Principalmente à colega Adélia, que sempre que podia me oferecia apoio, dando créditos à minha conclusão.

Aos meus familiares, meus pais, meu filho, marido e irmãos, pelo apoio dedicado, amor e crença de que conclusão deste trabalho seria possível.

Aos meus colegas de trabalho, por entender a importância desta etapa formativa, pela compreensão pelos dias que precisei ficar ausente para que pudesse me dedicar à pesquisa. Principalmente ao pró-reitor Fabrício Alho, que sempre me incentivou nesta caminhada de estudos.

RESUMO

Há um novo significado em relação sociedade-natureza na Amazônia que vem sendo moldado a partir do paradigma da sociobiossustentabilidade ambiental. Esse modelo tem sido utilizado por alguns grupos empresariais que buscam explorar os recursos da florestais de forma comercial e não predatória. Neste sentido, contam com fornecimento de matéria-prima via associações e cooperativas de agricultores familiares e/ou extrativistas, oferecendo, em contrapartida, a possibilidade de renda extra em troca dos bioativos naturais da flora regional. Baseado nesse propósito e seguindo a tendência de organização em cooperativa, surge a Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares dos Caetés (COOMAC) em Bragança (PA) que tem se inserido no comércio de óleos bruto e sementes de oleaginosas. Nesta pesquisa buscou-se analisar se essa nova dinâmica produtiva foi capaz de promover o desenvolvimento socioespacial das comunidades Cearazinho, Urupiúna e Tauari associadas à COOMAC. Em termos teóricos, o desenvolvimento socioespacial proposta por Souza (2013) permitiu verificar o nível de autonomia, de qualidade de vida e de justiça social das comunidades estudadas. Além disso, acrescentou-se no estudo a variável sustentabilidade (justiça ambiental) por corresponder ao perfil institucional e identitário da Cooperativa. Em termos de método de investigação utilizou-se o método qualitativo para aquisição e análise de dados, por meio da realização de trabalhos de campo e entrevistas semiestruturadas com os diferentes agentes envolvidos. A pesquisa mostrou, em termos de resultados, a elevação de todas as varáveis do desenvolvimento socioespacial (autonomia, qualidade de vida e justiça ambiental), além de acrescentar a justiça ambiental/sustentabilidade como elemento definidor do desenvolvimento.

Palavras-chave: COOMAC, oleaginosas, agricultura familiar, desenvolvimento socioespacial, sustentabilidade e justiça ambiental.

ABSTRACT

There is a new meaning regarding the relationship society-nature in the Amazon which has been molded from the paradigm of the sociobioenvironmental sustainability. This model has been used for some business groups that aim at the exploitation of the forest resources in a commercial and non-predatory way. In this sense, they have raw-material supply from associations or co-ops of family and/or extractive farmers offering, conversely, the possibility of extra revenue in return for the natural bioactive products of the regional flora. Based in this purpose and following the trend of organization in co-op, the mixed co-op of the Caetés family farmers – COOMAC, in Bragança (PA), emerges and it has entered the commerce of brute oils and oleaginous seeds. This research aimed at analyzing whether this new productive dynamic was able to promote the socio-spatial development in the communities Cearazinho, Urupiúna and Tauari, associated to the COOMAC. In theoretical terms, the socio-spatial development proposed by Souza (2013) allowed to verify the level of autonomy, of life quality and of social justice in the communities studied. Besides that, it was added the variable sustainability (environmental justice) to the study, for it corresponds to the Co-op's institutional and of identity profile. In terms of method of investigation, the qualitative method was used for the acquisition and data analysis, by means of field work and semi structured interviews with the different agents involved. The research showed, in terms of results, the increase of all variables of the socio-spatial development (autonomy, life quality and environmental justice), besides adding the environmental/sustainability justice as defining element of the development.

Keywords: COOMAC. Oleaginous, family agriculture, sociospatial development, sustainability and environmental justice.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPAL Comissão Econômica para América Latina

COOMAC Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares dos Caetés

COFRUTA Cooperativa de Floricultores de Abaetetuba

CT&I Ciência, Tecnologia e Inovação

DAP Declaração de Aptidão ao PRONAF

EFB Estrada de Ferro Belém-Bragança

EMATER Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural

FNDAE Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

GIZ Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit

IFPA Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

IG Indicação Geográfica

INCUBITEC Incubadora Tecnológica de Desenvolvimento e Inovação de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

INPI Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

NEA Núcleo de Estudos Agroecológicos

PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SAFs Sistemas Agroflorestais

SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

UFPI Universidade Federal do Piauí

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12

1 **DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL** **19**

1.1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL: DIFERENTES ABORDAGENS TEÓRICAS 21

1.2 DESENVOLVIMENTO, INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE 32

1.3 O DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL: UMA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO 40

1.4 O DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL: A BIOECONOMIA COMO CAMINHO DE POSSIBILIDADES 47

2 **A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA ABORDAGEM TEÓRICA** .....

3 METODOLOGIA 69

4 A COOPERATIVA COMO PROMOTORA DO DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL: A RELAÇÃO ENTRE A COOMAC E AS COMUNIDADES CEARAZINHO, URUPIÚNA E TAUARI 76

4.1 A COOMAC E A AUTONOMIA NAS COMUNIDADES CEARAZINHO, URUPIÚNA E TAUARI 82

4.2 A COOMAC E A QUALIDADE DE VIDA NAS COMUNIDADES CEARAZINHO, URUPIÚNA E TAUARI 87

4.3 A COOMAC E A JUSTIÇA SOCIAL E AMBIENTAL NAS COMUNIDADES CEARAZINHO, URUPIÚNA E TAUARI 91

CONSIDERAÇÕES FINAIS 96

REFERÊNCIAS 102

APÊNDICES 109

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturada aplicada aos cooperados da COOMAC em Bragança (PA) durante a realização da pesquisa de mestrado. 110

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturada aplicada aos dirigentes da COOMAC em Bragança (PA) durante a realização da pesquisa de mestrado. 112

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista semiestruturado aplicada a Nelson Magalhães, ex-prefeito e padre, um dos protagonistas fundamentais na criação da COOMAC em Bragança (PA), durante a realização da pesquisa de mestrado. 114

ANEXOS 116

ANEXO B - Logo da cooperativa 118

ANEXO C - Usina de extração de óleos vegetais 119

ANEXO D – Maquinário de extração de óleos vegetais 120

ANEXO E - Sementes coletadas e armazenadas na sede da cooperativa 121

ANEXO F – Produção SAFs, Comunidade do Urupiúna 122

ANEXO G – Casa de Alvenaria 123

ANEXO H – Casa de farinha simples 124

ANEXO I – Casa de estruturada.....125
ANEXO J – Cosméticos produzido pelas cooperadas.....126

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa estuda a relação entre território e desenvolvimento na Amazônia a partir do desenvolvimento socioespacial das comunidades agroecológicas Tauari, Urupiúna e Cearazinho, pertencentes à Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares dos Caetés (COOMAC), localizadas no município de Bragança-PA.

A preocupação com esse tema decorre da forma contemporânea de como a Amazônia vem sendo inserida na nova divisão internacional do trabalho. De acordo com Becker (1998), uma nova fronteira de base tecno(eco)lógica se expressa concretamente na região por meio da contradição no uso e no significado dos recursos naturais.

De um lado, verifica-se a manutenção da lógica de exploração dos recursos naturais, seguindo o velho modelo de degradação da biodiversidade, a exemplo do que existe com a siderurgia, o carvoejamento, a sojicultora etc.; por outro lado, observa-se a exploração racional dos recursos, por meio do uso de tecnologias de ponta, que permitem desenvolver - fazendo uso de ciência e tecnologia - sem degradar, uma vez que se mantém a biodiversidade e valoriza-se a preservação da sociodiversidade.

Essa análise de Becker (1998), por sua vez, exige que se considere mais profundamente o papel que a própria natureza vem assumindo no contexto da globalização. Neste sentido é que Porto-Gonçalves (2006, p. 287) entende que é de suma importância resgatar o debate acerca do controle territorial, entendido por ele "como fundamental para garantir o suprimento da demanda sempre em ascensão por recursos naturais, apesar dos avanços assinalados dos novos materiais". Como o autor destaca, apesar de todo o avanço tecnológico atual, os recursos naturais ainda continuam sendo imprescindíveis para acumulação do capital.

No caso de Bragança, Pará, *lócus* desta pesquisa, essa discussão sobre comunidade, natureza e desenvolvimento socioespacial torna-se ainda mais relevante, uma vez que o plano empírico segue uma trajetória diferente daquelas sugeridas pelas interpretações correntes sobre o tema na região. Aqui, a introdução da reflexão agroecológica no interior das comunidades se deu por meio de um projeto social da Igreja Católica que, durante a Campanha da Fraternidade de 2007, com o tema Fraternidade e Amazônia, buscou promover a organização social de comunidades no município em termos de cooperativa, a fim de garantir a sua autonomia organizativa e o seu desenvolvimento econômico com preservação ambiental.

Com esse objetivo, a Cáritas Diocesana de Bragança, por meio de seu coordenador, o Pe. João Nelson Pereira Magalhães, passou a fazer a articulação junto às comunidades, no sentido de propor alternativas de produção mais sustentáveis, por meio do aproveitamento dos recursos naturais oferecidos pela natureza no próprio lugar. Paralelamente a isso, a entidade passou a buscar parceiros e empresas que pudessem adquirir esses recursos coletados pelas comunidades. Assim foi que se estabeleceu a primeira parceria entre a Cáritas e a GIZ (Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social). Essa instituição tem como objetivo fortalecer entidades parcerias que influenciem as políticas públicas para a melhoria da situação social do campesinato na Amazônia, bem como promover um modelo ecologicamente sustentável, economicamente viável e socialmente justo (HERNANDEZ; ROEHRKASTEN, 2011)

Durante o processo de criação da cooperativa, além dos objetivos citados, ainda se fez necessária a definição de algumas metas a serem alcançadas junto às comunidades a fim de fortalecer seu funcionamento e permitir o desenvolvimento de sua estrutura organizacional, assim temos: a) possibilitar troca de experiências e diálogo de saberes entre diferentes cooperativas do Estado do Pará; b) promover parceria público-privada de modo que se tenham recursos necessários à melhoria da produção, seja no aspecto da tecnologia ou da profissionalização dos cooperados; c) garantir maiores avanços na qualidade de vida do trabalhador rural através da superação da pobreza e de uma relação não predatória com a natureza; d) lutar para que os agricultores e agricultoras continuem nas suas terras e vejam nela uma possibilidade de obtenção de renda e trabalho; e) promover a recuperação/reflorestamento das matas ciliares, de modo a garantir os estoques e recursos hídricos e florestais; f) construir uma usina de extração de óleos vegetais na região de abrangência da cooperativa[1].

A relação entre desenvolvimento e território tem sido vista na Amazônia, conforme a perspectiva do vetor técnico-industrial e do vetor tecnoecológico (BECKER, 1998). Essa mesma autora considera que ainda será necessário realizar uma verdadeira revolução biotecnológica na região amazônica, uma vez que, historicamente, principalmente depois da década de 1970, ela tem sido incorporada como uma fronteira econômica de um modelo de desenvolvimento pensado a partir da industrialização e cujo epicentro do país é a região Sudeste (BECKER; STENNER, 2015). Assim, tal revolução passa por investimentos

1 Ver: https://www.youtube.com/watch?v=duAv7voUWmY.

massivos em ciência e tecnologia de modo que haja uma forte agregação de valor aos produtos da floresta, evitando-se, assim, o erro que foi cometido com a extração da borracha, em que os verdadeiros benefícios da produção ocorreram fora do país, principalmente na Inglaterra. Em substituição ao antigo, volta-se para um modelo desenvolvimento constituído sob o viés da C/T&I, de forma a estabelecer e induzir novas ações de valorização da preservação do patrimônio natural em que os produtos da biodiversidade passam a ser aproveitados de maneira racional e equilibrada, tendo como suporte serviços avançados integrados a uma infraestrutura moderna (BECKER; STENNER, 2015).

De forma semelhante a Becker e Stenner (2015), Porto-Gonçalves (2015) afirma que se vive um novo espaço-tempo de ressignificação da natureza, que escapara à visão dos planejadores e ideólogos do período militar (1964-1985). Trata-se da emergência da revolução (nas relações sociais e de poder), tecnológica (biotecnológica, dentre elas), com forte papel do movimento ecológico, que constituiu o que denomina de "vetor ecológico da nova geopolítica mundial" (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 82).

De acordo com Porto-Gonçalves (2015), novos e contraditórios interesses têm se projetado sobre a natureza e mais ainda sobre a Amazônia. Os interesses dos madeireiros e dos pecuaristas sobre o destino da floresta não é o mesmo da empresa de engenharia genética que trabalha com a venda de cosméticos naturais. Ainda, segundo esse autor, a Amazônia é uma região que abriga variadas linhas de interesses, que em parte se justifica por "todo um conjunto de obras de infraestrutura (portos, rodovias, hidrelétricas) que abrem a região a esse novo padrão de (des)envolvimento" (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 82).

Diferente de Becker (2015), que entende que é necessário realizar uma revolução biotecnológica na Amazônia, por meio da ação do Estado e de grupos econômicos, Porto-Gonçalves (2015, p. 84) acredita na possibilidade, atualmente, de juntar os "valores da tradição com o que se chama modernidade". Para ele, devem ser respeitadas as diferenças dos povos com suas matrizes racionais próprias, o que permite que seja realizado um diálogo possível, capaz de superar as históricas assimetrias de poder. Qualquer discussão sobre soberania na Amazônia deve, segundo ele, reconhecer os direitos dos povos indígenas e dos camponeses que têm habitado a região.

Diferente das comunidades tradicionais[2], referência central para aqueles que pensam a racionalidade ambiental, os agricultores familiares[3] da região bragantina[4] têm sua história

2 O termo populações tradicionais é entendido no sentido de Diegues (2004) como comunidades de pequenos produtores constituídos no Brasil no período colonial, nas fendas da monocultura e dos grandes ciclos

relacionada à ocupação dessa região no final do século XIX: "são os descendentes da primeira fronteira agrícola do Pará" (CONCEIÇÃO, 2002). Portanto, não devem ser interpretados como pertencentes às comunidades tradicionais da Amazônia.

Como mostrou Hurtienne (2001), nas leituras convencionais, os camponeses da região bragantina são vistos como agricultores itinerantes (*shifting cultivation*), que mantêm o uso de técnicas de produção rudimentares, corte e queima (desmatamento) e que, num contexto de grande crescimento demográfico, acabam pressionando o solo de uma forma tão intensa que o leva, num prazo reduzido, ao esgotamento, o que é ambientalmente insustentável, ao contrário do que se tem observado junto aos agricultores da COOMAC na atualidade.

Sá et al. (2018), em pesquisa realizada em 11 municípios do Nordeste paraense acerca da produção agroecológica e orgânica, apontam para as transformações produtivas existentes nessa área, especialmente pela influência de instituições e núcleo de pesquisa e extensão que nela atuam, dentre as quais, os NEA da Universidade Federal do Pará (NEA Ajuri); da Universidade Federal Rural da Amazônia (NEA Capitão Poço, Paragominas e Tomé-Açu); do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (NEA Campus Castanhal); e da Embrapa Amazônia Oriental (NEA Puxirum).

Como resultado do diálogo estabelecido entre essas instituições e os movimentos sociais e organizações que atuam na produção orgânica e agroecológica no Nordeste paraense (na rota 1: Castanhal, Igarapé-Açu, Bragança, Santa Luzia do Pará, Capitão-Poço, Garrafão do Norte e Irituia, e na rota 2: Acará, Tomé-Açu, Ipixuna do Pará e Irituia) tem-se observado que a expansão do movimento agroecológico no Pará foi sendo favorecida graças ao aumento

---

econômicos. Essas populações apresentam relativo isolamento, o que lhes permitiu que desenvolvessem modos de vida peculiares, grande dependência dos ciclos naturais, conhecimento profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos e uma linguagem específica. Embora em determinado momento do texto, o autor considere que as populações e culturas tradicionais não indígenas (lembro que os indígenas também são considerados por ele como tradicionais) são, em geral, consideradas como camponeses - fruto de intensa miscigenação entre o branco colonizador, especialmente o português, as populações indígenas nativas e os negros - nos exemplos e argumentos que apresenta acaba enfatizando caiçaras, caipiras, vargeiros, comunidades pantaneiras e ribeirinhas, pescadores artesanais etc.

3 Esse termo, de maneira geral, é utilizado para designar um modo de vida ou uma forma de organização social (ou socioterritorial) de pequenos produtores rurais, constituídos em bases de relações familiares e de vizinhança (CONCEIÇÃO, 2002).

4 A denominação de região bragantina corresponde à área denominada até os anos 1950 como Zona Fisiográfica da Bragantina, posteriormente, Microrregião Homogênea Bragantina, resultado do agrupamento realizado pelo IBGE de todos os municípios do em torno da Estrada de Ferro Belém-Bragança (EFB) e os dele emancipados: Santa Izabel do Pará, Castanhal, Inhangapi, São Francisco do Pará, Santa Maria do Pará, São Miguel do Guamá, Bonito, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Capanema, Tracuateua, Bragança e Augusto Corrêa. Nos anos 1990, com a criação da Microrregião de Castanhal - deixam de fazer parte dela, além de Castanhal, os municípios de Inhangapi e Santa Izabel - e do Guamá - que desmembrou São Miguel do Guamá da região Bragantina. Com essas mudanças, a unidade e a identidade social da Bragantina é prejudicada (CONCEIÇÃO, 2002).

de organizações de economia solidária, por meio do movimento agroecológico que oportuniza canais diretos de comunicação entre produtores e consumidores finais (SÁ et al., 2018)

Em face dessa contextualização da relação entre desenvolvimento e território, bem como acerca do novo papel da natureza e do desenvolvimento sustentável com base na experiência do Nordeste paraense, a questão central que se coloca para a presente pesquisa é a seguinte: Qual é de fato a contribuição da Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares dos Caetés (COOMAC) para o desenvolvimento socioespacial das comunidades agroecológicas de Tauari, Urupiúna e Cearazinho, localizadas no município de Bragança, Pará?

Para responder a essa questão foram elaboradas as seguintes hipóteses de pesquisa, tomando como referência a teoria de Souza (2013) acerca do desenvolvimento socioespacial, já que a atuação da COOMAC junto às comunidades permitiu a promoção do desenvolvimento em três níveis:

i) Houve ganhos substanciais em termos de autonomia individual e coletiva, uma vez que a ação da cooperativa tem reduzido a dependência de atravessadores e criado um ambiente de participação social dos cooperados em que eles passam a se auto-organizar para tomar decisões de interesse coletivo, o que por sua vez tem contribuído para uma compreensão individual acerca da importância do trabalho coletivo organizado como forma eficaz de superar às condições de precariedade crescente, tanto material quanto social;

ii) Houve melhorias em qualidade de vida na medida em que aumentou a renda do cooperado, tornando possível o acesso a bens de natureza material, tais como habitação, transporte, alimentação, mas também imateriais, a melhoria da autoestima, crença de que é possível viver bem por meio do trabalho agrícola, busca de conhecimento técnico voltado à melhoria da produção e acesso ao lazer por meio da organização de eventos esportivos patrocinados pela cooperativa.

iii) Ampliou-se a justiça social na medida em que o cooperado passou a ser compreendido e a se compreender como um sujeito de direitos, passando a se organizar coletivamente para ter acesso à cidadania, via estabelecimento de diálogos com poder público estadual, que proporcionou a infraestrutura necessária à criação da usina de extração de óleos vegetais, auxílio para aquisição de Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), que facilita o acesso a políticas públicas de incentivo à produção e geração de renda; e municipal, por meio do fornecimento de produtos para merenda escolar, bem como com instituições de pesquisa e organizações sociais que têm dado suporte técnico aos cooperados. Ainda no terceiro nível, cabe destacar a busca por justiça ambiental/sustentabilidade, verificada nas novas relações estabelecidas com a natureza

que passaram de uma lógica de exploração destrutiva/predatória (extração de madeira, agricultura de corte e queima, contaminação de igarapés com resíduos de mandioca para produção de farinha etc.) para o uso equilibrado e consciente da preservação e manutenção da vida dos biomas (manejo sustentável, extrativismo vegetal, preservação das espécies nativas).

iv) Outro ganho relativo à justiça ambiental/sustentabilidade refere-se ao uso coletivo de áreas que apresentam maior abundância de recursos naturais, por exemplo, matas ciliares, margens de rios e igarapés.

Como objetivo geral, a pesquisa procurou analisar a contribuição da Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares dos Caetés (COOMAC) para o desenvolvimento socioespacial dos membros das comunidades agroecológicas de Tauari, Urupiúna e Cearazinho, localizadas no município de Bragança, Pará.

Como objetivos específicos, destacam-se:

1) Analisar em que extensão a COOMAC tem contribuído para o desenvolvimento socioespacial das comunidades Tauari, Urupiúna e Cearazinho;
2) Verificar em que extensão a cooperativa tem promovido o desenvolvimento das comunidades em análise, considerando os aspectos da justiça social, autonomia e qualidade de vida;
3) Identificar se os aspectos de justiça ambiental e sustentabilidade influenciam o desenvolvimento socioespacial dos membros da COOMAC.

A relevância da presente pesquisa acerca da relação entre espaço e desenvolvimento, a partir da análise socioespacial das comunidades de Bragança, pode ser descrita em três dimensões. A primeira refere-se ao plano científico, pois tem a intenção de contribuir com o conceito de desenvolvimento socioespacial elaborado por Souza (2013), ao acrescentar duas novas variáveis não trabalhadas pelo autor: a sustentabilidade e a justiça ambiental. Busca-se, assim, verificar se a inserção da agroecologia no processo produtivo dos agricultores familiares associados à cooperativa influenciou o desenvolvimento socioespacial das comunidades analisadas.

Embora existam vários estudos clássicos sobre a região bragantina (EGLER, 1961; PENTEADO, 1967) e também sobre a particularidade do seu campesinato (CONCEIÇÃO, 2002), em nenhum deles tem-se registro das recentes transformações ocorridas com essa classe de produtores, bem como sua forma de produzir associada ao cooperativismo. Nesse sentido é que esta pesquisa assume relevância, pois procura revelar um aspecto da realidade socioespacial ainda não abordado pelos estudos científicos, ou seja, a incorporação da agroecologia nas formas de produzir e de se relacionar com a natureza, mediadas pela nova

dinâmica capitalista do desenvolvimento sustentável, inclusive, com a presença de empresas que atuam nas escala geográfica nacional e internacional e em que medida isso tem contribuído para promoção do desenvolvimento socioespacial.

O segundo ponto relevante da pesquisa refere-se ao plano social, uma vez que tem o intuito de analisar as transformações que se desenvolvem no interior das comunidades por intermédio de um modelo de produção agroecológica, sendo assim, assume-se que a nova forma de organização, por meio do cooperativismo, influenciou no sentido de produzir modificações nas relações entre sociedade-natureza, em que o meio ambiente passa a ser visto como um bem comunitário que necessita ser preservado. Além disso, a pesquisa será fundamental para contribuir com o entendimento das comunidades envolvidas acerca do seu papel e do seu significado dentro da "cadeia produtiva" da agroecologia mediada pelos interesses das empresas em acessar os recursos naturais que elas possuem em seu território. A intenção é que os resultados das investigações contribuam com uma visão mais crítica da realidade em que as comunidades estão inseridas, superando, assim, uma possível "romantização" da agroecologia.

O terceiro aspecto relevante refere-se ao plano político, que tem como objetivo demonstrar de que maneira as políticas públicas seriam de fundamental importância no processo de desenvolvimento socioespacial na região. A pesquisa torna-se relevante, nesse aspecto, uma vez que busca contribuir para o entendimento de que os investimentos públicos e/ou de organizações do terceiro setor possam não só ser realizados de forma a valorizar os produtos florestais não madeireiros, como as oleaginosas, não só por meio de investimento de infraestrutura para extração do óleo vegetal como também oferecendo cursos para capacitação da mão de obra local, estabelecendo convênios com outras esferas do poder a fim de viabilizar cursos universitários direcionados à produção agroecológica; viabilizar o acesso às comunidades pelo asfaltamento das vias de acesso, bem como criar estratégias de comercialização dos produtos de forma a reduzir a dependência com as empresas consumidoras.

Num contexto em que se verifica um recuo dos investimentos em ciência e tecnologia no Brasil (CAMPOLINA DINIZ, 2019), motivados pela desindustrialização e pela expansão da produção de *commodities* agrícolas e minerais, esta pesquisa pode contribuir para mostrar a viabilidade econômica desse tipo de atividade produtiva, além de apontar aspectos em que tal modelo pode contribuir para o desenvolvimento dessas comunidades amazônicas. O que poderia servir, em certa medida, para despertar o interesse dos órgãos públicos em fazer

maiores investimentos nesse tipo de produção, que é capaz de promover o desenvolvimento socioespacial sem degradar os recursos naturais.

Além dessa introdução, em que se apresenta o escopo da pesquisa, com sua problemática, objetivos e justificativa, o texto aqui apresentado está organizado em quatro capítulos: o capítulo 1 aborda a teoria do desenvolvimento regional numa perspectiva da sua constituição histórico-genética, momento em que se discute a influência do keynesianismo na sua elaboração, destacando a teoria dos polos de desenvolvimento, para em seguida se discutir o papel exercido pelo paradigma da competitividade e do desenvolvimento local e endógeno, bem como a síntese exógeno-endógeno como uma tentativa de superação da contradição dos dois modelos apresentados. Ainda no primeiro capítulo, procura-se aprofundar o debate acerca da relação entre desenvolvimento, inovação e competitividade, dialogando com o papel assumido pelo território e/ou a dimensão territorial nas interpretações teóricas e nas políticas de desenvolvimento regional. Por fim, nele se começa a introduzir a discussão da teoria de base da presente pesquisa, a chamada teoria do desenvolvimento socioespacial, proposta por Souza (2002; 2006; 2013), e que trabalha fundamentalmente com três variáveis *sine qua non* para entender o desenvolvimento: autonomia, justiça social e qualidade de vida.

O segundo capítulo, por sua vez, aprofunda o debate acerca da proposta do desenvolvimento socioespacial, retomando as três variáveis do desenvolvimento, mas acrescentando elementos que não estavam na proposta original de Souza (2002; 2006; 2013), tais como justiça ambiental e sustentabilidade, que se entende de fundamental importância para pensar o objeto de pesquisa desta dissertação.

O terceiro capítulo faz uma discussão sobre o referencial metodológico adotado pela pesquisa, bem como seus instrumentos de coleta de dados. Mais do que simplesmente descrever o instrumental técnico de coleta de informações, a ideia do capítulo é mostrar que a construção da metodologia também precisar estar sustentada em uma fundamentação científica. Neste sentido, foi que se adotou como abordagem a pesquisa qualitativa e o trabalho de campo, com observação sistemática da realidade e as entrevistas semiestruturadas como instrumentos técnicos de coleta de informações.

Por fim, o quarto capítulo traz a discussão e análise dos resultados da coleta de dados derivadas do trabalho de campo realizado junto às comunidades de Bragança pertencentes à COOMAC e de seu cotejamento com as discussões teórico-metodológicas que embasaram a pesquisa.

3 A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA ABORDAGEM TEÓRICA

Muito embora exista uma série de teorias, como as de Gunnar Myrdal, Albert Hirschman, Douglas North, da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) e teorias da dependência, todas voltadas para se pensar o desenvolvimento, esta pesquisa limita-se a apresentar a teoria do desenvolvimento socioespacial conforme proposto por Souza (1997; 2006; 2013; 2017).

A razão dessa escolha está no fato de se tratar de uma teoria alternativa para se pensar o desenvolvimento e que procura articular as discussões sobre o espaço social com aquelas voltadas para se pensar o desenvolvimento, posição rara no campo da produção do conhecimento, como destacou Souza (1997).

Deve-se destacar, porém, que pensar o desenvolvimento socioespacial não significa cair na armadilha do "pensamento único localista" (BRANDÃO, 2007), que nega a importância de se pensar as escalas intermediárias entre o local e o global. A perspectiva aqui assumida entende que ainda é importante pensar a dimensão estrutural, histórica e dinâmica, porém, considera, também, fundamental não esquecer a dimensão intersubjetiva e ambiental, o que, a princípio, não parece fazer parte da proposta de Brandão (2007), que é centrada no resgate da dimensão espacial do desenvolvimento a partir dos processos de homogeneização, integração, polarização e hegemonia, via determinação histórico-estrutural.

Inicialmente, Souza (2002) esclarece que não se deve confundir desenvolvimento, que se refere a um processo de mudança social para melhor, cuja meta é a busca por melhorias na qualidade de vida, a luta por justiça social e por autonomia, com desenvolvimento econômico *stricto sensu*, que se refere ao aumento da capacidade de produção e seu enriquecimento econômico. Nas palavras do autor:

> O primado do conceito de desenvolvimento econômico, conceito enganosamente simples e instrumentalmente poderoso, é a expressão da hegemonia de uma ideologia que logra, há décadas, vender gato por lebre: embora encerre também uma dimensão qualitativa (progresso técnico, modernização tecnológica), o "desenvolvimento" é, antes que uma *mudança qualitativa* das relações sociais, acima de tudo uma *expansão quantitativa* nos marcos qualitativos essenciais e inquestionados do modelo social capitalista (SOUZA, 2002, p. 19).

Nesse sentido, pode-se dizer que o "desenvolvimento" visto como sinônimo de desenvolvimento econômico busca, acima de tudo, usando uma linguagem da teoria marxista,

o desenvolvimento das forças produtivas (meios de produção e forças produtivas), sem questionar ou tratar das relações sociais de produção (relações sociais), muito menos a superestrutura jurídica, política e ideológica.

Antes de aprofundar um pouco mais a proposta da teoria "aberta" do desenvolvimento socioespacial, entende-se como necessária uma apresentação, ainda que sumária, do debate teórico acerca do desenvolvimento regional. Para isso, utiliza-se como referência a análise construída por Campolina Diniz e Crocco (2006), que colocam como marco teórico-metodológico das políticas de desenvolvimento regional a perspectiva keynesiana, o enfoque da competitividade e a síntese exógeno-endógeno.

1.1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL: DIFERENTES ABORDAGENS TEÓRICAS

De acordo com Campolina Diniz e Crocco (2006), a primeira geração das políticas de desenvolvimento regional, dominou a cena nos anos 1950 e 1960, sob forte influência do keynesianismo. O fundamento dessa abordagem questionou fortemente a ideia de que existem mecanismos automáticos/espontâneos de correção dos mercados, defendendo, portanto, a necessária intervenção externa na economia. Dentre os mercados que não se ajustam automaticamente está o mercado de trabalho, o mais importante nessa abordagem. Segundo esses autores, a teoria propunha colocar o pleno emprego como meta prioritária da política macroeconômica, o que demandava a intervenção do Estado na economia como possibilidade de garantir o pleno emprego.

Campolina Diniz e Crocco (2006) apontam que diversas teorias do desenvolvimento e políticas de combate ao desequilíbrio foram influenciadas pela visão keynesiana, entendendo, de modo geral, que o desenvolvimento de uma determinada região estava condicionado à posição por ela assumida no sistema hierárquico e assimétrico de regiões, cuja dinâmica se encontrava fora delas. Dentre as teorias que receberam influência da abordagem keynesiana, os autores destacam a centro-periferia, da dependência, o modelo da causação circular e cumulativa, a dos polos de crescimento (Perroux e Boudeville) e a da base de exportação.

> Embora distintas em suas derivações de política econômica, as teorias mencionadas partilham o entendimento de que o desenvolvimento regional não era garantido automaticamente pelas forças de mercado, sendo necessária a intervenção estatal para que os desequilíbrios regionais fossem superados. Assim sendo, estas teorias pressupunham estratégias e políticas deliberadas para impulsionar o desenvolvimento regional (CAMPOLINA DINIZ; CROCCO, 2006, p.12).

Ao final da apresentação dessa abordagem keynesiana, os autores apontam duas considerações: a primeira é a de que entre os anos 50 e 70 do século XX, as teorias do desenvolvimento regional estavam fortemente influenciadas pelo paradigma macroeconômico vigente, acreditando, portanto, que o crescimento das regiões e dos países não se fazia de forma espontânea e/ou equilibrada, uma vez que o desenvolvimento da sociedade capitalista implicava, necessariamente, em desenvolvimento desigual e desequilibrado, consequentemente, em desequilíbrios regionais que demandavam políticas de intervenção ativa do Estado a fim de reduzir tais disparidades.

Um exemplo de teoria que se fundamentou nessa abordagem keynesiana, que será aqui discutida, em função da importância que teve para ciência, é a teoria dos polos de crescimento de François Perroux, com um pensamento que abarcou áreas muito amplas e complexas da economia, com sua célebre afirmação de que

> El hecho burdo, pero sólido, es éste: el crescimento no aparece em todas partes a la vez, se manifiesta en puntos os polos de crescimento con intensidades variables; se esparce por diversos canales y con efectos terminales variables para el conjunto de la economía. (PERROUX apud BOISIER, 2000, p. 178).

Os polos de crescimento, segundo Perroux (apud BOISIER, 2000), são formados por um conjunto de unidades motrizes que exercem efeitos sobre outro conjunto econômico e localizado territorialmente. A ideia é a de que o polo é o centro econômico dinâmico de uma determinada região, cujo crescimento se faz sentir por toda sua área de influência (por toda a região que está ao seu redor), criando fluxos da região para o centro e refluxo do centro para a região. Desse modo, o desenvolvimento regional estará sempre relacionado ao polo (ANDRADE, 1987). Assim,

> a partir dos trabalhos de Perroux, os pólos de crescimento baseavam-se em uma racionalidade similar aos projetos Big-Push. A idéia central consistia na instalação, em regiões atrasadas, de uma indústria motriz que, através de seus efeitos a montante e a jusante se tornaria um pólo de crescimento e estimularia o desenvolvimento da região (CAMPOLINA DINIZ; CROCCO, 2006, p.12).

Para Andrade (1987), a indústria motriz, ao buscar matérias-primas e mão de obra para desenvolver suas atividades, bem como ao produzir uma série de produtos, acaba por promover a dinamização da economia regional, seja pela atração de outras indústrias que dependem dos produtos da indústria motriz, pelo estímulo à produção de produtos agrícolas e

pecuários nas áreas que fornecem a matéria-prima e alimentos ou pela formação de um setor terciário para suprir as necessidades da população do próprio polo e de sua área de influência.

A indústria movida, por sua vez, é aquela que é imediatamente movida (impactada) pela indústria motriz. Já indústria-chave é aquela que tem a capacidade de induzir na totalidade um acréscimo global de vendas, por exemplo, em um conjunto nacional, a indústria-chave, para Andrade (1987), é capaz de promover o surgimento de um complexo industrial, caracterizado pela complementariedade e pela pouca concorrência entre diferentes plantas industriais, bem como é responsável pelo aparecimento de um aglomerado territorial e de suas redes de circulação e comunicação.

Para Santos (2003), embora o conceito de "espaço topológico" elaborado por Perroux não tenha excluído o fato das empresas influenciarem no espaço banal, nos esforços de planejamento, a prioridade tem sido dada ao espaço econômico. Para ele, existe um equívoco nessa visão de que os polos de crescimento deveriam se preocupar com o espaço de poucos (o espaço econômico) e não o espaço de todos (o espaço banal).

> (...) deve-se levar em consideração as estruturas econômicas, como uma manifestação de modelos de crescimento adotados, as estruturas geográficas, isto é, a distribuição da população, da infraestrutura, das atividades, das instituições, assim como de seu contexto e, finalmente, as estruturas sociais e políticas resultantes da superimposição do presente sobre o passado e da superimposição de influências locais, nacionais e internacionais. (SANTOS, 2003, p. 169).

É importante destacar que não se pode fazer uma análise considerando apenas a localização das empresas como determinantes da estrutura espacial. É imprescindível não abrir mão do papel assumido pelo Estado na estruturação espacial regional e do modo como os recursos disponíveis são distribuídos entre as diferentes classes sociais (SANTOS, 2003).

A segunda consideração de Campolina Diniz e Crocco (2006) refere-se ao fato de que as teorias do desenvolvimento regional acreditavam, de forma excessiva, em mecanismos puramente econômicos de combate às desigualdades regionais, estando fora do seu horizonte aspectos culturais, de tradição, de associativismo e de hábitos, o que, na sua visão, produziu uma grande deficiência teórica, uma vez que não foi capaz de enraizar os mecanismos de crescimento e de estabelecer vinculações fortes com as capacidades locais.

O segundo enfoque do desenvolvimento regional apresentado por Campolina Diniz e Crocco (2006) é o da competitividade, e se baseia na inovação e na economia do conhecimento, bem como nos mecanismos que facilitam esse processo, tais como as redes, a

cooperação, o contato face a face, os sistemas regionais de inovação, as regiões que aprendem etc. A ideia central fundamenta-se no desenvolvimento regional endógeno, em que se busca preparar a região para enfrentar a competitividade internacional e criar novas tecnologias por meio da mobilização ou do desenvolvimento de seus recursos e habilidades específicas.

De acordo com Campolina Diniz e Crocco (2006), as duas principais alterações, em termos teóricos, em relação ao desenvolvimento regional são a incorporação de aspectos institucionais - conhecimento, rotina, capital social, cultura etc. - e a valorização das capacidades locais como forma de combater as desigualdades regionais.

Deve-se ressaltar que o surgimento desse enfoque da competitividade se deu depois dos anos 1970, como resposta às pressões inflacionárias e às crises do petróleo que sucederam o período dos "anos dourados do capitalismo" ocorrido entre o final da Segunda Guerra Mundial e os anos 1970. Houve uma forte crítica ao paradigma keynesiano e seus instrumentos de política econômica que estavam pautados na demanda e na política intervencionista. Voltou-se, em termos econômicos, à visão neoclássica que defendia ser o mercado capaz de garantir o crescimento ao longo prazo e de forma sustentada, acreditando que o crescimento deveria ser obtido por meio da melhoria das condições de oferta, tais como a flexibilização do mercado de trabalho, a redução de encargos pagos pelas empresas e o aumento do investimento em capital humano.

Esse paradigma da competitividade, segundo a classificação de Diniz e Crocco (2006), entende que, em termos macroeconômicos, deve-se buscar a estabilidade monetária de qualquer maneira, bem como postula ser necessária a retirada do Estado da economia, que deve assumir funções básicas decorrentes do chamado Estado Mínimo. Como resultado geográfico desse processo destaca-se que

> Estas transformações tiveram o seu rebatimento no espaço geográfico, determinando a perda de dinamismo de regiões afetadas pela desindustrialização e de reestruturação produtiva e o surgimento de novas regiões de crescimento acelerado, como o Vale do Silício e os chamados novos distritos industriais da terceira Itália (CAMPOLINA DINIZ; CROCCO, 2006, p.15).

Dentro desse enfoque da competitividade pode-se tomar como exemplo o chamado desenvolvimento local endógeno (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001), um processo de crescimento econômico e de mudança estrutural voltado para a melhoria da qualidade de vida da população local. Em termos econômicos trata-se de pensar que os empresários locais usam sua capacidade para organizar os fatores de produção no sentido de obter níveis de produtividade capazes de torná-los competitivos nos mercados. Em termos socioculturais, os

valores e as instituições devem servir de base para promoção do desenvolvimento. Em termos político-administrativos, as políticas territoriais possibilitam a criação de um entorno econômico local favorável e protegido do mundo exterior e capaz de impulsionar o desenvolvimento local (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001).

Para Vázquez Barquero (2001), enquanto os keynesianos defendem a tese de que são as ações de demanda que favorecem a redistribuição dos investimentos e da renda, e os neoclássicos, por seu turno, sustentam que são as forças de mercado e a mobilidade dos fatores produtivos que possibilitam alocar os recursos e promover os ajustes fundamentais, a teoria do desenvolvimento endógeno argumenta que "o mecanismo dinamizador seria representado pela resposta dos atores locais aos desafios colocados pelo aumento da competitividade" (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001, p. 28), que traria como efeito o desencadeamento dos processos de desenvolvimento endógeno. Quando se pensa em termos de políticas, os keynesianos procuram induzir o deslocamento de plantas industriais e empresas para zonas com problemas de desenvolvimento. As políticas neoclássicas procuram eliminar obstáculos limitantes ao fluxo de capital e de força de trabalho, o desenvolvimento local/endógeno procura estimular o aparecimento e a expansão de empresas locais, favorecendo o desenvolvimento de recursos específicos que determinam a atração de empresas exógenas. Para essa última perspectiva, é o desenvolvimento "de baixo para cima", em que os atores locais desempenham o papel central em sua definição, execução e controle. Nos termos do próprio autor,

> O desenvolvimento econômico ocorre em consequência da utilização do potencial e do excedente gerado localmente e, eventualmente, pela atração de recursos externos, assim como pela incorporação das economias externas ocultas nos processos produtivos. Para neutralizar as tendências ao estado estacionário, é preciso ativar os fatores determinantes dos processos de acumulação de capital, a saber, a *criação e difusão de inovações no sistema produtivo, a organização flexível da produção, a geração de economias de aglomeração e de economias de diversidade nas cidades e o fortalecimento das instituições* (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001, p. 19, grifo nosso).

Na visão de Vázquez Barquero (2001), os elementos supracitados, e grifados na citação anterior, formam o que ele define como "o efeito H" do desenvolvimento endógeno. Trata-se de sustentar que todos esses fatores atuam de forma conjunta, criando sinergias mútuas e reforçando os efeitos sobre a acumulação de capital, o que permite que se fale em rendimentos crescentes, pois esse fator H produzirá, necessariamente, um efeito H. Nesse sentido, o fator H representa um complexo elemento de eficiência decorrente da economia conjunta produzida por todos os fatores determinantes da acumulação de capital, uma vez que

se estabelece o crescimento e ocorre uma mudança estrutural nas economias locais e regionais.

Já para Braga (2002), existem duas opções em face da globalização. De um lado, a perspectiva do desenvolvimento exógeno, em que se busca atrair investimentos externos e/ou consumidores para as regiões periféricas, com o objetivo de promover a redistribuição dos benefícios; de outro lado, tem-se a perspectiva do desenvolvimento local, que busca promover o desenvolvimento a partir dos potenciais existentes no interior de um determinado território. Dentre esses potenciais, pode-se destacar a capacidade de liderança dos processos de dentro para fora, a mobilização das potencialidades e dos recursos locais voltados a favorecer os rendimentos crescentes e as externalidades positivas (BRAGA, 2002).

Na avaliação crítica dessa abordagem do desenvolvimento local endógeno, Braga (2002) chama a atenção para o fato de que a grande questão desse modelo de desenvolvimento é ficar atento à lógica em que está inserido.

> Se a lógica preponderante é a da solidariedade, a participação e a gestão local saem fortalecidas, preservando seu conteúdo de cidadania e equidade. Entretanto, quando é preponderante uma lógica individualista, concorrencial e de mercado, há o risco de transformar participação em estratégias de legitimação dos interesses dominantes, descentralização em fragmentação e de esvaziar o desenvolvimento de seus aspectos de inclusão e equidade social (BRAGA, 2002, p. 25).

A autora considera essa ponderação fundamental para que não se abandone de imediato o desenvolvimento local endógeno, pois embora as estratégias locais e regionais de desenvolvimento sejam necessárias, não devem se limitar ou se aprisionar dentro de um marco individualista e de uma lógica liberal competitiva entre os lugares. O grande problema dessa abordagem do desenvolvimento local endógeno é achar que o local pode tudo, esquecendo muitas vezes que a execução do desenvolvimento depende de variáveis econômicas e sociais, como renda, emprego, crescimento e dinâmica da economia e mercado de trabalho, cuja definição perpassa por outras escalas.

> A despeito do recente processo de descentralização, o nível local de governo possui restrições financeiras, fiscais e tributárias muito fortes em nosso país. Afirmar a existência de restrições e limites não significa, de forma alguma, ignorar o processo de fortalecimento dos municípios brasileiros ocorridos ao longo da década de 1980, significa tão-somente apontar suas fragilidades (BRAGA, 2002, p. 33).

Para que o local tenha alguma margem de manobra para pensar e implantar iniciativas de promoção de desenvolvimento, ele deve enfrentar as limitações decorrentes de processos

avassaladores que se dão na escala nacional e mundial. Além disso, deve ser capaz de reconhecer a existência de conflitos na esfera local que acabam por impor limitações políticas e institucionais para localidade, o que somente poderão ser vencidas por meio da luta política e social no plano local, bem como por meio do reconhecimento das limitações das ações locais e das suas possibilidades de ação (BRAGA, 2002).

Uma visão ainda mais crítica acerca dessa perspectiva local endógena pode ser encontrada em Tavares (2013), que entende ser essa uma abordagem que reforça a "hegemonia do micro", principalmente porque está baseada em duas experiências consideradas exitosas pelos analistas: a área do *Silicon Valley* e a Terceira Itália. A primeira é considerada a área em que o desenvolvimento de novas tecnologias - relevância da ciência e da tecnologia - e a flexibilidade do trabalho têm encontrado suas melhores performances. A segunda é considerada como o mais avançado modelo de economia e sociedade, cujo desenvolvimento está pautado na reconstituição produtiva do artesanato como forma de retribuir dignidade aos trabalhadores. De acordo com Tavares (2013, p. 25), os defensores do desenvolvimento local endógeno sustentam que

> Essas políticas eram idealizadas e conduzidas pelos governos centrais, que faziam os investimentos e contavam com a participação de grandes empresas sediadas nas metrópoles nacionais. Essa estratégia, por eles denominada "a partir do alto", deveria ser substituída por uma estratégia oposta, "a partir de baixo", isto é, que se valesse de meios locais – daí a expressão "desenvolvimento local" ou "endógeno". (TAVARES, 2013, p. 25).

Tavares (2013) procura sustentar que os países do "centro" do capitalismo têm adotado essa experiência de desenvolvimento local endógeno, procurando substituir as abordagens macro por aquelas de natureza micro, o que também tem sido recomendado pelas agências internacionais ao Brasil, deixando evidente que o modelo da grande indústria como chave da decolagem econômica, do desenvolvimento tecnológico e do progresso social está em "coma profundo". A lógica do desenvolvimento a partir da grande indústria caiu em descrédito, e no seu lugar se coloca a crença de que a lógica é a da pequena empresa com forte tendência ao reagrupamento espacial - os chamados *clusters* industriais (TAVARES, 2013).

Ainda de acordo com Tavares (2013), pode-se dizer que a adoção de uma única estratégia de desenvolvimento para o Brasil é um grande equívoco, considerando que nos países do "centro", essa estratégia de desenvolvimento está baseada numa forte internacionalização do capital e na globalização, que faz com que as firmas desses países passem a acumular mais fora do que dentro do próprio país, o que muito difere da realidade

brasileira. O melhor caminho para o Brasil, segundo esse autor, parece ser investir em estratégias baseadas na complexidade do país em que se destacam os grandes blocos de investimentos realizados sob a coordenação do Estado.

> No contexto brasileiro de grandes blocos de investimentos estratégicos coordenados pelo Estado – como na petroquímica –, o modelo de redes de PMEs industriais faz sentido. E nesse caso a forma de **cadeia produtiva**, com a liderança de uma grande empresa, seria a mais indicada no âmbito de uma política de desenvolvimento do País (TAVARES, 2013, p. 30, grifo do autor).

O terceiro enfoque das políticas de desenvolvimento regional tem início no final dos anos 1990, sendo entendida por Campolina Diniz e Crocco (2006) como a síntese exógeno-endógeno, configurando-se na terceira geração de políticas regionais. Nesta fase, a oposição entre a política de desenvolvimento exógena e endógena é superada junto à "coordenação horizontal" (CAMPOLINA DINIZ; CROCCO, 2006) de vários agentes e deve-se considerar a "coordenação vertical" entre os vários níveis de ação. Para os autores, a partir do momento em que a globalização impõe a competição não somente entre firmas, mas também entre sistemas industriais regionais, as políticas de desenvolvimento regional não podem ter apenas o caráter local. É preciso considerar, de um lado, o "posicionamento econômico dos sistemas regionais de produção" no circuito da globalização e, de outro lado, as "políticas e os contextos setoriais e internacionais" (CAMPOLINA DINIZ; CROCCO, 2006, p.16).

De acordo com Helmsing (1999), essa terceira geração é o resultado das avaliações e dos estudos continuados do desenvolvimento das políticas endógenas que passaram a entender que a globalização faz com que, além das firmas, os territórios passem a competir entre si, o que leva a compreensão de que as políticas têm que dialogar com as diferentes escalas.

> Las políticas no pueden ser unicamente locales hasta el punto de excluir o desconocer las políticas sectoriales e (inter)-nacionales, ni puede excluir o desconocer el papel de la firma y la inversión externa. No sólo se requiere la cooperación entre las firmas, sino también entre las instituciones de apoyo (HELMSING, 1999, p. 30).

Essa é a grande diferença, pois, enquanto as políticas da segunda geração estavam centradas nas firmas e na cooperação entre elas, as de terceira geração estão mais preocupadas com a questão institucional, enfatizando a competitividade sistêmica e a competitividade dos sistemas regionais de produção. A ideia é promover a formação de redes entre instituições de

apoio no sentido de poder gerar uma "mayor racionalidade sistémica del esfuerzo total" (HELMSING, 1999), como diz literalmente o autor:

> La tercera generación pone más énfasis en las 'condiciones básicas', el aprendizaje colectivo, el encaje social y el nexo externo. Por último, la tercera generación de política no sólo responsabiliza a actores locales individuales (empresarios, asociaciones, y gobiernos locales) (HELMSING, 1999, p. 35).

Nesse diapasão, pode-se encontrar todo o debate em torno do papel da inovação no desenvolvimento econômico local endógeno. Campolina Diniz e Crocco (2006) entendem que na sociedade pautada no conhecimento, as tradicionais vantagens comparativas, baseadas nos recursos naturais (visão ricardiana) perdem espaço para as vantagens competitivas, aquelas fundadas na inovação e no conhecimento, portanto, vantagens construídas e criadas.

O debate sobre o desenvolvimento regional ou política de desenvolvimento de base territorial no Brasil ganhou fôlego a partir dos anos 2000, especialmente nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). As iniciativas fundadas na endogenia e nas aglomerações produtivas não podem ser vistas tão somente como moda, na verdade, como sustenta Silva (2017), o desenvolvimento local foi um dos principais paradigmas para implementar o planejamento territorial nesse início de século XXI.

Nesse período não se tratou apenas de um discurso, na verdade, houve um grande esforço por parte de ministérios e de grupos de trabalhos interministeriais, no sentido de consolidar o chamado Arranjo Produtivo Local (APL), terminologia que foi popularizada para dar coerência às perspectivas endógenas no país. São exemplos de políticas de desenvolvimento desse período a Política para Arranjos e Sistemas Produtivos Locais, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), e a Política de Apoio ao APL e ao Desenvolvimento Local, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Como destacou Linhares (2009), uma política de desenvolvimento urbano-regional num país como o Brasil não deve deixar de entender ou mesmo negligenciar o seu caráter estrutural no que tange ao seu "subdesenvolvimento periférico".

> APLs revelam-se, na periferia, uma nova forma de organização da produção, catalisada (ou até mesmo imposta) pelos novos trâmites tecnológicos e organizacionais do capitalismo contemporâneo, mas que até então, não esboçam tendências de ruptura com as velhas estruturas sociais e espaciais, marcadamente desiguais. (...) além das externalidades locais

> convencionalmente descritas na literatura sobre APLs, também a ativação das externalidades *furtadianas e perrouxiana.* (LINHARES, 2009, p. 81).

Além dos APL, pode-se destacar, no plano das políticas territoriais brasileiras de âmbito microrregional, o programa Territórios da Cidadania, gestado no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2008 e que tinha como principal objetivo combater a pobreza e a desigualdade social ainda presentes no meio rural brasileiro, por meio da universalização de programas básicos de cidadania e de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável. De acordo com Piraux et al. (2013), essa política dos territórios da cidadania tem se apresentado como inovações institucionais interessantes que produzem formas territoriais.

> A concepção da estratégia de desenvolvimento rural sustentável com enfoque territorial, tendo por referência os territórios rurais como espaço de articulação e gestão de políticas públicas é oriunda principalmente, da necessidade de se adotarem concepções inovadoras para enfrentar problemas que, apesar dos avanços conseguidos, persistem atingindo fortemente algumas regiões e grupos sociais. Especificamente refere-se ao enfrentamento da pobreza e da exclusão social, à degradação ambiental e às desigualdades regionais, sociais e econômicas que ainda atingem o meio rural brasileiro. (BRASIL, 2007, p. 32-33).

Nesse sentido, o programa Territórios da Cidadania buscou superar uma visão pautada na ideia de municipalidade que vinha servindo de base à implantação das políticas voltadas para a agricultura familiar no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, propondo como caminho para se pensar o desenvolvimento de um grupo de municípios que apresentavam realidades socioeconômicas e culturais semelhantes, por meio de um recorte territorial denominado, então, de Territórios da Cidadania, que passou a servir de base para as ações estatais no que se refere às políticas voltadas aos segmentos sociais mais vulneráveis.

Ainda dentro dessa perspectiva de superar o localismo, o governo brasileiro propôs a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) que, segundo a análise de Silva e Föetsch (2017), é o marco mais importante do planejamento regional brasileiro no contexto recente. De acordo com Monteiro Neto, Brandão e Castro (2017), a questão que se coloca é como o enfrentamento da questão regional entre 2000 e 2015 contribuiu para enfrentar os desequilíbrios regionais e a trajetória de longo prazo da formação do mercado nacional brasileiro.

Nesse sentido, esses autores apontam que os dois elementos que consideram ser as referências da problemática regional brasileira se apresentam da seguinte maneira no contexto atual:

1) a fragmentação da nação, em que se verifica que a globalização econômica ainda continua como um fenômeno consolidado, de modo que é possível verificar duas

macrorregiões brasileiras mais impactadas por esse processo: o Centro-Oeste, que é altamente impactado pelo comércio mundial de *commodities*; e o Sudeste, que tem seu papel relacionado à dominação financeira. Ainda acerca da fragmentação da nação, percebe-se que, quando associada ao tema da reconcentração produtiva, o governo vem tentando desde 2003 amainar e conter esse fenômeno.

2) a desindustrialização, em que se observa que o tema ainda permanece em que pese todas as políticas ativas de crédito e de conteúdo nacional, juntamente com o reforço que vem ocorrendo na continuidade da expansão do agronegócio exportador, principalmente, como dito, no Centro-Oeste brasileiro.

Dentre as ações do governo que tinham, em alguma medida, a intenção de superar a problemática regional no período de 2000 a 2015 estão:

> O Governo atuou ao menos de duas formas mais evidentes: i) política social ativa (transferências de renda, aumento do salário mínimo, educação, saúde) – uma novidade na questão territorial; e ii) política setorial ativa, na forma do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e de seus efeitos territoriais, e com investimentos em políticas urbanas e habitacionais revigoradas (Minha Casa, Minha Vida). l Planejamento governamental ganha fôlego na forma, mas problemas de coordenação federativa persistem.
> Política regional l Política regional é reativada e fortalecida com a I e II PNDR; guerra fiscal (menos aparente em face do boom de crescimento econômico); continuidade da perda de importância das instituições regionais.
> Relações federativas l Relações federativas – manutenção do padrão anterior de concentração de recursos na União; houve ganhos para governos municipais, ainda que pequenos, mas não para os governos estaduais. Governos subnacionais se tornaram cada vez mais executores de políticas centralmente definidas. l Padrão de relações federativas e intergovernamentais com baixo conteúdo cooperativo permanece a despeito de nova legislação sobre Consórcios Públicos (2007).
> Agenda ambiental l Premência da agenda ambiental (limitações entrópicas mais evidentes no Nordeste; biodiversidade na Amazônia e no Centro-Oeste; poluição e destruição acelerada de ecossistemas nas metrópoles).
> Agenda urbana l Expansão do financiamento habitacional e do saneamento. l Deficits habitacionais são reduzidos, mas problemas de mobilidade urbana se amplificam. l Gentrificação, desemprego metropolitano, crescimento de cidades médias etc. (MONTEIRO NETO; BRANDÃO; CASTRO, 2017, p. 441).

De acordo com Silva (2017), o PNDR apresentou uma série de avanços em termos de inovação teórico-metodológica e operacional, beneficiando-se das críticas que foram endereçadas aos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID). Um dos exemplos dessa inovação é a "tipologia do PNDR" de 2008, que se utilizou do cruzamento de dois índices socioeconômicos - a renda domiciliar *per capita* e a variação do PIB *per capita* - que foram usados para realizar a classificação das microrregiões brasileiras em quatro tipos: alta renda, baixa renda, dinâmicas e estagnadas.

A partir dessa classificação é que se definiam as áreas prioritárias para realizar as intervenções no intuito de reduzir a pobreza e as desigualdades regionais, objetivo central da política (SILVA, 2017). Essa mesma autora considera um avanço significativo essa forma multiescalar de definir as áreas prioritárias de atuação e que destaca a presença de regiões programas nas escalas macrorregional, intermediária e sub-regional:

> i) escala macrorregional: área de atuação da Sudene, Sudam e Sudeco com exceção dos espaços classificados como de Alta Renda; ii) escala intermediária: Semiárido, Faixa de Fronteira e Rides no Entorno de Brasília, de Teresina, de Petrolina e Juazeiro; iii) escala sub-regional: Mesorregiões Diferenciadas, Territórios Rurais e Territórios da Cidadania. (SILVA, 2017, p.188-189).

De modo conclusivo, Monteiro Neto, Brandão e Castro (2017) apontam que as evidências permitem concluir que essa estratégia de desenvolvimento regional adotada pelo governo brasileiro entre 2000 e 2015 produziu efetivamente uma reorientação dos fluxos produtivos no território nacional, principalmente, considerando a implantação de infraestrutura logística, habitacional e de energia, bem como pelo sucesso alcançado pelas políticas sociais em geral, em que pese o malogro das tentativas de obstar o processo de desindustrialização.

1.2 DESENVOLVIMENTO, INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE

Para Harvey (2000), o novo modelo de desenvolvimento tem como marca principal que o diferencia do outro modelo anterior, a flexibilidade. De acordo com esse autor, a flexibilidade se materializa no processo produtivo pela produção não mais em massa e homogênea, mas sim por uma pequena produção em lotes. Ao mesmo tempo deixa de produzir produtos uniformizados e padronizados e passa a produzir os mais variados tipos de produtos em pequenos lotes. O controle de qualidade é cada vez mais rígido e a produção é realizada sem a presença de estoques de produção (produz-se somente o necessário), ou seja, a produção está voltada para uma demanda específica.

Quanto ao trabalhador, pode-se dizer, com base em Harvey (2000), que ele passa a desempenhar tarefas variadas (trabalhador polivalente) e não somente uma única tarefa. Seu salário é de caráter pessoal (sistema de bonificações), suas tarefas não são mais especializadas e demarcadas, sua formação passa pelo recebimento de um longo treinamento no trabalho, a

organização deixa cada vez mais de ser vertical e torna-se horizontal, fazendo com que o trabalhador se sinta corresponsável pelo processo.

No que se refere ao papel do Estado, segundo o autor, ele passou por um processo de mudança: ao invés de regulamentação, apresenta aspectos desregulamentados e regulamentados contra a rigidez; apresenta-se flexível e, ao contrário da socialização do bem-estar social, há uma privatização das necessidades coletivas e da seguridade social; contra a centralização, apresenta estruturas descentralizadas e competitivas entre as unidades regionais e urbanas; e, ao invés de subsidiar a produção, o Estado passa a agir como empreendedor, financiando pesquisa e desenvolvimento e investindo em inovação.

Quanto ao espaço, Harvey (2000) mostra que em vez da especialização funcional, ele se apresenta como agregação e aglomeração, marcado pela integração e não pela divisão espacial, há cada vez mais uma proximidade espacial entre firmas quase verticalmente integradas.

Esse novo contexto mundial da acumulação flexível promove também um conjunto de mudanças na forma de pensar a competitividade, a inovação e o desenvolvimento regional. Para Leborgne e Lipietz (1990), o território passa a ter um papel fundamental nesse novo processo produtivo que se apresenta, já que a inserção de determinadas regiões no processo de globalização dependerá da história de cada região, daí porque os autores falam em "flexibilidade defensiva" e "flexibilidade ofensiva". A primeira apresenta como características a desregulamentação das relações salariais, a dicotomia das relações entre executores e planejadores, a precarização do trabalho e a formação de áreas urbanas especializadas. A segunda, por sua vez, tem como característica a garantia de vantagens sociais, uma nova organização em parceria entre empresas, sindicatos, escolas e administrações locais e a formação de áreas urbanas densas, com a formação de sistemas produtivos flexíveis e diversificados (LEBORGNE; LIPIETZ, 1990, p. 40).

Outro autor que enfatiza o papel dos territórios dentro desse novo contexto que se apresenta é Boisier (1996). Para ele, o novo contexto que se abre é marcado pela abertura externa por meio do processo de globalização (processo eminentemente econômico) e pela abertura interna forçada pela descentralização (processo político).

Dentro desse contexto, a inserção das regiões passa por seus aspectos territoriais, entendidos como processos relacionais e não extensivos.

> O que importa mesmo é que os territórios organizados exercem um papel completamente novo atualmente, ao entrarem de vez na busca da

> ***competência*** e ***competitividade***. Deve-se observar que a noção de ***território organizado*** não depende em nada da escala tamanho. (BOISIER, 1996, p. 115. grifos do autor).

Nessa análise de Boisier (1996) ganham importância os conceitos de "regiões pivotais", pequenas unidades territoriais que apresentam alto grau de complexidade cultural (formação de identidade) e resiliência; "regiões associativas", que são regiões um pouco maiores que as primeiras e que se apresentam contíguas, surgindo a partir da união livre, voluntária e democrática de várias regiões pivotais e as "regiões virtuais", resultado da união de várias regiões (pivotais e associativas), ainda que não sejam contíguas.

Diante dessa nova configuração regional (regiões pivotais, regiões associativas e regiões virtuais) coloca-se, segundo Boisier (1996), a necessidade de um novo modelo de gestão regional, marcado pela existência de duas categorias centrais para o autor, uma "região como quase-Estado" e uma "região como quase-empresa". Enquanto a primeira faz alusão ao papel político da região, no sentido de fazer negociações e acumular experiências políticas para elaborar projetos de desenvolvimento (projetos políticos regionais); a segunda refere-se ao papel econômico da região, ou seja, trata-se de introduzir na ação regional elementos do planejamento estratégico, tais como estudos de mercado que permitam dizer o que produzir e para quem vender, busca de financiamento associada a uma capacidade institucional, mapeamento dos recursos humanos com que se pode contar e promoção de todos os eventos possíveis que permitam vender a imagem regional (BOISIER, 1996).

Para Boisier (1996), são seis os elementos necessários para promover o desenvolvimento de determinadas regiões, ou seja, os elementos necessários para tornarem uma região competitiva: atores, instituições, cultura, procedimentos, recursos e entorno, mas esses elementos não devem ser pensados de forma isolada, mas sim em conjunto, articuladamente, por meio de projetos coletivos ou de projetos políticos regionais.

Hurtienne e Messner (1994), ao analisarem como se apresentam os novos conceitos de competitividade no período recente, mostram que houve uma série de modificações na forma de pensar a competitividade e a inovação tecnológica. Os autores mostram que não é mais possível pensar a realidade de forma segmentada e fragmentada no que se refere à competitividade e inovação, pois existe uma articulação/vinculação direta entre as empresas, o sistema educacional, a infraestrutura tecnológica, de energia e transporte, a relação entre empregados e empregadores, o aparato institucional público e privado e o sistema financeiro. Portanto, pensar competitividade e inovação significa pensar também interação criativa entre agentes.

Ao analisarem a forma como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) tem pensado a competitividade e a inovação, os autores mostram que na base está a noção de mudanças tecnológicas acumulativas e de sistemas nacionais de inovação. Hurtienne e Messner (1998) sintetizam a forma alternativa de pensar inovação tecnológica e competitividade sistêmica em quatro elementos: 1) a tecnologia não deve ser reduzida a informações *blueprints* disponíveis e de fácil transferência, na verdade, ela depende em grande parte dos conhecimentos técnicos acumulados ao longo do tempo e que não são tão fáceis de serem transferidos, pois dependem de conhecimento específico, localizados e muitas vezes tácitos; 2) Tal processo de mudança tecnológica é paralelo ao desenvolvimento de inovações e difusão de técnicas e produtos superiores; 3) A capacidade de inovação tecnológica de cada país depende da interação entre potenciais derivados da ciência, de instituições e dos incentivos econômicos; 4) A acumulação de capital e tecnologia está correlacionada de maneira que o processo de aprendizagem pode ocasionar mudanças irreversíveis num determinado produto.

Para os autores em questão, essa nova interpretação concebe a mudança tecnológica como um processo endógeno de múltiplas dimensões em que está presente a interação entre efeitos cumulativos, ou seja, complexos *feedbacks* entre as fases distintas da produção e da relação entre estruturas organizativas, o entorno institucional e os atores. Daí porque ganha relevância a análise atual de elementos, como conhecimento tácito e aprendizagem informal. Não se trata mais de separar pesquisa e desenvolvimento do uso imediato dos produtos, pois muitas vezes o conhecimento se faz de maneira informal no contato cotidiano entre as empresas e os consumidores. Portanto, esse conhecimento não pode ser reproduzido com facilidade em qualquer parte, dependendo, pois de elementos endógenos, locais, daí porque agora, a região e o espaço passam a contar nos processos de localização das empresas.

Nesse contexto, o processo de localização das empresas passa a ser marcado por um elemento espacial. O que conduz, segundo Hurtienne e Messner (1998), a uma integração ou desintegração de determinadas regiões do planeta para localização de firmas multinacionais. Para Porter (1998), o que determina em última instância a localização de determinadas atividades produtivas e o grau de competitividade de determinadas localizações é um diamante: estrutura organizacional, condições de fatores, condições de demanda e relação entre unidades produtivas/relações entre industriais.

Trata-se, segundo Porter (1998), de fazer investimentos em fatores de competitividade sistêmica e não de se concentrar em atividades espúrias. Portanto, trata-se de produzir

inovações tecnológicas e de formar *cluster* daquilo com que a região tem mais condições de competir.

Para finalizar essa discussão da competitividade e da inovação, resta apresentar as conclusões elaboradas por Hurtienne e Messner (1998). Para eles, o que irá determinar o grau de competitividade de determinada região será a capacidade de modernização das empresas aí localizadas, a divisão interempresarial do trabalho, a cooperação entre empresas e instituições privadas e públicas no que se refere à tecnologia e capacitação (formação de *clusters*), concentração espacial nos *clusters* e investimento em melhorias de condições locais e regionais e capacidade de inovação dos atores locais (sindicatos, associações, empresas, instituições), assim como um Estado capaz de orientar e atuar no processo.

Antes de pontuar alguns elementos desse novo modelo de inovação tecnológica e de competitividade, cabe situar algumas preocupações de Becker (1996). A primeira se refere ao que ela denomina como sendo um abrasileiramento das inovações, ou seja, a maneira como as inovações são adotadas no Brasil é sempre às avessas, pois existe uma resistência quase que cultural da elite brasileira em adotar inovações. A segunda se refere aos dois desafios colocados para o Brasil: a necessidade de recuperar o conteúdo original das novas tecnologias e a modernização das relações de trabalho, passando pela desconstrução de velhas formas de autoritarismo na gestão dos negócios. A terceira preocupação se refere ao fato de que o nosso padrão de inovação tem se pautado muito mais num padrão defensivo do que ofensivo.

Ao discutir a relação entre desenvolvimento, inovação e competitividade, tomando a realidade brasileira e sua inserção na divisão territorial do trabalho como objeto de investigação, Campolina Diniz (2019) sustenta que, ao contrário das tendências mundiais em que os países do Ocidente vêm investindo pesadamente em pesquisa e desenvolvimento para fazer frente à expansão industrial da Ásia, especialmente da China, o Brasil tem passado por um rápido processo de desindustrialização e de redução de investimentos no referido setor de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), o que, em sua avaliação, poderá comprometer enormemente a desconcentração produtiva em curso no país.

> Diante de tão profunda e rápida alteração do cenário mundial, da perda relativa da liderança produtiva e comercial do chamado capitalismo central e das ameaças tecnológicas asiáticas, surgiram, mais recentemente, amplos programas de modernização industrial com vistas a recuperar a capacidade industrial dos países mais industrializados na Europa Ocidental, membros da União Europeia, e nos Estados Unidos (CAMPOLINA DINIZ, 2019, p. 248).

Dentre esses programas de recuperação da competitividade dos países centrais, Campolina Diniz (2019) destaca a "indústria 4.0", um conceito que busca romper a visão convencional de manufatura, integrando na análise o conjunto das atividades produtivas (produção, cadeias e logística) on-line e os processos econômicos e sociais que ocorrem em tempo real, inclusive aqueles relacionados ao poder público (governo). Trata-se, portanto, de um amplo programa de modernização tecnológica em que está envolvida a maioria dos países da União Europeia.

O que tem motivado essa contraofensiva europeia e estadunidense, segundo Campolina Diniz (2019, p. 245), é o processo de rápida industrialização da China que "combina um pesado programa de investimentos em infraestrutura, apoio à rápida urbanização, melhoria das condições de vida da população rural, com forte apoio ao sistema de ciência, tecnologia e inovação".

Além disso, tem-se a expansão coreana (Coreia do Sul), que investiu pesadamente em educação e tecnologia, com ênfase em exportação, sem a presença de investimentos externos e utilizando-se de tecnologia reversa. Há, ainda, o desenvolvimento de outros países asiáticos de menores dimensões, tais como Indonésia, Tailândia e Malásia e, mais recentemente, o Vietnã; bem como da Índia, que ingressou no processo de modernização nos anos 1970, com a chamada Revolução Verde (sementes e fertilizantes), seguido pelo grande esforço de industrialização e construção de infraestrutura. Para Campolina Diniz (2019), a posição do Brasil nesse cenário tem sido preocupante, pelos seguintes dados:

> A partir de 2006, a balança comercial de manufaturas passou a apresentar déficits crescentes. Entre 2003 e 2013, a demanda doméstica de bens manufaturados cresceu 60%, enquanto a produção nacional cresceu apenas 34%, aumentando a participação das importações na demanda interna, especialmente nas atividades de média e alta tecnologia. Segundo Sarti e Hiratuka (2017), entre 2009 e 2014, a participação brasileira nas exportações mundiais de manufaturados caiu de 0,8% para 0,6%, enquanto a participação nas importações subiu de 0,5% para 1,4%. Além do crescimento das importações de bens finais, vieram aumentando também, de forma significativa, as importações de bens intermediários, especialmente de partes e componentes. O resultado tem sido uma perda contínua do peso da indústria no PIB, rápido processo de desnacionalização da indústria brasileira e perda de importância dos segmentos de tecnologias mais avançadas (CAMPOLINA DINIZ, 2019, p. 11).

Para além desses dados acerca da industrialização, da ampliação da demanda interna e do aumento da importação em fase da retração da indústria, a grande questão que se coloca, segundo Campolina Diniz (2019) e Brandão (2019), é a dimensão territorial desse processo:

será que o Brasil conseguirá manter a dinâmica da desconcentração produtiva ou desconcentração regional que vem experimentando desde a década de 1970? A verdade é que desde esse período houve

> (...) em primeiro lugar, a grande expansão das fronteiras agropecuária e mineral, promovendo o crescimento da produção nas regiões Centro-Oeste, Norte e da própria faixa ocidental do Nordeste (MATOPIBA) e da agricultura irrigada em várias bacias hidrográficas dessa última região. Em segundo lugar, pelos efeitos horizontais das políticas sociais sobre as regiões mais atrasadas, especialmente do Nordeste. A transferência de renda por meio da aposentadoria rural, da LOA e do Bolsa Família monetizaram a população mais pobre, ampliando o mercado de bens de consumo. A isso se acrescenta a expansão e mercantilização da agricultura familiar, realimentando o crescimento econômico e a demanda. Em terceiro lugar, pelo grande impacto das políticas de educação e saúde, especialmente nas pequenas e médias cidades. Em quarto, pela combinação de investimentos em infraestrutura, especialmente portos (Itaqui, Pecém, Suape), ferrovia, e aeroportos nas principais capitais do país. Por fim, pelo pacote de investimentos industriais patrocinados pelo Governo Federal, especialmente no Nordeste (refinaria, estaleiros, petroquímica, automotiva, celulose, usinas elétricas, infraestrutura urbana, parques eólicos etc.) (CAMPOLINA DINIZ, 2019, p. 13).

Acerca da dimensão espacial e territorial desse processo, cabe uma breve reflexão a partir das contribuições de Silva (2018) e Brandão (2019). A primeira autora afirma que as políticas públicas voltadas ao planejamento territorial, em geral, têm-se utilizado de uma concepção de espaço absoluto, o que em seu entendimento limita a noção de território, pois o conceitua apenas como sendo a "delimitação de uma porção do espaço sobre a qual atores públicos e privados detém certo nível de governança" (SILVA, 2018, p. 50). Desse modo, considera importante que esse conceito seja revisitado para que não se torne apenas uma mera adjetivação retórica nas políticas governamentais. Para Silva (2018), a grande questão que se coloca é a seguinte:

> *O que seria a "dimensão territorial" das políticas públicas? Ou quais atributos conferem às políticas uma dimensão territorial?* A argumentação apresentada até o momento aponta que não se trata de uma extensão geográfica nem à um aspecto associado à apenas um tipo de política. Ademais, aspectos como a cooperação governamental e o reconhecimento das implicações territoriais são indispensáveis, mas não bastam para que as políticas públicas ponderem efetivamente a dimensão territorial (SILVA, 2018, p. 54. grifo da autora).

Para que uma política pública assuma uma postura territorial é necessário considerar ao longo da sua elaboração, formulação, implementação, execução, monitoramento e

avaliação, a dimensão particular e peculiar da multiplicidade territorial, ressaltando-se, contudo, que por mais que determinada política não esteja focalizada para um território em específico, não se pode negar ou desconsiderar que ela tem uma dimensão territorial, por mais que, a princípio, não esteja explicitada nos seus objetivos (SILVA, 2018).

Ao observar as mudanças e permanências na estrutura produtiva brasileira, bem como suas implicações territoriais entre 2003 e 2018, Brandão (2019) faz a seguinte tipologia territorial:

> • Territórios Tipo I – impactados pela força inercial dos fatores de aglomeração e de urbanização (litoral, RMs e capitais) e das vantagens locacionais produtivas da rede urbana do Sul-Sudeste;
> • Territórios Tipo II – impactados pela implantação de investimentos pontuais, com tendência a se constituírem em polos isolados ou enclaves com baixa indução do entorno e da hinterlândia;
> • Territórios Tipo III – impactados pela demanda mundial de commodities;
> • Territórios Tipo IV – impactados pelos investimentos realizados ou orientados pelo Estado em infraestrutura de transportes e energia etc.;
> • Territórios Tipo V – impactados pelos impulsos das políticas sociais, melhorias das condições de vida e nos equipamentos sociais, ampliação do mercado interno de consumo (BRANDÃO, 2019, p. 261).

Essa tipologia resultou de investimentos públicos e privados que, a rigor, se orientaram pelo que Brandão (2019, p. 261) denominou de "padrão inercial-litorâneo", considerando seu caráter pontual de enclave, a expansão da produção de *commodities*, os investimentos em infraestrutura e os gastos sociais. Ressalta-se que esse padrão de crescimento foi interrompido em 2015, com a possibilidade de impactos territoriais significativos, principalmente em termos de "efeitos destrutivos e desorganizados" (BRANDÃO, 2019, p. 261).

Na análise realizada por Brandão (2019), a geografia econômica brasileira passou por mudanças muito importantes, especialmente entre 2004 e 2014, com destaque para o período que vai até 2010, em que os investimentos do governo Lula tiveram grandes impactos territoriais. Devem-se destacar os grandes investimentos realizados pelo capital privado com o forte apoio do Estado, principalmente, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em que os setores agroindustriais, da indústria extrativa mineral, da indústria automobilística e de infraestrutura foram privilegiados na distribuição dos investimentos.

Para a Amazônia e o estado do Pará, Brandão (2019) chama a atenção para os investimentos relativos ao setor extrativo mineral. Somente o Pará recebeu um montante de 21,93%, do total de 50 bilhões investidos no país entre 2003 e 2015. Quanto ao setor elétrico,

destacou-se a construção das hidrelétricas de Teles Pires (MT/PA) e Belo Monte (PA). A região amazônica destaca-se ainda nos investimentos voltados para projetos de circulação, tais como os hidroviários. A região aparece na classificação territorial do autor com grande destaque no território de tipo IV:

> Obviamente, os investimentos em infraestrutura são importantes para qualquer região brasileira, porém são decisivos para o **bioma Amazônia.** Com a maior fronteira de recursos do planeta e vasta área de crucial dimensão geopolítica, seus eixos de penetração e integração e seus grandes projetos de exploração econômica, atrelados à provisão de infraestrutura de transportes e energia, acabaram por ocupar e articular a economia amazônica ao resto da economia brasileira e internacional. Esse bioma, como gigantesco manancial florestal, mineral, hídrico, de biodiversidade, apresenta também grande quantidade e diversidade de atores sociopolíticos e interesses econômicos, assim como a combinação de níveis muito díspares de desenvolvimento de suas forças produtivas e a coexistência de atividades lícitas e ilícitas de exploração (mineração, madeireiras, biopirataria etc.) (BRANDÃO, 2019, p. 274, grifo nosso).

De forma conclusiva, Brandão (2019), a exemplo de Campolina Diniz (2019), chama a atenção para a regressão dos investimentos que o país tem passado recentemente. Segundo sua interpretação, enquanto os países centrais do capitalismo têm voltado suas estratégias de desenvolvimento em massivos investimentos em tecnologia e produção aos moldes da indústria 4.0, baseada em ondas de conectividade e digitalização, países periféricos como o Brasil têm regredido, pois ainda falta realizar um planejamento territorial que construa vetores e estratégicos e que respeite a diversidade e a heterogeneidade regional.

1.3 O DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL: UMA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO[5]

A perspectiva aberta do desenvolvimento, segundo Souza (2002), refere-se ao fato de ela não assumir uma postura convencional que entende o desenvolvimento de maneira histórica e universal, sem considerar os diversos tipos de sociedade e cultura. Ao contrário dessa postura, o autor defende que se pense o desenvolvimento articulado com cada universo cultural e social particular, de modo a se construir uma sociedade justa e aceitável para os seus membros. Nessa visão, o desenvolvimento é entendido como um movimento sem fim,

5 O objetivo dessa parte do trabalho é apresentar a perspectiva de desenvolvimento socioespacial elaborada por Souza (2006). Não se pretende, nessa parte do trabalho, realizar uma reflexão ampla sobre o desenvolvimento, mas, fundamentalmente, mostrar a teoria que foi utilizada nesta pesquisa e que serviu como referencial teórico-metodológico para realização da pesquisa empírica nas comunidades de Bragança que fazem parte da COOMAC.

sem um “estágio final”, sem uma direção predeterminada e previsível. A ideia é evitar as visões economicistas, etnocêntricas e teleológicas (SOUZA, 1997; 2002).

De modo geral, segundo Souza (2006), a visão convencional do desenvolvimento - portanto, do desenvolvimento econômico - é entendida por meio de uma leitura bem delimitada: o crescimento econômico (como sendo o aspecto quantitativo) e a modernização tecnológica ou progresso técnico (aspecto qualitativo e estrutural). Ressalta-se, contudo, a necessidade de se relativizar essa postura economicista, pois a justiça social e o bem-estar não são derivações diretas da economia, da mesma forma, a preservação ambiental e a diversidade cultural.

Para Silva e Föetsch (2017), a compreensão de desenvolvimento socioespacial proposta por Souza (1996) torna-se importante por trazer uma compreensão alternativa não centrada no viés economicista. Assim, segundo os autores, Souza (1996) coloca como ponto-chave de sua análise, questões como autonomia, qualidade de vida e justiça social como os principais mediadores de sociodesenvolvimento de maneira a não excluir da análise a percepção individual e coletiva sobre as melhorias e alcançadas e aquelas fundamentais às novas necessidades.

Avançando na discussão, Souza (2006, p. 104) levanta o seguinte questionamento: “(...) o problema, afinal, é o substantivo (desenvolvimento) ou o adjetivo (econômico, social, sustentável etc., algumas vezes implícito no prefixo: ecodesenvolvimento, etnodesenvolvimento)?”. Para ele, o caminho não deve ser descartar a palavra desenvolvimento, mas sim discutir profundamente suas adjetivações, bem como as possibilidades de ressignificar o substantivo, pois, ao contrário do que pregam aqueles que desejam descartar a palavra desenvolvimento, não existe somente uma visão acerca do desenvolvimento - o desenvolvimento econômico -, do mesmo modo, nem sempre a palavra desenvolvimento significa economicismo, teleologia e etnocentrismo. O termo deve ser entendido, de acordo com Souza (2006), como uma mudança para melhor das relações sociais e do espaço:

> (...) se se tomar a palavra desenvolvimento, simplesmente, como um cômodo substituto da expressão *transformação social para melhor, propiciadora de melhor qualidade de vida e maior justiça social*, sem presumir ser ela incapaz de ser redefinida em termos não-etnocêntricos, não-teleológicos e não-economicistas, então se abrirá uma nova perspectiva diante dos nossos olhos (SOUZA, 2006, p. 105, grifo do autor).

A perspectiva de desenvolvimento adotada por Souza (2006; 2013) passa pelo entendimento da autonomia individual e coletiva, pela justiça social e pela qualidade de vida.

Não se trata, portanto, de simplesmente relacionar desenvolvimento à modernização territorial, menos ainda a desenvolvimento econômico numa visão eurocêntrica e teleológica.

> Definitivamente, o desenvolvimento socioespacial refere-se a um processo de enfrentamento da heteronomia e tendo a autonomia como um *horizonte de pensamento e ação*, é uma antítese ético-política do "desenvolvimento econômico" capitalista. São ideias antípodas: se situam em posições diametralmente opostas uma a outra, nos planos filosóficos e teóricos (SOUZA, 2013, p. 274, grifo do autor).

Na proposta de Souza (2013), o desenvolvimento socioespacial adota parâmetros subordinados e subordinadores, que se referem, acima de tudo, à autonomia, que é entendida, segundo ele, a partir da obra do filósofo Cornelius Castoriadis, como a capacidade da sociedade se autodeterminar ou se autoinstituir, tanto em termos individuais, com a efetiva liberdade individual, quanto em termos coletivos, com a possibilidade de autogoverno e de autodeterminação coletiva.

Em termos mais precisos, pode-se dizer, segundo Souza (2006; 2017), que a autonomia individual está relacionada à capacidade psicológica, material e institucional efetiva de cada indivíduo adulto estabelecer uma finalidade para sua existência e de buscar realizá-la de maneira lúcida e com igualdade de condições e oportunidades com outros sujeitos sociais. Já a autonomia coletiva está relacionada à presença de instituições sociais capazes de garantir a já citada igualdade efetiva de oportunidades aos indivíduos para poderem realizar seus projetos, bem como para poderem participar das tomadas de decisões relevantes para a coletividade. A autonomia coletiva pode ser entendida como sinônimo de democracia radical e de autogoverno, que possuem instituições políticas e econômicas com capacidade de garantir a autonomia individual e um imaginário voltado à socialização autônoma dos indivíduos (SOUZA, 2006; 2017).

Quanto aos parâmetros subordinados, Souza (2006; 2013) refere-se à justiça social e à qualidade de vida. A primeira tem relação com a simetria, com a equidade e com a igualdade efetiva de oportunidades a todos os sujeitos. Para esse autor, ser justo significa, na visão de Aristóteles, "tratar os iguais igualmente e os desiguais desigualmente" (SOUZA, 2006, p. 134). Para que se alcance a justiça é necessário adotar uma dimensão universalista:

> Partindo-se da igualdade entre os indivíduos não apenas como cidadãos, independentemente de etnia, sexo etc., mas como *seres humanos merecedores de tratamento igualmente digno e respeitoso*, conclui-se que o acesso a fatores de qualidade de vida – como equipamentos culturais e recreativos – e a quaisquer locais públicos não deve apenas ser facultado formalmente (legalmente) a todos os indivíduos: é necessário que barreiras

> discriminatórias, simbólicas ou territoriais, sejam efetivamente eliminadas (SOUZA, 2006, p.135).

A segunda noção - a qualidade de vida - deve ser entendida não somente como melhorias materiais, como no padrão de vida, mas também como melhorias imateriais. Enquanto o padrão de vida está relacionado ao poder aquisitivo de um determinado indivíduo e pode ser expresso por uma grandeza mensurável - o dinheiro - e o mercado, a qualidade de vida é muito mais abrangente, embora não abra mão do padrão de vida. Ela incorpora elementos que não podem ser simplesmente obtidos no mercado ou mesmo podem ser mensurados, tais como qualidade do ar, beleza cênica, liberdade política. De forma concreta, busca-se por meio da pesquisa obter os seguintes dados: educação, saúde, moradia adequada, saneamento básico, equipamentos de lazer e cultura etc. (SOUZA, 2006).

A utilização do conceito de desenvolvimento socioespacial proposta por Souza (1996), permitiu a Miorin (2017) refletir sobre os impactos gerados pela implantação massiva de tecnologias na produção rural que, segundo a autora, provocou: "substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, pela intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais" (MIORIN, 2017, p. 90). Para Miorin (2017), esse movimento tecnológico trouxe um desenvolvimento social aparente, sustentado por indicadores meramente econômicos, que não tardou a se desestruturar revelando-se desigual, excludente e prejudicial principalmente ao pequeno agricultor. Por conseguinte, Miorin (2017), tendo por referência Souza (1996), beneficia-se na pesquisa por uma orientação de desenvolvimento que tem como finalidade a mudança para melhor, a promoção dos indivíduos, tornando-se exequível graças à ação coletiva que, nas palavras da autora, "transformam o espaço em territórios de vida, ao promoverem sua produção como garantia do amanhã e a reprodução como garantia do futuro" (MIORIN, 2017, p. 99).

Para finalizar a abordagem ainda é necessário um breve acréscimo à discussão acerca do aspecto espacial da abordagem do desenvolvimento aqui adotada. De início, é necessário dizer que o espaço foi, em grande medida, negligenciado nas discussões acerca do desenvolvimento (SOUZA, 1997).

> Mesmo naqueles casos em que a dimensão espacial foi ou é bastante valorizada, em geral trata-se de uma visão muito parcelar da espacialidade, sendo o espaço reduzido a uma de suas facetas: espaço econômico (caso de certas teorias econômicas do desenvolvimento regional), espaço natural ("ecodesenvolvimento"/"desenvolvimento sustentável") e por aí vai. (SOUZA, 2006, p. 108).

Para Souza (1997), não é difícil encontrar uma explicação para a pobreza no diálogo entre espaço e desenvolvimento nas diferentes teorias. As teorias da modernização e do crescimento econômico viam o espaço como um epifenômeno, um dado empírico puro e simples, indigno de qualquer atenção mais elaborada. Até mesmo aquelas exceções dentro do grupo (teoria dos polos de desenvolvimento, economias regionais e urbanas etc.) pensavam o espaço da perspectiva econômica, como espaço abstrato. O ecodesenvolvimento, por sua vez, embora tenha criticado duramente o chamado "fetichismo do crescimento", não apresentou grandes avanços, tendo substituído a visão de espaço abstrato da economia, por uma redução do espaço a sua dimensão naturalizante, isto é, quase como natureza (biosfera, ecossistema). Já as teorias do desenvolvimento endógeno ou do desenvolvimento de baixo para cima, por mais que tenham avançado, ainda mantiveram o horizonte capitalístico, tendo sido "atropeladas pelo avanço da globalização e condenadas ao ostracismo pela maré conservadora neoliberal" (SOUZA, 1997, p. 26).

No caso do marxismo, de forma semelhante à economia burguesa, o espaço também não foi merecedor de grande atenção, em grande medida em função de sua visão economicista. A recente abertura dessa perspectiva teórica para a incorporação do espaço vem se tornando expressiva a partir de autores não apenas do campo da Geografia e da Sociologia, mas também economistas do grupo trotskista, como Ernest Mandel, e cientistas políticos, como Nicos Poulantzas e Immanuel Wallerstein (SOUZA, 1997).

Na proposta de Souza (1997; 2006), o espaço deve ser entendido em termos de materialidade e de relações sociais, nas dimensões objetivas e (inter)subjetivas. Da perspectiva da materialidade, deve-se considerar o espaço natural enquanto recursos naturais e energia, bases do processo produtivo, e enquanto salubridade (condições adequadas da água, do ar, dos solos etc.), base da reprodução da vida humana; o aspecto econômico, a estrutura e forma espacial como condição de produção e meio de circulação; o aspecto político, os objetos geográficos e sua configuração como trunfos para o controle e a segurança; o aspecto cultural, os símbolos e signos como representações da identidade coletiva. Não se pode esquecer, contudo, que

> Cada um desses aspectos pode ser conformado em sentido subordinador-heteronomizante ou emancipatório-autonomizante: sob o capitalismo, a dimensão econômica é dominante, o que conduz muitas vezes (mas não inteiramente) à instrumentalização do resto (...). Controle e segurança normalmente traduzem-se por heteronomia, restringindo acessos, disciplinando os indivíduos e corporificando-se em bastiões de uma ordem excludente (...), mas também podem expressar o legítimo domínio de uma coletividade autogovernada sobre os eu espaço (...). Quanto aos símbolos e

> signos inscritos na materialidade do espaço social (...) tanto podem indicar proibições (uma placa, um muro) quanto possibilidades (SOUZA, 1997, p.28-29).

De forma sintética, pode-se dizer que o espaço (ou a organização espacial) está relacionado à dinâmica produtiva e tecnológica, com as relações de poder e com as representações sociais (imaginário). Desse modo, qualquer transformação social para melhor (desenvolvimento) necessita que o espaço seja reestruturado.

Neste sentido, é que se pode estender um pouco mais a discussão apontando para o debate das práticas espaciais (SOUZA, 2017), uma vez que a realidade estudada se apresenta como um exemplo de prática espacial, realizada por um movimento social, a Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares dos Caetés. Esse conceito de prática espacial é entendido como uma ponte conceitual entre as relações sociais e o espaço:

> O conceito de *prática espacial*, que inicialmente remete à contribuição do pensador neomarxista Henri Lefebvre, assume aqui importância decisiva. De acordo com ele, em seu livro *La production de l'espace*, "a *prática espacial* consiste em uma projeção 'sobre o terreno' de todos os aspectos, elementos e momentos da *prática espacial*" (LEFEBVRE, 1981, p.14). (SOUZA, 2017, p. 349).

Embora tome como referência inicial essa concepção de Lefebvre sobre prática espacial, expressa na citação anterior, Souza (2017) ressalta que seu propósito é não assumir uma fidelidade total ao pensamento lefebvriano, pois tem como intenção reciclar e recontextualizar esse conceito de prática espacial à luz de outras referências, mesmo porque Souza (2017) entende que a visão de Henri Lefebvre ainda está presa na ideia de que o movimento social, em sua época, o movimento operário, é dependente da reflexão da intelectualidade marxista, o que a rigor, segundo Souza (2017), torna a obra do filósofo heterônoma, bem como limita o entendimento da ação dos movimentos sociais, que por meio de suas práticas espaciais emancipatórias, fazem com que a autonomia se torne um experimento concreto e não somente uma reflexão filosófica.

De acordo com Souza (2013; 2017), as práticas espaciais são práticas sociais em que a dimensão espacial, a espacialidade (a organização espacial, a territorialidade, a lugaridade) é um componente central na forma de organização, nos meios de expressão e nos objetivos a serem alcançados. Na sua análise, ele destaca o papel das "práticas espaciais insurgentes", que segundo ele,

> As práticas espaciais *insurgentes* têm a ver, em primeiro lugar e acima de tudo, com a *ação direta*. Aquelas práticas dos movimentos "negociadas"

> com o Estado jamais são, a rigor, insurgentes, uma vez que, especialmente de um ponto de vista libertário, não será a partir do Estado ou com base em regras e instâncias de poder com ele pactuadas que se superará a heteronomia que o Estado maximamente representa, e da qual ele é o principal garantidor institucional (SOUZA, 2017, p. 379).

Souza (2017) faz questão de ressaltar que as políticas públicas e as instâncias participativas comandadas pelo Estado, como os orçamentos participativos, por exemplo, não devem ser entendidas em si mesmas, como práticas insurgentes, pois nenhum Estado capitalista, segundo o autor supracitado, pode desenvolver ou mesmo patrocinar práticas que possam se insurgir, efetivamente, contra a propriedade privada e os demais pilares da ordem heterônoma.

De forma concreta, Souza (2013; 2017) apresenta, ilustrativamente seis tipos de práticas espaciais insurgentes, evidentemente, não tendo a pretensão de esgotá-las:

i) Territorialização em sentido estrito, é aquela em que se tem a presença física do movimento de contestação, por exemplo, ocupações, piquetes etc.;

ii) Territorialização em sentido amplo, é aquela em que não se tem a rigor a presença física dos transgressores, no entanto, os direitos formais e as prerrogativas legais da propriedade privada são desafiados, como na grafitagem e na pichação;

iii) Refuncionalização/reestruturação do espaço material que se refere às transformações realizadas no substrato material a fim de adequá-las a nova realidades dos territórios dissidentes;

iv) Ressignificação dos lugares no que concerne à cultura, ao simbolismo e ao discurso, entendidos também como campos de batalha;

v) Construção de circuitos econômicos alternativos, o que diz respeito ao desenvolvimento de novas formas alternativas de produção, no sentido de garantir emprego, renda, produção, comercialização e consumo, diferente dos pressupostos capitalista;

vi) Construção de redes espaciais, no que diz respeito a "estratégias multiescalares" de modo a promover a integração entre diversas experiências de "territórios dissidentes" com o objetivo de garantir a sua reprodução. (SOUZA, 2013; 2017).

O desafio para as práticas espaciais insurgentes, segundo Souza (2017, p. 454), deve ser a de opor aos “espaços-prisões”, às “novas ágoras”, territórios dissidentes, em grande medida animados por experiências de autogestão e de “autoplanejamento”.

No que tange à aplicabilidade e uso dos conceitos, Botton e Stürmer (2020) e a abordagem desenvolvimento socioespacial de Souza (2018) mostraram-se de alta relevância como instrumento teórico-conceitual na medida em que possibilitou identificar demandas sociais de estudantes integrantes à população vulnerável, pertencentes ao Instituto Federal de Farroupilha (IFFAR), tais como LGBT, refugiados, remanescentes quilombolas, camponeses, pessoas com deficiência e outros. O estudo de Botton e Stürmer (2020) trata sobre o direito ao amparo institucional que deve ser direcionado a essas populações e, ao mesmo tempo, as contínuas demandas sociais que surgem após sua inserção em meio acadêmico. Com base na teoria de desenvolvimento socioespacial proposta por Souza (2018), Botton e Stürmer (2020) percebem ser necessário que o IFFAR fortaleça e amplie as ações institucionais direcionada às minorias sociais, contemplando a educação-território e desenvolvimento para que concomitantemente favoreça o desenvolvimento em escala microlocal e a inclusão social.

Miorin (2017), ao refletir sobre modernização do espaço rural via tecnologia expressa por meio de um estudo de caso como pré-condição ao desenvolvimento territorial, utiliza como instrumento de análise as variáveis propostas por Souza (1996) que fundamentam sua teoria sobre desenvolvimento socioespacial. Em primeiro lugar, Miorin (2017) expõe a concepção de desenvolvimento segundo o entendimento de Souza (1996), como uma mudança positiva desejada ou desejável; em seguida, insere questões sobre autonomia ao se referir sobre organização resultante de participação coletiva e justiça social para a conquista e manutenção da equidade. Conquista no sentido de reconhecer a constituição territorial como resultante de um campo de forças, em que diferentes interesses lutam por seu protagonismo.

1.4 O DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL: A BIOECONOMIA COMO CAMINHO DE POSSIBILIDADES

Homma (2018) explica que o extrativismo vegetal na Amazônia detém um papel expressivo na formação econômica, social e política da região. Os principais produtos extrativistas que contam com um amplo mercado consumidor interno e externo seguem a seguinte ordem histórica de exploração: o cacau, a seringueira, a castanha-do-pará, o pau-rosa, a madeira e o açaí. A obtenção dessas matérias-primas se dá de duas formas principais: pelo cultivo (domesticação da espécie) ou simplesmente pela coleta de árvores nativas

preexistentes. No caso dos óleos essenciais amazônicos, eles passam a ganhar importância a partir de 1929 com a exploração do pau-rosa, que dentre os exemplos de formas de uso na indústria destaca-se como matéria-prima principal na produção do perfume francês Chanel Nº 05 (NOBRE; NOBRE, 2019).

A proposta da Bioeconomia como uma atividade extrativista e sustentável vem ganhando força nos últimos dez anos, em solo europeu, e recentemente tem alcançado timidamente setores do governo brasileiro (FREITAS; SCHOR, 2020). Para Freitas e Schor (2020), a Bioeconomia deve estar atrelada à sustentabilidade socioambiental e ao conhecimento tradicional do seu povo.

Para Guimarães et al. (2019), a Bioeconomia há décadas já vem sendo caracterizada como alternativa viável de desenvolvimento local, pois além de trazer impactos positivos na recuperação e manutenção de ecossistemas, especialmente em estuários e áreas de várzea, representa uma importante forma de aquisição de renda e melhoria na qualidade de vida das famílias de coletores e agricultores familiares que dependem do produto da floresta amazônica. Porém, ainda é uma atividade com baixa expressividade na economia nacional, representando apenas 0,02% do Produto Interno Bruto brasileiro (PIB). Já em termos de receita bruta gerada no período de 2008 a 2018, seu rendimento foi de 1,054 bilhão obtido no comércio de feiras em Belém, sendo a comercialização do açaí a principal responsável por esse montante (GUIMARÃES et al., 2019).

Para Nobre e Nobre (2019), o mercado extrativista da Bioeconomia é inovador por valorizar a biodiversidade, por manter a floresta em pé e ao mesmo tempo ser fonte de renda das comunidades extrativistas locais. Segundo esses autores, os ativos biológicos da Amazônia, quando preservados, possuem alto valor agregado, apresentando como exemplo o caso da ucuuba, espécie vegetal popularmente utilizada na produção de vassouras, assim que houve a substituição da derrubada pela coleta dos frutos, os autores registraram um lucro três vezes maior em comparação à utilização anterior.

Esse modelo de economia, que tem como ideal a exploração comercial de produtos da Amazônia e, ao mesmo tempo, a manutenção da floresta, é denominado por Nobre e Nobre (2019) como Terceira Via Amazônica. Segundo esse autor, faz-se necessário fortalecer cada vez mais o paradigma de desenvolvimento sustentável no sentido de superar a oposição entre desenvolvimento econômico e conservação florestal. Assim, a nova proposta possibilitaria acessar a riqueza da floresta e garantir desenvolvimento promovendo uma economia local forte e solidária. Para Nobre e Nobre (2019), o motivo da alta valorização dos produtos

naturais da Amazônia se deve à quarta revolução industrial ou indústria 4.0 cuja, atualmente, uma de suas vertentes tem se voltado para o desenvolvimento de novas possibilidades de uso de insumos da biodiversidade na produção de fármacos, cosméticos e produtos alimentícios, além da busca por novas soluções energéticas. Dessa maneira, para o autor, está dada a oportunidade de desenvolver uma economia verde que seja capaz de aproveitar o potencial da região e ao mesmo tempo oferecer o retorno devido às populações da floresta, que inclui avanços tecnológicos, melhoria na aquisição de renda, valorização do trabalho e qualidade de vida.

Nesse sentido, a SOS Amazônia (2018) reforça a necessidade de integrar cada vez mais um número maior de comunidades ao mercado da Bioeconomia para que façam uso das oportunidades locais por meio do aproveitamento de seus recursos florestais como alternativa de melhoria de vida e inclusão socioprodutiva via sustentabilidade.

Para Guimarães et al. (2019), apesar dos inúmeros benefícios que a Bioeconomia proporciona, promovê-la significa superar muitos desafios. Para começar, é considerada uma economia bastante frágil, pois há um baixo índice de regularização fundiária entre as famílias; ausência de uma infraestrutura necessária para coleta, beneficiamento e comercialização dos insumos da floresta; pouca ou nenhuma educação formal; baixo ou nenhum investimento governamental e baixa ou nenhuma influência na precificação dos produtos comercializados. Acrescentam Nobre e Nobre (2019) que as dificuldades também residem no alto grau de isolamento das comunidades; grandes distâncias a serem percorridas; precárias vias de acesso; escassez energética e constantes prejuízos, pois muitos frutos se estragam durante o transporte.

Segundo Afonso (2021), em grande parte, os motivos que levam à incapacidade de um beneficiamento efetivo e adequado na produção e comercialização dos produtos da biodiversidade, deve-se à inserção recente da Bioeconomia às políticas públicas brasileiras, ocorrendo em meados de 2018. Porém, mesmo já instituída, a autora não identifica investimentos públicos expressivos no setor entre os anos de 2018 a 2021. Além disso, detém baixa visibilidade por ser um tema pouco abordado no país e que ainda não conseguiu atrair o interesse do grande capital.

Para muitas instituições voltadas à busca de alternativas de renda sustentável às populações da Amazônia, torna-se vital quebrar nocivos ciclos comerciais e estabelecer em seu lugar cadeias produtivas que proporcionem o comércio justo, sustentável e rentável. Assim, “não basta um desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável, é necessário equidade e justiça social a todos os elos” (FREITAS; SCHOR, 2020, p.23).

Como explica Prezotto (2020), para caminhar no sentido do comércio justo, inicialmente, é preciso integrar os trabalhadores extrativistas ao mercado formal, para isso se faz necessária a regularização do empreendimento. Prezotto (2020) apresenta como possibilidades de formalização: os empreendimentos individuais (pessoa física ou microempresário individual) ou em sociedade (associações, fundações e sociedades). Para o autor antes da escolha, é preciso que os interessados estejam cientes sobre seu significado, funcionamento e suas implicações legais. A importância de regularizar empreendimentos familiares e/ou comunitários permite aos extrativistas superar limites socioeconômicos e reduzir a situação de vulnerabilidade.

Segundo o ICMBio (2019), o cooperativismo, por exemplo, é compreendido como um dos caminhos mais adequados de geração de renda às populações amazônicas, permitindo a redução da precariedade, elevando a produção, atraindo mercados (embora ainda de forma bem limitada), realizando intercâmbios de saberes com outras instituições, facilitando o acesso à assistência técnica e, por fim, possibilitando a participação em mercados públicos, tais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Segundo dados recentes da GIZ (2020), houve um salto positivo na receita das cooperativas situadas na região amazônica que comercializam produtos da biodiversidade, alcançando um crescimento de 25% entre os anos de 2017 e 2019.

A restrição em relação ao acesso aos novos mercados também se dá pelo baixo investimento na cadeia produtiva, ficando as pequenas organizações limitadas ao comércio local e regional. Geralmente, os produtos da Bioeconomia são perecíveis, assim, a ausência de uma infraestrutura de armazenamento, dificuldades no escoamento da produção, limitações culturais, financeiras e tecnológicas não permite a organização ir muito além da posição que já se encontra (FREITAS; SCHOR, 2020).

Apesar da rentabilidade, ainda há muito o que fazer. Segundo Sawyer (2011), no caso das cooperativas, existem pouquíssimos casos de sucesso. Todo processo de criação de cooperativas, como elaboração de estatuto e ata de criação, obtenção de cadastro de CNPJ, despesas com cartório, emissão de documentos individuais (RG, CPF, certidão de nascimento\casamento etc.), alvará de funcionamento e outras exigências têm se mostrado bastante complexas para realidade das populações.

Mesmo quando todo o processo é cumprido e a cooperativa é estabelecida, o choque entre a antiga e a nova forma de organização, a baixa escolaridade, a ausência de capacitação técnica, a inexperiência de seus membros associados para dirigir a cooperativa, o alto custo e

as exigências legais para sua manutenção têm contribuído para o seu insucesso (SAWYER, 2011).

Segundo Sawyer (2011), para fortalecer o ramo da Bioeconomia, além de parcerias privadas, o apoio direto do Estado na manutenção das cooperativas em contexto amazônico torna-se indispensável, pois por suas ações, ele fortalece a cadeia produtiva, oferece alternativas de agregação de valor, ganhos e dá condições de competitividade aos produtos extrativistas. Esse apoio poderia acontecer da seguinte maneira: com a criação de agentes tecnológicos comunitários (melhor aproveitamento das habilidades individuais dos extrativistas, a capacitação de extrativistas nos princípios das tecnologias básicas e incentivo à inovação e adequação tecnológica), a construção de locais para o processamento de produtos extrativistas (considerando se aí estão incluídas as tecnologias de apoio, como energia, instalação sanitária e tratamento de resíduos), a instalação de centros permanentes de capacitação multidisciplinar, a criação de meios de valorização econômica dos produtos da floresta pela sua interface socioambiental, o oferecimento de linhas especiais de crédito e o desenvolvimento de tecnologias baseadas na agroecologia.

Freitas e Schor (2020), ao concordar com Sawyer (2011), explicam que com o apoio de organizações sociais, associações em cooperativas têm se mostrado muito importante por promover a valorização dos produtos da floresta, favorecendo a distribuição de renda de forma mais justa aos coletores extrativistas, proporcionando a realização de uma forma de Bioeconomia atrelada à sustentabilidade, promoção social e capaz de dar prestígio ao conhecimento das populações amazônicas. Nesse contexto, para as autoras, o Estado deve investir em parcerias com organizações sociais que desempenhem esse papel.

Como visto, a Bioeconomia não tem sido beneficiada com o investimento necessário para que alcance seu pleno desenvolvimento, porém há intenções advindas por instituições públicas e privadas em potencializar esse tipo de economia. O Governo do Amazonas, por exemplo, desenvolve o programa estruturante Biópolis Amazonas, com o objetivo de intensificar a exploração sustentável dos recursos florestais pela construção de complexos que deverão abrigar parques tecnológicos, científico e digital, além de firmar parcerias internacionais de forma a possibilitar atuação em cinco eixos: turismo, mineração sustentável, polos agroindustriais, agricultura peri-urbana e produção de proteínas alternativas. Dentro do programa Biópolis Amazonas, explicam Freitas e Schor (2020), deseja-se implementar as chamadas Bolsas de Mercadorias da Amazônia (BMA) como

> (..) um instrumento financeiro para fins socioambientais com o potencial de operacionalizar a bioeconomia amazônica, fomentar o desenvolvimento

> sustentável e justo e erradicar a pobreza entre as populações produtoras e extrativistas do bioma amazônico (FREITAS; SCHOR, 2020, p. 22).

A BMA foi inspirada, segundo as autoras, em um modelo, que trouxe prósperos resultados, já em funcionamento na Etiópia, chamado de Bolsa de Mercadorias da Etiópia (ECX). Após sua implantação, registraram-se altas taxas de lucratividade, aumento na participação de agricultores e a retirada de milhares de pessoas da miséria.

Freitas e Schor (2020) afirmam que a BMA tem sido idealizada sobre dois importantes pilares: o primeiro seria a formação de preço de forma justa, transparente com ampla divulgação, já o segundo seriam os preços embutidos, levando em conta a qualidade dos produtos e a logística. As etapas de funcionamento da Bolsa de Mercadorias consistem na classificação, precificação e armazenagem dos produtos da biodiversidade. O armazenamento será feito em locais estratégicos, buscando facilitar o escoamento da produção e a relação entre vendedores e compradores deverá ser formalizada por meio de contratos padronizados (FREITAS; SCHOR, 2020).

A BMA fará uso de tecnologias da informação para divulgação e negociação on-line. Dessa forma, espera-se obter aumento de clientes e o crescimento no volume de vendas. Explicam as autoras que a importância da tecnologia da informação nesse projeto é transversal, pois é imprescindível em todas as etapas, tais como negociação, liquidação, armazenamento, pagamento, rastreamento e ainda permite a construção de um banco de dados para tornar as informações transparentes e consultáveis.

Freitas e Schor (2020) vislumbram grande potencial na BMA, primeiro por ter dado certo na Etiópia, onde a população rural apresentava dificuldades econômicas semelhantes a populações de extrativistas e de agricultores que vivem na região amazônica em situação de pobreza e dependência de atravessadores. O segundo motivo seria porque a BMA estará aparelhada por um conjunto de políticas públicas que buscam instituir o conhecimento da natureza e o desenvolvimento econômico.

Nesse processo do desenvolver de potencialidades, de fortalecer o capital social em locais com elevados níveis de pobreza, Chiarello (2015) destaca o papel das universidades como determinante. Essas instituições têm o potencial de sensibilizar pessoas a se associarem em torno de propósitos comuns, formar agentes multiplicadores de conhecimento e desenvolver pesquisas em inovação tecnológica. O fato de produzirem ciência considerando diferentes abordagens sociais, tende a facilitar o atendimento às demandas de maneira congruente a cada realidade. Dentre as possibilidades oferecidas pelas universidades às camadas populares e que permitem a promoção do capital social está a transferência e trocas

de conhecimento, incentivo ao trabalho coletivo autogerido e redução das desigualdades sociais, por exemplo, por meio das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), conforme sugere Addor e Laricchia (2018).

Segundo Addor e Laricchia (2018), as ITCP tendem a contribuir da seguinte maneira:

> i) dando suporte a grupos que ainda estão se estruturando, tornando-os mais autônomos e independentes, e mesmo que finde o processo de incubação, ainda há possibilidade de manter assessoria periódica;
> ii) desenvolvendo um conjunto de técnicas, métodos, ferramentas e máquinas com o propósito de melhorar a produção nos mais diversos sentidos, como: produção, gestão e comercialização e;
> iii) promovendo um ambiente participativo, articulando diferentes saberes, "o conhecimento acadêmico sistematizado com o conhecimento popular empírico – e gerar soluções adequadas ao contexto trabalhado e às características sociais, econômicas e culturais dos trabalhadores " (ADDOR; LARICCHA, 2018, p. 17).

É preciso ressaltar que o fortalecimento do capital social via ITCP não é exclusivo das universidades, os institutos federais de educação, ciência e tecnologia também são atuantes nesse domínio, como a Incubadora Tecnológica de Desenvolvimento e Inovação de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Incubitec) do Instituto Federal do Pará, Campus Castanhal. De acordo com Reis et al. (2018), a Incubitec tem atuado beneficiando organizações, como a Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba (Cofruta).

De acordo com os autores, ao beneficiar a Cofruta de forma participativa, desenvolveu-se um sistema de informação gerencial para dinamizar o controle de processamento de dados, criando um *website* para divulgar os produtos da cooperativa, bem como as etapas de produção e armazenamento, ampliou-se o leque de produtos comercializados pela cooperativa, ofereceram-se alternativas econômicas em relação à destinação de resíduos e foram ofertados cursos de formação aos membros cooperados.

Segundo Reis et al. (2018), o apoio da Incubitec aos empreendimentos solidários têm mostrado resultados significativos, contribuindo para inclusão social, o acesso à políticas públicas, redução do desemprego e abandono de terra, difusão de tecnologias, melhoria de renda e qualidade de vida.

Para Freitas e Schor (2020) é preciso construir modelos de desenvolvimento econômico regional e sustentável que sejam adequados a cada realidade, pois contextos diferentes requerem formas alternativas de processos e arranjos produtivos. Enquanto que

para o ICMbio (2019) é preciso criar estratégias no sentido de implementar modelos de gestão territorial levando em consideração as interfaces ambiental e social e estabelecer um plano de governança que abranja processos participativos de gestão, além de inserir a atividade econômica ao arranjo produtivo local. O poder público desempenha papel decisivo na promoção de associações e cooperativas, pois ao viabilizar o acesso às políticas públicas de saneamento, saúde, educação, assessoramento técnico e outras ações, ele oferece condições mínimas para o desenvolvimento das atividades produtivas.

4 DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL

Buscando responder à questão central desta pesquisa, ou seja, qual a contribuição da Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares dos Caetés (COOMAC) para o desenvolvimento socioespacial das comunidades agroecológicas de Tauari, Urupiúna e Cearazinho, localizadas no município paraense de Bragança, optou-se por adotar o conceito de desenvolvimento socioespacial proposto por Souza (2002) e relacioná-lo a diferentes abordagens da temática, de forma a auferir recursos teórico-conceituais que permitam acrescentar novas variáveis que possibilitem a compreensão mais completa da realidade estudada.

Para Souza (2002, p. 60), desenvolvimento é entendido como "uma mudança social positiva", que deverá considerar elementos que são próprios do sujeito e do grupo ao qual está inserido, são eles: cultura, desejos, expectativas, valores, visões de mundo etc. Para que ocorra, não poderá haver efeitos colaterais sérios, se houver, não há de se falar em desenvolvimento para melhor.

A perspectiva socioespacial presente na obra de Souza (2013) refere-se à interação entre espaço geográfico e o espaço social. O espaço geográfico é compreendido como o *conceito matriz* e nele está assimilado os conceitos de Marx e Reclus de "primeira natureza" e "segunda natureza" (SOUZA, 2013). Para Marx (1983), existem dois tipos de natureza, àquela intocada, que não sofreu ação da transformação humana, chamada de "natureza primeira"; e àquela que sofreu interferência humana, chamada de "natureza segunda".

Do ponto de vista da geografia, Souza (2013) entende que a natureza e sua relação com a sociedade é sempre mediada pela cultura e pela história, por mais que existam estudos, pragmaticamente, preocupados em entender as dinâmicas naturais a partir de seu "estrato natural", sem levar em conta a sua dimensão social. Em sua investigação, o autor vai privilegiar outro tipo de abordagem, isto é, centrada na análise da "segunda natureza". Neste sentido, o foco analítico deve contemplar a materialidade espacial transformada pela sociedade e sua dominação e apropriação, por processos relativos ao poder, a cultura e o simbolismo. A natureza que importa na abordagem socioespacial é, portanto, "a natureza-para-a-sociedade" (SOUZA, 2013, p.31), o que torna o espaço geográfico verdadeiramente social. De modo sintético, pode-se dizer que

> Da perspectiva socioespacial, é como se tivéssemos duas "camadas" ou dois níveis de conceitos primordiais, sendo o conceito de espaço geográfico um pouco mais amplo, e o de espaço social (que equivale a uma qualificação do

> espaço geográfico) podendo ser compreendido como mais específico e, a rigor do central. Das interfaces do espaço social com as diferentes dimensões das relações sociais emergem os conceitos de território, lugar e muitos outros. (SOUZA, 2013, p. 31-32).

As variáveis apontadas por Souza (2002), fundamentais para análise socioespacial, são a autonomia, a qualidade de vida e a justiça social. Em virtude de a cooperativa adotar a sustentabilidade como base produtiva, achou-se oportuno acrescentar as variáveis justiça ambiental e sustentabilidade. Acredita-se que tal feito tem o potencial de oferecer maior amplitude aos estudos pretendidos sobre esse tipo de desenvolvimento, isso significa dizer que a temática ambiental não será retratada de maneira isolada ao fenômeno social, por se tratar da condição necessária para reprodução de um modo de vida alternativo à produção convencional industrial rural e predatória. A agroecologia vem sendo constituída sob múltiplos aspectos: políticos, ecológico, econômico, cultural, sociais etc.

Resumidamente, entende-se nesta pesquisa desenvolvimento socioespacial a partir de dois elementos: 1) no plano social: uma mudança social para melhor, em termos da construção de novas relações sociais pautadas na busca de autonomia e justiça social; 2) no plano espacial (geográfico): a construção de um espaço com maior qualidade de vida e um ambiente ecologicamente equilibrado.

Apesar desta pesquisa ressaltar a importância da temática ambiental à análise socioespacial, isso não representa um posicionamento contrário ao pensamento de Souza (2002). Notou-se que, ultimamente, o autor tem se dedicado à retomada do debate da interdisciplinaridade dos saberes: natureza e sociedade no campo da Geografia. Colocando-se avesso às limitações de estudos ambientais que classificam natureza quase que exclusivamente a aspectos naturogênicos, ou ainda de maneira imaculada, prístina, intocada. Para Souza (2018), a dicotomia estabelecida entre os saberes sociedade e natureza, presente na Geografia, carece de ser substituída pela bipolarização epistemológica, em que cada polo se posiciona um elemento,

> o polo do conhecimento sobre a sociedade, na trajetória de cada indivíduo, não impede que se valorize ativamente a dimensão biofísica do mundo (os fatores, dinâmicas e processos geoecológicos), da mesma forma privilegiar (idem) o polo do conhecimento sobre a natureza não elimina a necessidade de se “historicizar” a visão que se tem da natureza e se relativizar o alcance e até mesmo a “pureza” dos processos naturogênicos! (SOUZA, 2018, p. 296).

Nessas circunstâncias, Souza (2018) percebe a pertinência de resgatar a importância da Geografia Ambiental por ela se dedicar a temas e problemas "híbridos", "no sentido de se fazer necessária a conjugação dos métodos das ciências da natureza e da sociedade" (SOUZA, 2018, p. 297). Assim,

> Com base em uma compreensão ampla e não mutilada do conceito de ambiente e convocando igualmente outros tantos conceitos do arsenal geográfico (como território e lugar), a Geografia Ambiental almeja ser a chave-mestra com que os geógrafos podem ter acesso aos (*sic*) e contribuir com os debates que cercam atualmente a Terra como morada humana. (SOUZA, 2018, p. 295).

A Geografia Ambiental é identificada por Souza (2002) como sendo aquela capaz de contribuir para superação da problematização binária presente na oposição sociedade/natureza. Ela desempenha o papel de auxiliar no processo de renovação da ciência geográfica em virtude de representar a ponte de diálogo nos estudos sociogeográficos e ecogeográficos e aprofundar discussões de síntese homem-meio.

A primeira variável analítica proposta por Souza (2002) para o entendimento do desenvolvimento socioespacial é o conceito de autonomia, elaborado em conformidade ao pensamento de Cornelius Castoriadis. Para ele, autonomia deve ser entendida de duas maneiras: de forma individual e de forma coletiva, trazendo a seguinte reflexão,

> Autonomia individual é a capacidade de cada indivíduo de estabelecer metas para si próprio com lucidez, persegui-las com a máxima liberdade possível e refletir criticamente sobre a sua situação e sobre a informação de que dispõe, pressupõe não apenas condições favoráveis, sob o ângulo psicológico e intelectual, mas também instituições sociais que garantam uma igualdade efetiva de oportunidades para todos os indivíduos (o que inclui as condições materiais e o acesso a informações confiáveis). E a autonomia coletiva depreende-se não somente de instituições sociais que garantam a justiça, a liberdade e a possibilidade do pensamento crítico (o que implica a ausência de opressão "de fora para dentro" – de uma sociedade sobre a outra -, de "cima para baixo" – de uma classe ou grupo social sobre outro – e de mitos ou mecanismos ideológicos que transferem a responsabilidade pelos destinos humanos da ação humana para um plano metafísico – no estilo "vontade de Deus", "direito divino dos reis" etc.), mas também a constante formação de indivíduos lúcidos e críticos, dispostos a encarnar e defender essas instituições (SOUZA, 2002, p. 64-65).

Partindo das contribuições teóricas de Souza (2002), Lima (2018) compreende autonomia como uma meta a ser alcançada, uma busca a ser definida pelo próprio sujeito, sem que haja interferência externa. O indivíduo, como dono de suas vontades, capaz de se autogerir no presente e planejar a vida para o futuro, estando apto para identificar e resolver seus problemas, perceber suas potencialidades e aplicá-las de acordo com seus interesses. Desse modo, "prezar pela autonomia, portanto, é defender que os indivíduos tenham soberania de decidir acerca de suas vidas, sobre que rumos tomar e através de quais formas de organização prosseguir" (LIMA, 2018, p. 74).

Para Pinheiro e Paula (2016), as ações emancipatórias que compreendem o significado de autonomia têm o potencial de encaminhar grupos de indivíduos para o estabelecimento das chamadas organizações autogestionárias que podem sem compreendidas como

> Iniciativas de cunho econômico e social, que buscam estabelecer relações solidárias, democráticas e equitativas, movendo-se não apenas para alcançar resultados econômicos, mas também sociais, políticos, culturais e formativos. (PINHEIRO; PAULA, 2016, p. 235).

De acordo com Pinheiro e Paula (2016), apesar do termo autogestão comportar uma pluralidade de significados, e no campo da administração seu entendimento estar mais focado em finalidades econômicas, observa-se que, em algumas literaturas, há o esforço de se considerar a importância de ações de organizações de iniciativa coletiva:

> Manifestação de experiências empíricas baseadas no trabalho coletivo, em formas equitativas de distribuição de capital e das remunerações, bem como em formas de organizacionais que contrapõem os modelos econômicos, políticos e sociais de dominação. (PINHEIRO; PAULA, 2016, p. 23).

Para Souza (2013), o conceito qualidade de vida é mutável, varia de acordo ao contexto, à matriz cultural, época e até de indivíduo para indivíduo, mas em linhas gerais entende que seja

> A crescente satisfação das necessidades, sejam elas básicas ou não-básicas (distinção subjetiva e intersubjetivamente variável), sejam materiais ou imateriais de uma parcela cada vez maior da população: educação, saúde, moradia adequada (na escala da habitação, do bairro, o que pressupõe coisas como saneamento básico, equipamentos de lazer e outras facilidades) e por aí vai. (SOUZA, 2013, p. 62).

Já Alves (2020), ao realizar pesquisas sobre o que vem a ser qualidade de vida, deparou-se com uma variedade de abordagens, concluindo se tratar de um tema "amplo, complexo e multifacetado" (ALVES, 2020, p. 3). Contudo, mesmo havendo impasse de

ideias, ainda foi possível identificar certo consenso em seu entendimento devido à repetida presença dos aspectos humanos, ambientais e econômicos. Segundo a autora, qualidade de vida não deve ser mensurada unicamente a partir de um padrão preestabelecido, ela também deve ser compreendida a partir da identidade de grupos ou indivíduos e de acordo com seu contexto: "O mais importante é a constante busca, a partir do lugar, por aquilo que realmente é relevante para determinado grupo de indivíduos e também para a coletividade em termos de melhoria das condições" (ALVES, 2020, p.4).

Grande parte dos autores utilizados por Alves (2020) compreende qualidade de vida a partir de aspectos objetivos e subjetivos. Porém, para uns, a avaliação subjetiva torna-se mais valorada em comparação à objetiva por não compreender qualidade de vida como um constructo universal e sim como aquilo que é próprio a cada indivíduo ou grupo e aceito como desejável. Em se tratando de aspecto objetivo, também chamado de dado secundário, o compreende como condições de habitação, abastecimento de água, serviço de saúde e outras infraestruturas. Porém, em todo caso, Alves (2020) conclui que, para qualquer avaliação sobre qualidade de vida, deve-se,

> Portanto, conhecer a avaliação e/os aspectos mais importantes para as pessoas é mais relevante e eficaz do que simplesmente classificar os lugares a partir de ranqueamentos, por exemplo, a partir de dados secundários, que podem levar a interpretações falhas. Acrescenta-se ainda que, para compreender a qualidade de vida deve-se considerar além do contexto social, político e cultural de determinada sociedade, a escala temporal, pois a importância/valores atribuídos às coisas mudam - cada vez mais rapidamente ao longo dos anos. (ALVES, 2020, p.18).

O entendimento de justiça social de Souza (2020) segue o aforismo aristotélico, o qual diz que justo é "tratar os iguais igualmente e os desiguais desigualmente" (HELLER, 1998, p. 16 apud SOUZA, 2002, p. 62). Segundo o autor, isso significa que não basta que se criem leis ou normativas para garantir um direito, ou melhor, para que a justiça social se realize, são necessários oferecer meios que tornem o seu exercício possível.

Deve-se ainda reconhecer que o direito é uma garantia universal, independentemente de cor, sexo, religião etc. Para Souza (2002), a maneira de se fazer justiça social não é única, ela varia de acordo com o contexto de cada grupo, conjunto e sociedade, devendo ser considerados: cultura, espaço, tempo histórico, por isso, são necessárias adaptações a cada circunstância. Dessa maneira, conclui que "elas são realizadas pelos próprios indivíduos/cidadãos envolvidos no planejamento ou na gestão em um determinado espaço e tempo, e não pelo pesquisador ou planejador profissional" (SOUZA, 2002, p. 68).

Prizzio (2016), ao realizar pesquisas sobre justiça social, percebe se tratar de um tema bastante conflituoso. Sua concepção é construída de acordo com "os valores e os bens dominantes em cada sociedade, portanto, sujeitas às ideologias, uma vez que se assentam em concepções de mundo que emergem de relações sociais concretas" (PRIZZIO, 2016, p. 356). Porém, como observam Loureiro e Layrargues (2013), o campo social não é nem homogêneo e nem consensual, por esse motivo, estabelecem-se as tensões.

Segundo Prizzio (2016), por muito tempo, a ideia de justiça social esteve alicerçada basicamente ao modelo de justiça distributiva, ou seja, a riqueza socialmente produzida deverá ser repartida, distribuída, de acordo com regras e critérios socialmente aceitos. No entanto, quando se fala em justiça distributiva, aquela prioriza a repartição de riqueza orientada por regras socialmente aceitas, pode-se aí estabelecer conflitos sociais provenientes de grupos menos favorecidos com essa repartição.

Antes de 1960, justiça social se fazia prioritariamente por meio de lutas de classe. Para a classe trabalhadora, isso significava melhores condições de renda, trabalho, moradia etc. Após 1960, com a ascensão dos movimentos sociais que ansiavam pela ampliação dos direitos civis, passou-se a exigir inclusão de novas demandas, a fim de se contemplar a diversidade social, tais como: questões de gênero, nacionalidade, identitárias, meio ambiente, cultura, etnicidade e outros reconhecimentos. Essas novas aspirações passam a ganhar força no Brasil a partir da década de 1970, desse modo,

> Os dois paradigmas assumem pontos de vista distintos. A concepção paradigmática da redistribuição concentra-se nas injustiças definidas como socioeconômicas e atribui que suas ocorrências advêm da estrutura econômica da sociedade. Já o paradigma do reconhecimento centra suas atenções nas injustiças caracterizadas como culturais, que supõem arraigadas em padrões sociais de representação, interpretação e comunicação. (PRIZZIO, 2016, p. 364).

Segundo Prizzio (2016), ambos os paradigmas, por assumir pontos de vista distintos, resultaram em uma polarização da compreensão de justiça social, de tal forma, que ao optar por um, poderia significar excluir a possibilidade de realização do outro. Em situações concretas, isso comprometeria o atendimento de grupos sociais em posição intermediária, ou seja, aqueles que necessitam ao mesmo tempo de redistribuição socioeconômica e reconhecimento por fazer parte de "grupos estigmatizados institucionalmente, os grupos racializados marcados como diferentes e inferiores, entre outros, que sofrem formas variadas de desrespeito" (PRIZZIO, 2016, p. 365).

Para o autor, é indiscutível a necessidade de se ampliar conteúdo de justiça social para além do princípio distributivo, devendo a ela ser incorporadas ações de reconhecimento, o que compreende reconhecimento como "elemento fundamental na busca pela igualdade e, consequentemente, por uma sociedade livre de desigualdades sociais" (PRIZZIO, 2016, p. 359).

Com base no que foi apresentado por esse autor, o surgimento de novos paradigmas em matéria de justiça social torna possível a instauração de novos conflitos. Conflitos motivados pela disputa de interesses, passiveis de ocorrerem em diferentes níveis institucionais. Nesse contexto, Prizzio (2016) identifica o Estado como o grande fomentador de políticas participativas capazes de reduzir conflitos e ampliar o alcance da justiça social, de forma a garantir a elaboração de atos normativos democráticos, ampliação de espaços de diálogos, gestão e políticas públicas participativas. O autor compreende que a "percepção dos gestores de políticas públicas sobre a importância dessas ações é *conditio sine qua non* para o alcance de um patamar elevado de justiça social em nosso país" (PRIZZIO, 2016, p. 373).

Torna-se, desse modo, evidente que os avanços em justiça social necessitam do amparo institucional do Estado, porém deve-se considerar a importante influência dos movimentos sociais nesse processo evolutivo. Tatagiba et al. (2018), ao concordarem com Diani e Bison (2010), associam os movimentos sociais a ações no trato de problemas coletivos e à luta por justiça social. Esses movimentos encontram-se conectados a uma rede de identidade e solidariedade. Segundo Tatagiba et al. (2018), os movimentos sociais trabalham na elaboração de modelos alternativos de políticas e seus modelos de políticas têm a seguinte definição:

> Entendemos modelos de políticas (sejam dominantes, sejam alternativos) como conjuntos em constante construção de problematizações, soluções, instrumentos, arranjos e outros componentes ideacionais que se transformam ao longo do tempo por meio dos processos experimentais e relacionais. (TATAGIBA et al., 2018, p.107).

Segundo os autores, o surgimento de uma política pública inicia com a identificação de problemas que precisam ser corrigidos, de acordo com o interesse público. Nesse processo, são estabelecidas as soluções viáveis, informações técnicas e avaliação de todo tipo de recursos necessários. Durante esse percorrer de elaboração até a implementação, observa-se a interação de atores políticos e sociais. É nessa interação que os movimentos sociais tendem a se posicionar de maneira presente, e é por esse caminho que pessoas comuns, de forma organizada, passam a fazer parte do processo decisório em políticas públicas.

Partindo agora para a discussão sobre justiça ambiental, justifica-se a inclusão pela sua importância à autonomia para a construção de propostas de políticas públicas, equidade na distribuição dos recursos naturais, melhoria na qualidade de vida, resultando em avanços no campo da justiça social.

Segundo Acselrad et al. (2009), justiça ambiental se origina no seio de instituições de luta em defesa de direitos civis que passam a incluir em sua agenda de interesse o combate à poluição ambiental demasiadamente dirigida às populações menos favorecidas. À medida que se tem uma diminuição da degradação ambiental, observa-se redução da desigualdade social, aumento do protagonismo e maior participação popular, favorecendo ganhos nos aspectos cidadania e democracia.

Consta em Acselrad et al.(2009) que justiça ambiental é resultado da mobilização de diversas representatividades sociais, tais como entidades de direitos civis, grupos comunitários, organizações de trabalhadores, igreja e intelectuais, que perceberam a necessidade de integrar a defesa ao ambiente à luta por direitos civis, já que o risco ambiental era direcionado principalmente a populações de baixa renda e a populações negras. Neste último caso, a renda não era um fator tão determinante.

Segundo esses autores, a proteção ambiental é desigual e a produção de injustiça pode se dar de diferentes formas: quando há acesso desigual aos recursos; quando as políticas ambientais transferem o risco a minorias sociais; quando há omissão por parte de instituições em benefício à produção de mercado etc. Eles acrescentam que a injustiça pode ocorrer mesmo quando as ações não são intencionais, devendo, em todo caso, ser observada a carga de transferência desproporcional dos riscos a determinados grupos. Esses, geralmente, vivem em situação de alta vulnerabilidade, pobreza, carência de recursos políticos, baixa escolaridade etc.

Para Acselrad et al. (2009), quando se tem de um lado, um projeto desenvolvimentista que visa, por exemplo, a implantação de obras de infraestrutura, como a construção de barragens, passa a vigorar nessa realidade uma grande disparidade em relação aos acessos aos recursos naturais. Populações próximas, tais como comunidades extrativistas, pequenos produtores rurais, pescadores artesanais passam a ser atingidos pelos impactos ambientais que geram desaparecimento de espécies, desmatamento, aumento da acidez da água, deslocamentos involuntários e mudanças impostas ao modo de vida. Assim, se veem processos não democráticos de apropriação de recursos, provocando acesso desigual e proteção desigual do meio ambiente, com impactos indesejados direcionados mais intensamente às populações mais pobres.

> Trata-se, portanto, dos casos em que, em certas combinações de atividades, o meio ambiente transmite impactos indesejáveis (as ditas "externalidades") que podem fazer com que o desenvolvimento de uma atividade comprometa a possibilidade de outras atividades se manterem. Nesses casos, espaços produtivos privados transmitem os efeitos nocivos de suas práticas para o meio ambiente comum (ACSELRAD et al., 2009, p. 74).

Segundo Acselrad et al. (2009), a desinformação passa a ser uma importante arma para o controle social da população. É o instrumento que reduz a pressão social em virtude dos impactos causados pelas atividades predatórias, faz com que a percepção da exposição do risco por parte dos afetados se torne confusa, caracterizando a degradação como um "mal necessário" e condição única para o desenvolvimento. A desinformação poderá vir por uma aproximação amigável de empresas causadoras da degradação, oferecem empregos, constroem creches, escolas e postos de saúde. A população local passa a depender das "vantagens" oferecidas pela presença da empresa. Dessa forma, a exposição aos riscos torna-se menos inconvenientes, menos perceptíveis, reduzindo a necessidade dos afetados em questionar o modelo de desenvolvimento proposto.

Em sua leitura sobre justiça ambiental, Acselrad et al. (2009) apresenta a seguinte noção:

> A noção de justiça ambiental implica, pois, o direito a um meio ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, onde o "meio ambiente" é considerado em sua totalidade, incluindo suas dimensões ecológicas, físicas construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas. Refere-se, assim, às condições em que tal direito pode ser livremente exercido, preservando, respeitando e realizando plenamente as identidades individuais e de grupo, a dignidade e a autonomia das comunidades. A noção de justiça ambiental afirma, por outro lado, o direito de todo trabalhador a um meio ambiente de trabalho sadio e seguro, sem que ele seja forçado a escolher entre um risco sob risco e o desemprego. Afirma também que também o direito dos moradores de estarem livres, em suas casas, dos perigos ambientais provenientes das ações físico-químicas das atividades produtivas. (ACSELRAD et al., 2009, p. 74).

Para que se caminhe para mudança necessária, Acselrad et al. (2009) fala em uma "transição justa", de modo que a reinvindicação e conquista por um ambiente sadio e seguro não seja revertido em prejuízos a serviços essenciais, oferta e manutenção de emprego.

> As lutas por justiça ambiental constituem, assim, uma potente forma de resistência organizada contra efeitos perversos da mobilidade espacial do capital e dos esforços que os grandes interesses econômicos empreendem para instaurar diferentes padrões socioambientais de suas atividades – normas rigorosas em países e áreas ricas, normas mais frouxas em países e áreas pobres (ACSELRAD et al., 2009, p. 36).

No tocante à sustentabilidade, este estudo propõe verificar se as estratégias agroecológicas adotadas pela COOMAC também contribuíram para o desenvolvimento socioespacial das localidades de atuação dela. Segundo Lacerda (2019), por meio da agroecologia, desenvolve-se e resgatam-se metodologias alternativas de produção que visam à redução e eliminação da degradação do meio ambiente, sendo capaz de minimizar os impactos provocados pelas desigualdades sociais no campo, intensificadas pelo processo de industrialização da produção agrícola.

Explica Lacerda (2019) que o processo de industrialização no campo foi justificado pela necessidade de ampliar a produção de alimentos para atender a uma população mundial em ritmo acelerado de crescimento. Nesse sentido, a monocultura, o latifúndio, o uso intensivo de fertilizantes, sementes modificadas, maquinário e outras inovações passam a ser implementadas com o propósito de impulsionar a produtividade, expressão massiva da Revolução Verde, terceira revolução agrícola que surge no final dos anos 1960.

> A Revolução Verde fundamenta-se na melhoria do desempenho dos índices de produtividade agrícola, por meio da substituição dos moldes de produção locais ou tradicionais, por um conjunto bem a mais homogêneo de práticas tecnológicas, isto é, de variedades vegetais geneticamente melhoradas, muito exigentes em fertilizantes químicos de alta solubilidade, agrotóxicos com maior poder biocida, irrigação e motomecanização (EHLERS, 1999, p. 32 apud LACERDA, 2019, p. 50).

Para a autora, esse tipo de modernização destinada ao setor agrícola tem trazido sérios prejuízos ambientais e sociais. Dentre os impactos ambientais, aponta-se o aumento de áreas improdutivas, graças ao uso indevido de produtos químicos, o cultivo intensivo do solo, a utilização de espécies vegetais modificadas em laboratório, a erosão, a redução da biodiversidade, a contaminação da água e do solo e outros prejuízos de difícil reversão.

Em relação aos custos sociais, têm-se aumento da pobreza em face às dificuldades do pequeno produtor em se alinhar às novas dinâmicas produtivas que exigem um alto custo para sua implantação, o aumento da dependência de insumos comerciais, tais como sementes e defensivos e o aumento do consumo de alimentos e água contaminada (GLIESSMAN, 2001 apud LACERDA, 2019, p. 50-51).

A Agroecologia surge como forma alternativa ao modo de produção mecanicista, firmando o compromisso de preservação do meio ambiente e a redução das desigualdades sociais. Assim, conhecimentos sobre processos ecológicos são aprofundados e o saber tradicional das populações é valorizado (GLIESSMAN, 2001 apud LACERDA, 2019, p.64).

Ressalta-se que as práticas agroecológicas vão ao encontro dos princípios e valores daquilo que Leff (2009) denominou de racionalidade ambiental, definida como uma nova racionalidade produtiva que se fundamenta na ideia de que o ambiente é um potencial produtivo e um sistema de recursos a partir da aplicação dos princípios de uma produtividade ecotecnológica produzida pela articulação da produtividade ecológica, tecnológica e social.

A finalidade principal dessa racionalidade é a satisfação das necessidades sociais por meio de um processo de desenvolvimento sustentável centrado no equilíbrio ecológico e na justiça substantiva. Como exemplo dessa racionalidade ambiental aponta-se, dentre outros, os agroextrativismos da Amazônia que estão sustentados na produtividade ecológica e nas práticas culturais das populações.

Leff (2009) identificou duas formas de territorialização nesse debate: a territorialização da racionalidade econômica e a territorialização da racionalidade ambiental. A primeira tem como objetivo principal privatizar o conhecimento e capitalizar o saber dos povos de comunidades tradicionais, por meio de métodos de valorização da natureza provenientes da economia ambiental, tais como a valorização da biodiversidade pela riqueza genética, valores cênicos e ecoturismos. A segunda tem como objetivo central a apropriação coletiva e comunitária dos saberes, por meio de um amplo "diálogo de saberes" e intercâmbio de experiências camponesas de onde surgem novas estratégias de manejo sustentável dos recursos, como o agroextrativismo no Brasil, o manejo de floresta social e a agricultura orgânica no México, bem como os paradigmas da agroecologia e dos sistemas agroflorestais em diversos países da América Latina.

Destaca-se que, para realização deste estudo, as variáveis sustentabilidade e justiça ambiental serão analisadas em conjunto, tomando como base a óptica agroecológica, que foi o caminho seguido pelas comunidades e a cooperativa aqui analisada. Com base nas revisões de literatura, percebeu-se que a agroecologia obtém algum progresso quando apoiada por ações de justiça ambiental (BARCELOS, 2016).

Para Barcellos (2016), a produção agroecológica não é uma prioridade na agenda de políticas públicas no Brasil, ela concorre de forma desigual com o modelo de produção hegemônica (monocultura de base agroexportadora). Ao observar dados do Ministério da Agricultura, o autor verificou que muito mais é investido no agronegócio em comparação à agricultura familiar camponesa, acrescentando também a alta carga burocrática no acesso à linha de crédito governamental a qual estão sujeitos os pequenos produtores.

Além do baixo investimento na esfera produtiva, ainda segundo Barcelos (2016), há outros entraves que protelam os avanços da agroecologia, dentre eles cita:

> A deficiência de tecnologia social em escala e com o fomento necessário, seja por parte dos movimentos e organizações sociais, seja por parte do Estado, em grande medida é relativa à ausência de um projeto nacional de ciência e tecnologia adequado a essa necessidade e aos preceitos científicos da Agroecologia. Torna-se necessário avaliar e fomentar o debate sobre as matrizes curriculares e pedagógicas, os projetos de pesquisa e extensão na formação técnica e acadêmica das universidades e institutos técnicos que formam profissionais para atuar junto a esses saberes, preceitos científicos e tecnológicos (BARCELLOS, 2016, p. 252).

Conforme apresentado, o processo de desenvolvimento via produção agroecológica se vê comprimido por não estar vinculado ao propósito de grandes interesses econômicos, uma vez que a prioridade do país é o *agrobusiness* voltado à exportação. A adoção da agroecologia, segundo Caporal (2009), deve ser entendida como uma possibilidade de contribuir na mudança de comportamento das sociedades nas suas mais diferentes inter-relações com o meio ambiente. Além disso, a agroecologia é uma possibilidade de garantir maior justiça ambiental, uma vez que trabalha com novas formas de manejo dos recursos naturais que favorecem a inclusão social, busca reduzir profundamente a degradação ambiental na forma de produzir, bem como visa a promover a segurança alimentar e nutricional.

Deve-se ressaltar, porém, que na realidade em foco, ou seja, as comunidades de Bragança, Pará, não se tratam de comunidades tradicionais da Amazônia, mas de agricultores familiares (camponeses)[6]. Esses termos, de maneira geral, são utilizados para designar um modo de vida ou uma forma de organização social (ou socioterritorial) de pequenos produtores rurais, constituídos em bases de relações familiares e de vizinhança (D'INCAO, 2002), por outro lado, o termo populações tradicionais, é entendido, no sentido de Diegues (2004), como comunidades de pequenos produtores constituídos no Brasil no período colonial, nas fendas da monocultura e dos grandes ciclos econômicos.

No caso dos camponeses analisados, neste trabalho, não se pode dizer que são populações tradicionais, pois sua história apresenta particularidades - "são os descendentes da primeira fronteira agrícola do Pará" (CONCEIÇÃO, 2002) do século XIX - que não coadunam com essa concepção apresentada de comunidades tradicionais, relativas a povos originários.

---

6 Não é intenção deste trabalho entrar na polêmica discussão a respeito da agricultura familiar e do campesinato, pelo menos nesse primeiro momento. A discussão existente entre os geógrafos, postula o campesinato como uma classe social; e entre os economistas, como um grupo que defende dois destinos para o campesinato: sua transformação em trabalhador rural assalariado (proletarização) ou proprietário de terras (patrão).

Após apresentação das variáveis, notou-se necessário acrescentar como Souza (2002) compreende a interação entre elas: autonomia como o elemento central que fundamenta a análise, imprescindível para o desenvolvimento socioespacial. A autonomia é a variável que subordina a justiça social e a qualidade de vida, já que a partir do momento em que grupos ou indivíduos tomam consciência de seus objetivos e prioridades e os realizam, autonomamente, observam-se ganhos em relação à justiça social e à qualidade de vida. Logo, autonomia é a variável apontada como parâmetro subordinador e qualidade de vida, bem como justiça social, são apontados como parâmetros subordinados. Assim, tem-se:

> No que concerne ao desenvolvimento socio-espacial, venho propondo, há muitos anos, o seguinte encadeamento de parâmetros: 1) *parâmetro subordinador* (escolha de natureza, evidentemente, basicamente metateórica): a própria autonomia, com as duas faces interdependentes da *autonomia individual* (grau de efetiva liberdade individual) e da *autonomia coletiva* (grau de autogoverno e de autodeterminação coletiva, na ausência de assimetrias de poder estruturais, e também com os dois níveis distintos da autonomia no plano interno (ausência de opressão no interior de uma dada sociedade) e no plano externo (autodeterminação de uma dada sociedade em face de outras); 2) *parâmetros subordinados gerais:* justiça social (questões da simetria, da equidade e da igualdade efetiva de oportunidades) e qualidade de vida (referentes aos níveis histórica e culturalmente variáveis de satisfação de necessidades materiais e imateriais); 3) *parâmetros subordinativos particulares:* derivados dos gerais, enquanto especificação deles, correspondente aos aspectos concretos (cuja escolha e seleção dependerão da construção de um objeto específico e das circunstâncias e que se dê a análise e o julgamento) a serem levados em conta na análise, tais como (apenas para exemplificar) o nível de segregação residencial, o grau de acessibilidade (acesso socialmente efetivo a recursos espaciais/ambientais) e a consistência participativa de uma determinada instância ou de um determinado canal institucional vinculado ao planejamento ou gestão socioespacial (SOUZA, 2013. p. 271-272).

Com base nas variáveis de análise apresentadas, o parâmetro subordinador autonomia é colocado como a referência capaz de dimensionar a efetivação do desenvolvimento socioespacial, já que "em cada caso, a pergunta fundamental tem a ver com a redução ou superação da heteronomia e com a conquista da autonomia" (SOUZA, 2013, p. 269).

Portanto, num dado contexto em que se verifique que um determinado grupo passa a obter ganhos em ampliação da qualidade de vida, bem como justiça social e, por outro lado, havendo redução ou não avanço da autonomia, considera que houve ganhos deficientes, incompletos, em desenvolvimento socioespacial.

De outro modo, quando se observa que um determinado grupo passa a ser inserido num contexto de ganhos econômicos à custa de aumento da injustiça social, degradação do

meio ambiente, redução na qualidade de vida e redução da autonomia, o desenvolvimento socioespacial passa a ser desconsiderado.

É importe ressaltar que justiça social e qualidade de vida mantêm uma relação de "complementariedade essencial" (SOUZA, 2002, p. 72) e uma análise que objetive verificação do desenvolvimento socioespacial que pratica a exclusão de qualquer uma delas, traria respostas insuficientes ao pesquisador. Logo,

> A busca por justiça social diz respeito a uma busca por igualdade (no sentido de *igualdade efetiva de oportunidades*, o que nada tem a ver com uniformidade de modos de vida ou homogeneidade de gostos). Se compreendermos a melhoria da qualidade de vida como a crescente satisfação de necessidades - básicas ou não (tão) básicas, materiais ou imateriais – de uma parcela cada vez maior da população, e o aumento da justiça social como a diminuição de desigualdades legítimas, seriamos forçados a admitir que, determinadas circunstâncias, pode ser constatada uma elevação do nível médio da qualidade de vida (assim percebida pela população) sem que necessariamente tenha havido aumento da justiça social: basta que os desníveis mantenham suas proporções anteriores (na realidade, uma elevação do nível médio da qualidade de vida, notadamente no que se refere a aspectos materiais, pode até vir acompanhada de um retrocesso em matéria de justiça social). Inversamente, um aumento da justiça social também não precisa ter relação direta ou imediata com a melhoria da qualidade de vida: basta que as desigualdades ilegítimas diminuam, sem que os principais fatores que afetam a qualidade de vida se alterem, para percebermos o alcance dessa ressalva. Por tudo isso, as metas de melhoria da qualidade e de aumento da justiça social precisam sem combinadas e calibradas uma à luz da outra. (SOUZA, 2013, p. 264-265).

Ao realizar esta pesquisa utilizando a proposta de desenvolvimento socioespacial e suas unidades explicativas fundamentais, concede-se a oportunidade de acrescentar novas interpretações, à medida que se transfere o método de análise dedicado ao espaço urbano para auxiliar na compreensão de desenvolvimento socioespacial rural. Na análise da obra de Souza (2000; 2002) pode-se verificar que o centro da sua investigação empírica tem sido o espaço urbano, principalmente, a metrópole e suas problemáticas:

a) O medo da cidade relacionado à expansão do tráfico de drogas, da criminalidade violenta e as formas de enfrentamento (SOUZA, 2000);

b) A gestão e o planejamento urbano em suas diferentes concepções (a tecnocrática, a estratégica de cidade, a participativa e o desenvolvimento urbano sustentável) e limitações, bem como a importância dos movimentos sociais nesse processo (SOUZA, 2002; 2013);

c) O estudo dos movimentos sociais urbanos no período contemporâneo em que se busca superar a luta em torno na desigualdade e ampliá-la para pensar as diferenças (movimento hip-hop e o movimento sem-teto).

Nesse sentido, o que se pode notar é que existe uma lacuna na proposição teórica acerca do desenvolvimento socioespacial, qual seja, a não incorporação dos espaços rurais e a ausência da justiça ambiental na elaboração da interpretação.

3 METODOLOGIA

Este capítulo tem como objetivo principal discutir o aporte metodológico que serviu de base para a realização da pesquisa empírica. Por mais que a metodologia envolva, de um lado, a análise do instrumental teórico (a abordagem teórica, o método e os conceitos) e, de outro lado, a análise do instrumental técnico-empírico (a natureza da pesquisa, as técnicas de investigação e os dados e suas fontes), neste capítulo busca-se trabalhar essa segunda dimensão da metodologia, uma vez que o debate teórico foi realizado no capítulo anterior, momento em que se apresentou a teoria do desenvolvimento socioespacial.

De posse do escopo do capítulo, pode-se afirmar que em face ao objeto de investigação que é o de entender a relação entre agroecologia e desenvolvimento socioespacial a partir da contribuição da Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares dos Caetés (COOMAC) para o desenvolvimento das comunidades agroecológicas de Tauari, Urupiúna e Cearazinho, localizadas no município de Bragança, foi que se optou pela pesquisa qualitativa.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, uma vez que se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificada, pois envolve significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, portanto, uma dimensão mais densa das relações, dos processos e dos fenômenos difíceis de serem captados por meio da operacionalização de variáveis (MINAYO, 2003).

Não se trata, porém, de criar uma falsa oposição entre dados quantitativos e qualitativos. Ainda segundo Minayo (2003), a diferença entre qualitativo-quantitativo não é de grau ou intensidade, mas sim de natureza.

> Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatísticas apreendem dos fenômenos apenas a região "visível, ecológica, morfológica e concreta", a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (MINAYO, 2003, p. 22).

Ao adotar a pesquisa qualitativa, procura-se centrar a análise nos sujeitos pesquisados, buscando-se entender as implicações das ações da COOMAC no desenvolvimento das comunidades agroecológicas, por meio de descrições pormenorizadas do trabalho realizado. A razão de se trabalhar com a pesquisa qualitativa refere-se ao fato de que ela permite um aprofundamento acerca das ações da cooperativa junto às comunidades. O uso desse método de pesquisa possibilita compreender a posição dos diferentes sujeitos (a equipe de gestão da cooperativa, os representantes das comunidades analisadas e um líder que concebeu o modelo de desenvolvimento para as comunidades) acerca da ação da COOMAC quanto à autonomia, a qualidade de vida e a justiça social e ambiental.

Na realização da pesquisa qualitativa, o trabalho de campo assume um papel central. Para Minayo (2003), esse tipo de pesquisa não pode ser realizado sem o trabalho de campo, pois ele é o recorte espacial que apresenta o conteúdo, empiricamente falando, definido teoricamente no objeto de investigação. O objeto da pesquisa não deve ser confundido com o recorte empírico escolhido para realizar a coleta de dados, uma vez que o "objeto é construído" (BOURDIEU, 2011) por meio da problematização do mundo social. Trata-se, segundo Lemieux (2015), de levantar problemas acerca de determinada realidade social que não existe para os atores sociais implicados no processo ou existe como algo dado (naturalizado) e não como produto de relações de natureza social. Desse modo, Lemieux (2015) entende ser imprescindível o uso da pesquisa empírica, que não deve ser vista como um "fim em si mesma", mas como a possibilidade (um meio) para responder cientificamente a problemática levantada sem incorrer em deduções de fatos já conhecidos.

Conforme já se afirmou, a referência empírica da pesquisa é a COOMAC e as comunidades agroecológicas de Tauari, Monte Alegre e Cearazinho, localizadas no município de Bragança. Nesse sentido, a coleta de dados toma como base esse recorte espacial, portanto, é fundamental a coleta de dados com os sujeitos envolvidos com a gestão da cooperativa, com os cooperados e com um sujeito que esteve à frente da concepção e articulação dessa perspectiva de desenvolvimento socioespacial.

Seguindo a orientação de realização de pesquisa qualitativa proposta por Dietrich, Loison e Roupnel (2015), tem-se:

i) Um trabalho de campo, em um primeiro momento, em caráter exploratório, tendo por finalidade fornecer elementos para construção da problemática, bem como a elaboração do roteiro de entrevista;

ii) A revisão bibliográfica, quando se torna possível estruturar dados, inicialmente obtidos e dar sentido à pesquisa;

iii) Um trabalho de campo posterior ao primeiro, para aplicação de entrevistas semiestruturadas aos associados, ao diretor, a membros da administração e parceiros, além do acesso a documentos, como acordos firmados de parcerias, recibos de venda de insumos, atas de reuniões etc.

Para Cruz Neto (2003), a importância do trabalho de campo reside na possibilidade de maior aproximação do pesquisador ao tema de estudo, além de dar a oportunidade de se criar um conhecimento. Segundos os autores, a visitação à área estudada representa o contato a "uma realidade empírica a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação" (CRUZ NETO, 2003, p. 53).

Deve-se esclarecer que em diferentes momentos da elaboração da dissertação foram realizados trabalhos de campo exploratórios. Neles foi possível realizar as primeiras observações sistemáticas da área de estudo com inventários e observações da paisagem, acreditando com Berque (2004) que a paisagem é marca capaz de expressar um tipo de sociedade a partir dos vestígios de suas ações, sua materialidade espacial, que pode ser descrita e inventariada. Como propôs Magnani (2000), porém, para que não ocorra a "dispersão do olhar", a observação deve seguir um esquema, destinado a dirigir e organizar a observação. Neste sentido, não se trata de simples recolhimento de dados e descrições a serem, posteriormente, trabalhados, pois o que se observa e a forma como se organizam as primeiras observações já obedecem a uma classificação.

Assim, os primeiros trabalhos de campo desta pesquisa pautaram-se na observação das comunidades pesquisadas, verificando o trabalho que elas realizam com as oleaginosas, conhecendo como é feito o transporte da produção até a fábrica que fica na comunidade Cearazinho e, também, vendo como é realizada a transformação da matéria-prima em óleo. De tal modo, foi possível conhecer na fábrica todo o processo de produção, bem como as máquinas utilizadas e sua forma de aquisição. Esses primeiros momentos exploratórios, permitiram os primeiros contatos e articulação dos sujeitos a serem entrevistados.

Entre as atividades possíveis de se realizar no campo, têm-se as entrevistas. Destaca Cruz Neto (2003) que por esse procedimento de levantamento de dados, garante-se o acesso a falas dos autores sociais que vivenciam a realidade estudada. Assim,

> O pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despretensiosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta de fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo

> focalizada. Suas formas de realização podem ser individual e/ou coletiva. (CRUZ NETO, 2003, p. 57).

A entrevista que será utilizada nessa pesquisa (Apêndice A) é a entrevista do tipo semiestruturada com um único respondente, também denominada de "pesquisa em profundidade" (GASKELL, 2014). Segundo o autor citado, essa técnica ou método de pesquisa parte do pressuposto de que não existe apenas uma perspectiva de interpretação de um dado fenômeno ou fato social. Nesse sentido, o mundo social também não é dado naturalmente, sem problemas e/ou conflitos, uma vez que é construído, ativamente, por pessoas nas suas relações cotidianas sob condições objetivas, que nem sempre elas estabeleceram. Pode-se dizer, sinteticamente, que a entrevista procura compreender os mundos da vida dos entrevistados.

Ainda de acordo com Gaskell (2014), a preparação e o planejamento da entrevista semiestruturada deve se ater a duas questões fundamentais: o que perguntar aos entrevistados (a montagem de um roteiro de entrevista) e a quem perguntar (o processo de seleção dos entrevistados). A primeira pergunta envolve um retorno à problemática de pesquisa, bem como aos objetivos e questões a serem investigadas, no sentido de estabelecer uma coerência e uma consistência entre a teoria e a empiria. A segunda questão, a seleção dos entrevistados, não deve seguir a perspectiva da pesquisa quantitativa, que trabalha com amostragem estatística sistemática da população, cujos resultados podem ser generalizados dentro de limites de confiabilidade. A seleção dos entrevistados na pesquisa qualitativa é de outra natureza.

> A finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão. Em um meio social específico, digamos, na profissão médica, o que nós estamos interessados em descobrir é a variedade de pontos de vista no assunto em questão, por exemplo, a homeopatia, e especificamente o que fundamenta e justifica estes diferentes pontos de vista (GASKELL, 2014, p. 68).

De forma resumida, Gaskell (2014) afirma que o escopo da pesquisa qualitativa é indicar uma seleção (amostra) das diferentes perspectivas ou interpretações acerca do objeto e não exatamente uma amostra probabilística, como na pesquisa quantitativa. A resposta sobre

quantas entrevistas realizar vai depender, segundo o referido autor, da natureza do tópico, do número de diferentes ambientes considerados relevantes e dos recursos disponíveis.

No caso da pesquisa em tela, buscaram-se selecionar informantes-chave, aqueles que estão envolvidos diretamente com a COOMAC desde o seu início e que têm assumido em diferentes momentos cargos dentro da gestão da cooperativa. Nesse sentido, foi fundamental uma entrevista com o primeiro e o atual presidente da cooperativa, bem como com o atual tesoureiro, para entender um pouco mais de perto a perspectiva da direção da organização acerca da temática estudada. Além dessas, foi fundamental a entrevista com dois cooperados de cada uma das três comunidades selecionadas como *lócus* da pesquisa. Inicialmente, pensou-se em um cooperado mais antigo e outro mais recente.

Por fim, também se entrevistou um informante que foi o principal incentivador e articulador para criação da cooperativa, o ex-padre da Diocese de Bragança Nelson Magalhães, que estava à frente da Cáritas Diocesana quando da criação da COOMAC e, enquanto prefeito do município, estabeleceu vários diálogos e parcerias com a cooperativa. A realização dessa entrevista teve como base um roteiro preestabelecido (ver Apêndice C) versando sobre questões diretamente relacionadas à problemática da pesquisa.

Assim, foram essas as questões que buscaram verificar como o desenvolvimento socioespacial estava sendo trabalhado pela cooperativa junto às três comunidades investigadas. Procurou-se elaborar questões relativas às variáveis do desenvolvimento socioespacial no sentido teórico proposto por Souza (2002; 2013), o que envolve a questão da autonomia individual e coletiva, a justiça social e a qualidade de vida. Além dessas variáveis acrescentou-se à discussão o debate acerca da justiça e da sustentabilidade ambiental.

De acordo com Barbot (2015), a realização da entrevista envolve alguns passos necessários à sua execução. Como se trata de um tipo de método voltado ao entendimento da dinâmica socioespacial, o entrevistador deve se municiar de alguns instrumentos específicos para conseguir os dados de que necessita para sua análise. Dentre as etapas da entrevista pode-se destacar: a definição do quadro da entrevista, a preparação para sua realização e o seu desenrolar (BARBOT, 2015).

Em relação ao quadro da entrevista, Barbot (2015) destaca que o entrevistador deve ser capaz de convencer o entrevistado a participar da entrevista, o que em geral não é fácil, especialmente quando não existe um grau de proximidade entre o pesquisador e o pesquisado. No caso aqui, essa aproximação é facilitada pelo fato da autora já ter realizado outra pesquisa sobre a produção agroecológica em Bragança para seu trabalho de conclusão de curso de

graduação em Geografia, o que permitiu o estabelecimento de uma rede de contatos que foi mobilizada nesse novo momento.

Apesar de já existir essa rede de contatos de pesquisa em Bragança, houve uma dificuldade (não uma impossibilidade), em função da pandemia da Covid-19, em marcar o encontro e o local da entrevista, tanto em função das regras de distanciamento social, quanto pelo fato de alguns agricultores não estarem se deslocando à sede do município, o que obrigou com que as entrevistas fossem realizadas na própria comunidade, portanto, em área rural de difícil acesso no momento de "inverno amazônico".

Quanto à preparação da entrevista, segundo Barbot (2015) e Gaskell (2014), o pesquisador deve construir instrumentos de pesquisa (um roteiro de entrevistas e/ou um tópico guia) que tenham validade para os entrevistados em foco. Deve ressaltar, com bases nos referidos autores, que embora exista um roteiro prévio, construído pelo pesquisador, no momento da realização da pesquisa deve existir um grande nível de flexibilidade. Gaskell (2014), por exemplo, afirma que diferente da entrevista estruturada em que é feito um questionário fechado não havendo margem de manobra, e da conversação continuada da etnografia de longa duração, a entrevista semiestruturada encontra-se num meio termo.

O desenrolar da entrevista também exige técnica por parte do pesquisador. Primeiro, a entrevista deve ser gravada, uma vez que se constitui um ponto de apoio imprescindível no momento de análise; para isto, porém, deve haver autorização por parte do entrevistado que reconhece o livre consentimento para o uso do conteúdo da entrevista (Apêndice D). Segundo, é preciso um bloco de anotações no momento da entrevista, para anotar aspectos considerados relevantes, como uma data, uma ideia a ser retomada, novas questões. Terceiro, deve-se seguir o entrevistado e, por vezes, interpelá-lo, utilizando intervenções não verbais, como um balançar de cabeça, a atenção acentuada, os risos compartilhados, mas também técnicas de dramatização como "repetição em eco", reflexo personalizado (formular o que foi dito em outros termos), intervenção espelhada (retomar pontos em que percebeu que o entrevistado estava reticente em falar), são todas formas de demonstrar atenção ao entrevistado (seguir a sua narrativa) (BARBOT, 2015).

Segundo Barbot (2015), depois que o gravador é desligado, muitas vezes, é o momento em que o entrevistado, de fato, se sente familiarizado para tratar abertamente de temas e pontos de vista mais polêmicos e/ou contraditórios dentro da instituição da qual faz parte. O entrevistador, por seu turno, deve aproveitar esse momento de ambientação para retomar alguns elementos que percebeu criar constrangimento durante a entrevista.

Nessa pesquisa, escolheu-se realizar a entrevista gravada com as lideranças da cooperativa na sede da COOMAC que, atualmente, fica na comunidade Cearazinho, local em que se encontra, também, a fábrica da cooperativa. Os cooperados foram entrevistados em suas respectivas comunidades, para que não tivessem que se deslocar para a sede municipal, considerando os riscos derivados da Covid-19. Por fim, Nelson Magalhães foi entrevistado em seu escritório no município de Bragança.

Depois de realizadas as entrevistas gravadas, foram feitas suas transcrições, a organização e a análise de maneira que fosse possível responder às questões da problemática da pesquisa. De acordo com Gaskell (2014), uma transcrição de boa qualidade deve considerar todas as palavras faladas, deve transpor o valor aparente do que foi dito e afiançar que a interpretação realizada esteja de fato fundamentada nas próprias entrevistas, trazendo para o "corpus", elementos que justifiquem a análise em desenvolvimento.

As entrevistas foram organizadas em quadros descritivos, divididos em três colunas, sendo que na primeira estão colocadas as variáveis do desenvolvimento socioespacial: autonomia, qualidade de vida e justiça social e ambiental; na segunda o nome do entrevistado e sua função e, na terceira, o trecho da entrevista (dado qualitativo) que se considerou relevante para expressar o conhecimento da realidade estudada.

Uma vez transcritas e organizadas as entrevistas, segundo as variáveis da pesquisa, buscou-se então realizar sua análise. Para isso, lança-se mão do método denominado Análise de Conteúdo, método que faz uso de uma série de dados coletados (materiais textuais, atas de reuniões, relatórios anuais da cooperativa, entrevistas transcritas etc.) ao longo da pesquisa no sentido de construir uma narrativa coerente e consistente acerca da realidade em análise (BAUER, 2014). O uso dessa técnica na pesquisa busca, na verdade, realizar um tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito por diferentes sujeitos acerca de uma determinada temática, no caso em questão, a maneira como os representantes da cooperativa, os cooperados das três comunidades e um ex-gestor municipal de Bragança avaliam a nova perspectiva de desenvolvimento socioespacial implementada pela COOMAC junto às comunidades.

A Análise de Conteúdo torna possível, ainda, uma reconstrução de indicadores e de cosmovisões, bem como de valores, atitudes, opiniões, preconceitos e estereótipos acerca do tema, mas sem perder de vista o contexto social em que está inserido, de modo a se manter um caráter objetivo (BAUER, 2014). Ainda segundo esse autor, as etapas da análise de conteúdo são três: a) a pré-análise, momento em que são selecionados os materiais e serão definidos os procedimentos metodológicos a serem seguidos; b) a exploração do material,

ocasião em que, de fato, os procedimentos são colocados em prática; c) tratamento dos dados e interpretação, momento em que o pesquisador faz inferências e apresenta os resultados da sua investigação, no sentido de dialogar com a problemática e com as hipóteses.

De forma sintética, pode-se dizer que, fazendo uso de todos os recursos disponíveis, cabe ao pesquisador realizar o trabalho reflexivo, em que todas as informações obtidas serão confrontadas de modo a verificar se há correlação entre os dados (achados de campo), assim constatar se por meio delas será possível "confirmar" as hipóteses elaboradas (DIETRICH; LOISON; ROUPNEL, 2015) e fazer um diálogo com a teoria de base acerca do desenvolvimento socioespacial.

4 A COOPERATIVA COMO PROMOTORA DO DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL: A RELAÇÃO ENTRE A COOMAC E AS COMUNIDADES CEARAZINHO, URUPIÚNA E TAUARI

Durante a pesquisa foi possível identificar elementos que nos direcionam para uma reflexão acerca do desenvolvimento socioespacial nas comunidades pesquisadas. Com base em Souza (2013), cabe, resumidamente, recordar que desenvolvimento socioespacial significa: mudança para melhor, superação de ideologias eurocentristas e enfrentamento da heteronomia. A considerar as seguintes variáveis: autonomia, qualidade de vida e justiça social.

Seguindo a linha de raciocínio proposta por Souza (2013), o primeiro ponto a ser destacado é a difusão da importância do cooperativismo, do "trabalhar juntos". Essa compreensão se mostrou bem relevante durante a etapa das entrevistas. Para os agricultores, a união tem se mostrado eficaz para o seu desenvolvimento. Segundo um dos gestores da cooperativa, a COOMAC tem auxiliado no processo de fixação do homem à terra graças à união entre os agricultores:

> O grande produtor está chegando na região e trazendo a soja e outras produções, expulsando o homem do campo, então se ele não tiver junto para trabalhar com alguém e se organizar para trabalhar e pensar junto, também ele vai sair do campo mesmo, ele vai pra cidade morar na periferia. E aqui, o que a gente quer fazer é trazer dignidade para que ele tenha uma renda familiar melhorada e, principalmente, o conhecimento que ele tem. Então a partir disso, ele vai conseguir permanecer na terra com uma remuneração boa, se sentido gratificado e ter orgulho por ser agricultor e eu estou aqui (Gestor 01).

Nessa mesma direção, um dos cooperados, residente na comunidade do Tauari, afirmou que a união é avaliada como fundamental para superação da pobreza, justificando sua inserção à COOMAC da seguinte maneira: “Decidi ser um cooperado devido à carência que você está vendo, o agricultor familiar precisa se unir, se a gente não se unir, estaremos perdidos” (Cooperado 01, Comunidade do Tauari).

Apesar dessas falas dos entrevistados ressaltarem a importância da união das comunidades para o enfrentamento dos problemas socioespaciais, o Sr. Nelson Magalhães, ex-prefeito de Bragança, na ocasião membro da Cáritas Diocesana de Bragança, agente que mobilizou as comunidades para fundação da cooperativa COOMAC, explicou que convencer a população local sobre a necessidade de se organizar para superar as dificuldades comuns não foi nada fácil.

> Aqui no Norte é muito difícil, a questão do cooperativismo. A nossa cultura ainda é muito individualista. A maior dificuldade é essa da cultura do individualismo, dificuldade com o trabalho coletivo, mas muitos já estão começando a entender e a fazer (Nelson Magalhães).

Essa análise dos três informantes acerca da importância da unidade e do cooperativismo, dialoga diretamente com as reflexões de Souza (2013), que afirma que o ato da união, do trabalho coletivo fortalece o grupo em ganhos de autonomia na medida em que os sujeitos se tornam conscientes quanto as instituições garantidoras do acesso igualitário e recursos. Ademais, o próprio significado de cooperativa é construído de forma avessa às ideias eurocentrista, em razão do mérito das economias solidárias estarem associadas ao crescimento próspero de maneira conjunta e não individual (ZIGER, 2018).

Outro benefício adquirido via cooperativa, que dialoga com o processo de desenvolvimento socioespacial, é o acesso a novas fontes de renda. Enfatizou-se que graças ao trabalho da COOMAC e instituições parceiras como Prefeitura, Emater, SEBRAE e Cáritas o agricultor familiar está superando à monocultura da macaxeira/mandioca, diversificando com a coleta de sementes oleaginosas e produzindo uma variedade de insumos para atender as novas clientelas, tais como escolas, empresas de óleos e feiras. Por oportuno, destacamos que em seu estatuto, a COOMAC tem por objetivo beneficiar a produção de grãos como arroz e milho; o cultivo de abóbora, acerola, açaí, banana, café, caju, abacaxi entre outros produtos.

Para o cooperado 01, da comunidade do Urupiúna, os sistemas agroflorestais, divulgados pela cooperativa e Emater, têm sido utilizados em sua propriedade como meio de implantação da agricultura sustentável. Segundo o produtor, embora haja ampla aceitação à

proposta, ainda falta apoio técnico institucional para dar o suporte necessário à atividade, essa carência causa prejuízos e até desmotivação entres os profissionais do campo.

> Por esse sistema eu já perdi plantação de açaí porque não sabia que açaí precisava de muita água e no tempo de seca eu não tinha como trazer água para molhar (Cooperado 01 da comunidade do Urupiúna).

As dificuldades descritas pelo cooperado da comunidade do Urupiúna, se assemelham às descritas por Castro e Pereira (2017). Para os autores, a agricultura familiar no Brasil sempre recebeu pouco suporte do poder público. Mesmo quando são criados programas para atender os produtores por meio de crédito e assistência técnica, eles não têm conseguido atingir minimamente suas metas. Segundo dados do IBGE, que fundamentaram os resultados da pesquisa dos autores, indicam que apenas 16,7% dos agricultores familiares são beneficiados com assistência técnica pública via EMATERs. Considerando que esse valor corresponde à soma nacional, o Rio Grande do Sul é o que mais se destaca positivamente em matéria de acesso à assistência técnica, em virtude de possuir as maiores taxas de adesão junto a cooperativas agrícolas.

Retomando a situação, envolvendo o produtor 01 da comunidade do Urupiúna, se a plantação de açaí tivesse sido acompanhada por técnicos agrícolas, as chances de insucesso e desperdícios seriam bem menores. O agricultor poderia também ser orientado a optar por uma outra cultura que requeira baixo investimento e compatíveis com as condições climáticas e qualidade do solo. Essa solução, adquirida sem assistência técnica, foi possível através do cultivo do abacaxi, que tem rendido por safra um valor estimado de 5 mil reais. Explicou o agricultor que apesar do prejuízo conseguiu se manter financeiramente com a renda obtida via oleaginosas.

Ademais, notou-se que o acesso às novas fontes de renda está associado à introdução de inovação e modernização no campo. Ficando claro que a COOMAC aproxima seus cooperados de métodos produtivos mais avançados, como os sistemas agroflorestais – SAFs, bem como a instalação de uma usina com equipamentos que mesmo não sendo de última geração, permitiu substituir antigas práticas rudimentares e pouco eficazes nos processos de torra, secagem e extração de óleos das sementes. Ao mesmo tempo que as inovações chegam, elas se deparam com as dificuldades para se reproduzir de maneira efetiva por ir de encontro às deficiências locais.

Ressalta-se, contudo, que para melhor entender o contexto é necessário considerar que o caso específico das comunidades de agricultores familiares de Bragança, não está excluído de um movimento de precarização causado por políticas nacionais que reforçam a subordinação dos pequenos produtores ao grande capital rural, que torna o processo de desenvolvimento agrícola seletivo e excludente, ao beneficiar os altos segmentos capitalistas como grandes proprietários de terras e setores do agronegócio. Por conta disso, se tem a desvalorização da pequena produção, dificuldade no acesso ao crédito, assistência técnica ineficiente entre outras coisas. Essas observações, baseadas nos estudos de Castro e Pereira (2017), constataram que mesmo os programas voltados para beneficiar a reforma agrária e pequenos produtores em situação de vulnerabilidade, como PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), foram extensamente direcionados para atender produtores mais capitalizados, situados nas regiões centro-oeste, sul e sudeste do Brasil. Por esse motivo, o papel da cooperativa se mostra ainda mais promissor. Ao se firmar como espaço de resistência contra perda de direitos, precarização e outras mazelas, fortalece e reinsere um grupo historicamente excluído a uma posição de luta pelo reconhecimento e acesso a direitos (CÁRITAS, 2020).

O terceiro avanço percebido, compatível com desenvolvimento socioespacial elaborado por Souza (2013), é o potencial da cooperativa em dar condições ao pequeno produtor para que acesse políticas assistenciais rurais a nível municipal e nacional. Em escala municipal têm-se o estabelecimento da Feira da Agricultura Familiar, resultante da mobilização de membros da cooperativa, sindicato, Prefeitura e Cáritas. Paralelamente, em escala nacional, têm-se a aptidão e inserção dos agricultores familiares ao PNAE, garantindo venda de insumos à prefeitura, que utiliza como fonte financeira o repasse do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDAE).

Para Verano e Medina, 2020, as feiras da agricultura familiar, caracterizadas como mercados alternativos, promovem a inclusão socioprodutiva dos agricultores, dinamiza o comércio nas pequenas cidades, posiciona os sujeitos em canais curtos de comercialização e não deixa de ser um agente democratizante em benefício ao pequeno produtor. Porém, segundo os autores, o sucesso desses estabelecimentos depende do suporte de ações emanadas pelo poder público que incentive a integração, qualificação e assessoria técnica aos pequenos produtores. Em uma perspectiva semelhante, Quadros et al. (2020) observa que tais feiras reforçam questões relativas à identidade do agricultor familiar, dando à categoria maior visibilidade, bem como oportunizando a reunião de pessoas com interesses em comum, o que possibilita maior participação na dinâmica social, econômica e cultural de seu município.

Para os entrevistados, a feira é interpretada como espaço de promoção social que reduz a pressão de atravessadores sobre sua produção agrícola, além de lhes proporcionar melhoria de renda e elevação da autoestima.

> Hoje nós temos uma feira, ali em frente ao sindicato. Aquela feira ali foi criada pela Cáritas junto com a cooperativa. Todo sábado estamos lá, eu e minha família, de lá tiramos nossa renda e vendemos direto para o consumidor (Cooperado 01 da comunidade do Tauari).

Em relação à participação no PNAE, a cooperativa divulga o programa, orienta os produtores sobre as documentações necessárias para a emissão do Documento de Aptidão ao PRONAF – DAP e os encaminha para a Emater, para que possam dar prosseguimento a sua solicitação. Após todo o processo de regularização dos cooperados, a COOMAC torna-se apta para participar das chamadas públicas municipais que visam a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar.

Um quarto ponto identificado, percebido como um avanço em matéria de desenvolvimento socioespacial, é o papel institucional da cooperativa, como representante dos produtores de farinha de mandioca na região Bragantina. A COOMAC atua como proponente para aquisição da Indicação Geográfica (IG) da farinha de mandioca de Bragança junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), o que promete beneficiar cinco municípios (Augusto Corrêa, Viseu, Santa Luzia do Pará, Tracuateua e Bragança)[7]. É importante ressaltar que a farinha é um produto típico da região Bragantina, possui um modo de fazer tradicional, considerada patrimônio imaterial presente na história e na cultura popular local (SANTIAGO, 2021). Destarte, segundo Oliveira e Moreira (2018), a IG da farinha tornou-se uma conquista de grande expectativa entre os produtores por preservar um modo de fazer regional; valorizar os mestres de farinha, bem como toda cadeia produtiva; combater falsificação do produto, prática comum em feiras; e a possibilidade de acesso aos novos mercados.

Segundo o gestor 02 da cooperativa, o empenho da COOMAC, em relação aos produtores de farinha, tem se voltado para ampliar a produção e torná-la apta a ser certificada e comercializada, seguindo as normas de instituições reguladoras; garantir que o selo seja

[7] Fonte: Caderno de Especificação Técnica (2010).

utilizado, exclusivamente, pelo pequeno produtor familiar; e garantir a sobrevivência tradicional do modo de fazer o produto.

O quinto ponto de análise refere-se à justiça ambiental, variável não incluída por Souza (2013) na teoria do desenvolvimento socioespacial. A respeito dessa temática investigamos: adoção da agricultura orgânica entre os associados, acesso democrático aos recursos naturais, dando-se ênfase à coleta de oleaginosas; e redução da degradação ambiental. Com base no que foi pesquisado, considerando a compreensão de Acselrad et al. (2009), as mudanças na maneira de produzir com adoção de novas práticas agroecológicas, tem reduzido a dependência por defensivos químicos, diminuindo a contaminação do solo, ar, alimentos e cursos d'água, garantindo alimentação saudável para produtores e consumidores, representando melhoria na qualidade de vida de forma comunitária. Segundo Castro e Pereira (2017), a produção orgânica tem elevado a renda dos agricultores, por se tratar de um produto com maior valor agregado no mercado. Essa afirmação é ratificada pela cooperada 01 da comunidade do Cearazinho, "a produção orgânica é a forma de valorizar o produto, não colocar o veneno na produção, valorizar o orgânico. Saiu o agrotóxico da minha produção".

Para Castro e Pereira (2017), há um acerto na proposta de incentivar a agricultura agroecológica junto a produtores familiares, já que as características dessa produção são melhor atendidas pelo pequeno produtor, a saber: necessidade mais intensa de mão de obra (trabalho familiar), menor uso de defensivos, utilização de pequenas porções de terra para produção agrícola (minifúndio). Além disso, o valor de revenda dos produtos orgânicos é maior em comparação àqueles resultantes da agricultura convencional, mantida com o auxílio de pesticidas, intensamente mecanizada e latifundiária.

Se no padrão convencional de exploração da região amazônica via grandes projetos, o chamado vetor tecnoindustrial (BECKER, 1998; 2015) ou fordista fossilista (MALHEIRO; PORTO-GONÇALVES; MICHELOTTI, 2021), a riqueza se apresentava de forma volátil, havendo a drenagem da riqueza local e regional para fora, mas com a permanência do ônus da entropia (os rejeitos, a pobreza, os danos socioambientais etc.) na Amazônia. O que o novo paradigma propõe é a busca pela maior justiça ambiental, no sentido que essa realidade de exploração não continue a se reproduzir. Por mais que a exploração ambiental continue a grassar a região Amazônica, por meio da extração de recursos naturais para produção de genomas, fármacos, óleos essenciais, cosméticos etc., bem como através das diferentes formas de subordinação dos povos e comunidades tradicionais, está havendo a construção de um novo paradigma de exploração, o "capitalismo verde" que busca manter a floresta em pé e que não tem como modus operandi as velhas formas de destruição da natureza e a violência física

às populações locais. Além disso, como destacaram Malheiro, Porto-Gonçalves e Michelotti (2021), os povos da Amazônia têm se tornado atores centrais nesse processo, uma vez que têm mostrado para o mundo por meio de seu "sentirpensar" com a floresta, os rios, as várzeas e as terras firmes, que é possível outros horizontes para a vida no planeta, além dos conhecidos processos de exploração das commodities e das intervenções do capitalismo verde.

4.1 A COOMAC E A AUTONOMIA NAS COMUNIDADES CEARAZINHO, URUPIÚNA E TAUARI

A categoria autonomia, segundo Souza (2013), uma das variáveis centrais para se pensar o desenvolvimento socioespacial, uma vez que se sustenta na liberdade no interior de uma dada sociedade, bem como na sua capacidade de se autodeterminar, em face de um projeto capitalista heterônomo e homogeneizante, foi percebida na pesquisa aqui descrita sob dois aspectos: de forma individual e coletiva. Para facilitar o entendimento, apresentar-se-á em um primeiro momento os argumentos que justificam a autonomia individual e, posteriormente, de forma semelhante, a autonomia coletiva.

Do ponto de vista da autonomia individual destacam-se a redução da dependência por atravessadores, o incentivo à participação em cursos de capacitação e a melhoria de renda, conforme avaliação do Gestor 01 da cooperativa, pois muitas famílias deixaram de depender de atravessadores em virtude da renda obtida com as sementes oleaginosas.

O gestor 02 explicou que, ao firmar contrato de compra e venda com as empresas aquisitoras de sementes, a cooperativa passa a oferecer maior segurança e previsibilidade na renda aos agricultores que complementam seus ganhos com a coleta dessa matéria-prima. Desse modo, beneficiar o cooperado com a maior parte dos rendimentos acaba se tornando outro ponto forte de atração.

> A cooperativa quando adquire um produto do cooperado sempre busca ficar com o menor valor possível, para que a maior parte fique com o cooperado. Então, para o cooperado, é mais lucrativo vender para cooperativa e não para um atravessador (Gestor 02 da COOMAC).

Durante as entrevistas, a participação em cursos de capacitação também tem se mostrado como componente de autonomia, pois, a partir daí, o agricultor adquire novos

conhecimentos técnicos que o permitem potencializar a produção e melhorar a qualidade da mercadoria. Ressalta-se que a cooperativa não oferece cursos voltados para a produção agrícola familiar, porém divulga editais, incentivando a formação de seus colaboradores, e os aproxima de instituições de apoio à produção. Foi assim, pelo aprendizado adquirido em um curso de capacitação, que um produtor da comunidade do Tauari aprendeu a maneira correta de armazenagem de grãos. Dessa forma, reduzindo a perecibilidade do produto, é possível para ele aguardar o momento conveniente para lhe garantir boas vendas, por isso, só negocia quando o mercado se apresenta favorável de modo a lhe retribuir um valor mais vantajoso.

> Feijão não precisa você tirar hoje e amanhã você está vendendo, não. Você pode passar um ano, dois anos. Eu não vou vender logo, eu vou esperar preço, da mesma forma a farinha, por exemplo, eu não tô preocupado em vender farinha (Cooperado 01 da comunidade do Tauari).

Para um cooperado da comunidade do Cearazinho, como associado, explicou que teve acesso a vários cursos:

> Quando a gente começa na cooperativa, a gente consegue ter acesso a vários cursos que a cooperativa busca junto ao SEBRAE e outros assim. Eu já fiz curso de cooperativismo e associativismo, cursos de segurança no trabalho, curso de primeiros socorros, curso de sustentabilidade e outros vários que não lembro (Cooperado 02 da comunidade do Cearazinho).

Para os entrevistados, apesar dos benefícios adquiridos com os cursos de capacitação, ainda se faz necessária a presença mais efetiva de assistência técnica nas comunidades, por isso o cooperado 02 da comunidade do Urupiúna lamenta que ainda haja dificuldades desse tipo e explica que: "a assistência técnica não chega aqui porque moro longe da Emater". Para o cooperado do Tauari, a ausência de uma assistência técnica faz com que muitos agricultores façam uso indevido de pesticidas.

> Em relação ao uso de agrotóxicos, hoje temos um governo que incentiva o uso de agrotóxicos, mas questão toda está no nosso solo. Quando não temos conhecimento sobre o que é uma assistência técnica e um conhecimento daquilo a gente vai a fundo no uso de agrotóxico. Na prefeitura tem uma secretaria de agricultura e de lá é zero assistência técnica. Nós só vamos melhorar se fizer curso e procurar se informar mais (Cooperado 01 da comunidade do Tauari).

Graças à cooperativa, a melhoria de renda também reduziu a situação de endividamento via empréstimos:

> Antes da cooperativa, eu vivia amarrado porque geralmente pra você fazer um trabalho maior você precisa se endividar. Você não vai conseguir fazer 2, 3 hectares de feijão sem precisar fazer empréstimo no banco. Você não consegue fazer 3, 4 hectares de mandioca sem ter alguém que te empreste alguma coisa. E quando acontece a avalanche de lá pra cá? Quando teu feijão não dá dinheiro? Quando dá fraco? Quando nessa mandioca dá uma podridão? Então você quebra, cara (Cooperado da comunidade do Tauari).

O ciclo descrito acima começou a ser rompido quando o entrevistado decidiu se tornar um sócio da COOMAC. Com a aquisição da renda extra, ele conseguiu retirar 80% da produção do domínio de atravessadores, optar por compradores que oferecem um preço mais justo e ainda garantir um fundo financeiro de emergência, afastando-se assim da necessidade de fazer novos empréstimos.

O aumento de renda também contribuiu para movimentar a economia local e incentivar a autoafirmação do agricultor familiar.

> No ano passado, só com tucumã deixamos 450 mil reais nas comunidades. Isso representou um impacto bem grandioso no município de Bragança que movimentou bastante a economia. Então começamos a perceber o pequeno produtor passou a ocupar o espaço dele, incomodando os grandes (Gestor 03 da COOMAC).

Já em relação à autonomia coletiva, notou-se a tomada de consciência de que a união promove o fortalecimento da categoria e o acesso a benefícios coletivos, tais como participação no PNE, a conquista da feira da agricultura familiar e o intercâmbio para trocas de saberes com outras cooperativas e com instituições de grande e médio porte, tanto públicas quanto privadas.

Para uma cooperada residente na comunidade Cearazinho, o senso de união entre os produtores lhe proporcionou o domínio da técnica de produção da farinha lavada e a renda possibilitou melhorar a estrutura de sua casa de farinha: “Antes, a gente não trabalhava com a farinha lavada e hoje a gente trabalha com farinha lavada. Através da cooperativa, a gente melhorou nossa casa de farinha. Antes era de palha e hoje não, já é de alvenaria” (Cooperada 01 da comunidade do Cearazinho).

Justifica-se a importância do domínio da técnica de produção da farinha de mandioca lavada, pelos agricultores, por ela ter sido registrada no Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI como a única apta a receber o selo da Indicação Geográfica.

Em relação ao PNAE, percebeu-se que esse programa tem se mostrado um grande aliado na renda fixa do produtor e na manutenção da cooperativa. Como benefício aos produtores, a agricultura familiar pôde variar a produção rural com frutas, grãos, hortaliças,

aves e outros. Ressalta-se que antes do programa, a renda que os produtores obtinham era quase exclusiva da farinha de mandioca e do carvão vegetal: “Na nossa região, antigamente, era só roça de mandioca e carvão e mais nada. Na nossa região não tinha outra cultura. Depois do surgimento da COOMAC, a gente começou a trabalhar mais a base de frutas e hortaliças” (Cooperado 02 da Comunidade do Urupiúna). Assim, percebe-se que, além da alternativa de trabalho e renda, o programa também contribuiu para segurança alimentar das famílias pela inserção de novas práticas produtivas.

Em relação à cooperativa, segundo o Gestor 02 da cooperativa, o PNAE foi tão importante que, graças a ele, a COOMAC conseguiu se estruturar financeiramente e dar a primeira resposta positiva aos cooperados: “Já tivemos que dividir um ovo para três. Tivemos que fritar esse ovo queimando papel porque o gás acabou e não tinha dinheiro. Superamos essa fase no período da merenda escolar” (Gestor 02 da COOMAC).

Sobre a Feira da Agricultura Familiar, explicaram os frequentadores que, graças a ela, houve maior aproximação entre produtores e consumidores, excluindo a mediação de atravessadores na negociação: “Todo sábado estamos lá, eu e minha família. De lá tiramos nossa renda e vendemos direto para o consumidor. É uma fonte diferente, que nós trabalhemos na oportunidade que nós tivemos” (Cooperado 01 da comunidade do Tauari).

O apoio de instituições públicas (Prefeitura Municipal) e privadas (Cáritas Diocesana e GIZ) também tem sido benéfico à autonomia coletiva, pois por meio delas possibilitou-se a estruturação e funcionamento da cooperativa, a aproximação entre a cooperativa e empresas do ramo de cosméticos, a atração de empresas aquisitoras de sementes, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), universidades, institutos de pesquisas, dentre outros.

A cooperativa também tem contribuído para o fortalecimento de associações. Todo cooperado, incluindo os membros dos núcleos-base da COOMAC, precisam estar necessariamente vinculados à uma associação comunitária. Com base em Sena et al. (2017), as associações desempenham um papel importante no alcance de melhorias sociais, pois com o fortalecimento de seus membros pela união, preza-se pela defesa de direitos individuais e coletivos, oportuniza o debate e a busca de soluções de problemas locais, permitindo a troca de informações e de conhecimento.

A experiência da COOMAC junto às comunidades revela a presença de elementos que indicam o alcance de autonomia entre os entrevistados. Para Souza (2013), autonomia individual acontece quando o sujeito, em plenas condições materiais e psicológicas, inserido num contexto que lhe proporcione igualdade de condições e oportunidades, consegue se

realizar pela finalidade que estabeleceu para sua existência. Para ele, a autonomia individual se reproduz no contexto da autonomia coletiva, que nada mais é que instituições sociais que dão condições necessárias para realização da autogestão. No caso dos agricultores familiares associados à cooperativa, apesar das dificuldades, os ganhos em autonomia se mantiveram constantes em todas as suas falas, principalmente, quando se referiam à independência em relação a atravessadores e aumento de renda.

Problematizando um pouco mais essa questão da autonomia num contexto de uma sociedade heterônoma, Souza (2013) se questiona acerca da possibilidade de se falar em território autônomo e territorialidade autônoma em face da globalização, período caracterizado pela forte interação e interdependência, em que os espaços já não podem se manter como "ilhas autossuficientes". Destaca esse autor que a resposta a essa questão da autonomia está relacionada a saber quem estabelece as normas e as faz cumprir e como, ressaltando que "essa capacidade não precisa, de jeito nenhum, ser exercida apenas por uma instância de poder que encarne uma separação estrutural entre dirigentes e dirigidos" (SOUZA, 2013, p. 292).

Quando se coteja essa questão da autonomia, levantada por Souza (2013), com a realidade empírica estudada, a pergunta que se coloca é até que ponto e em que medida a COOMAC e as comunidades cooperadas de fato têm autonomia em face desse novo momento de expansão capitalista na região amazônica, o chamado "capitalismo verde" (MALHEIRO, PORTO-GONÇALVES; MICHELOTI, 2021) ou fronteira tecno(eco)lógica (BECKER, 1998).

A esse respeito, pode-se dizer que na realidade estudada é difícil adotar uma posição polarizada e dicotômica – fronteira tecnoindustrial *versus* fronteira tecno(eco)lógica (BECKER, 1998) ou paradigma fordista fossilista *versus* paradigma biotecnológico flexível – pois se, por um lado, a inserção da COOMAC e das comunidades de Bragança foi, inicialmente, motivada pela dinâmica do fornecimento de matéria-prima e recursos naturais para o mercado globalizado de cosméticos, fármacos e óleos essenciais, que trabalha na perspectiva da "floresta em pé", mas que mantém os povos e comunidades tradicionais subordinados às oscilações do mercado, por outro lado, essa posição inicial foi capaz de retirar, em grande medida, as comunidades da lógica de exploração tradicional dos atravessadores e forneceu a elas condições para refletir, criticamente, sobre sua posição no sistema de exploração tradicional e moderna. Neste sentido, pode-se dizer que embora ainda não exista uma autonomia total do mercado, uma vez que continuam a comercializar farinha com atravessadores – mas numa quantidade bem menor, porque passaram a vender para o

PNAE e a levar seus produtos diretamente às feiras locais e regionais – e oleaginosas com firmas globalizadas ligadas ao "capitalismo verde", a autonomia se tornou um horizonte, um projeto da COOMAC junto com as comunidades.

4.2 A COOMAC E A QUALIDADE DE VIDA NAS COMUNIDADES CEARAZINHO, URUPIÚNA E TAUARI

Antes de iniciar a discussão sobre qualidade de vida, é importante observar que o mérito de avaliação dessa variável pertence aos entrevistados, isso porque optou-se por teorias de análise, como as de Souza (2013), que permitem aos sujeitos o livre julgamento em relação àquilo que lhe seja melhor e desejável.

Durante as entrevistas, percebeu-se que qualidade de vida para os cooperados da COOMAC se traduz, principalmente, em melhoria de renda, acesso à moradia, melhorias nas condições de trabalho e aquisição de meios de transporte particulares. Dentre as melhorias citadas, o acesso à moradia foi sublinhado como o mais impactante. Segundo o Sr. João Nelson Magalhães: "pessoas que tinham uma condição menor e tinha uma casinha sem estrutura, hoje já tem casa de alvenaria". Para o Cooperado 02, da comunidade do Urupiúna, pela cooperativa, ele conseguiu comprar sua propriedade e nela construir sua moradia de alvenaria:

> Era meu sonho de criança morar aqui, muito antes de existir COOMAC. A construção dessa casa, tudo foi com dinheiro conseguido através da cooperativa. A minha primeira casa era de palha, a segunda era de telha com barro e essa agora, de alvenaria. De material e mão de obra cheguei a gastar cem mil reais nessa casa (Cooperado 02, comunidade do Urupiúna).

Semelhante à experiência acima, a Cooperada 01 da comunidade do Cearazinho nos contou que a casa própria se tornou possível graças a renda auferida via cooperativa: "Eu não tinha casa, na verdade após a cooperativa e o PNAE eu consegui construir minha casa, graças a Deus".

Durante a pesquisa, entrevistamos cooperados que antes viviam na cidade e posteriormente optaram pela agricultura familiar após avaliarem como vantajosa a proposta de desenvolvimento da COOMAC.

> Eu morava na cidade e vim de lá pra cá, fui atraído e entendi que aqui dentro dá pra se viver, e bem, só que sabendo utilizar aquilo que se tem de riqueza dos recursos naturais. Entendi que a riqueza está na zona rural, dá pra

> explorar de maneira sustentável aquilo se tem na zona rural, né. Então uma das coisas que me motivou foi isso, dá pra viver na zona rural sem precisar criar êxodo. Só pra você ser uma noção, eu vim de lá (da cidade) pra cá (meio rural) (Cooperado 02, comunidade do Cearazinho).

Em relação à renda, apesar de sua elevação, notou-se que o retorno financeiro, via cooperativa, depende do interesse de sua clientela., que basicamente se divide em dois grupos: empresas fabricantes de óleos vegetais e programa governamental de subsídio à merenda escolar. Por isso, o valor arrecadado sofre variação. Sempre que há mudanças de interesse de um dos agentes consumidores, haverá impactos positivos ou negativos nos ganhos dos cooperados. Estamos nos referindo a uma organização de economia solidária desprovida de autonomia suficiente para definir o valor final de comercialização de seus produtos, isso já trouxe sérios prejuízos para seus membros cooperados. No tocante às empresas fabricantes de óleos, a compra de sementes de seu interesse depende das necessidades dos mercados com os quais negocia. Explicaram os cooperados que atualmente o tucumã tem sido a espécie mais procurada por seus clientes, mas já houve situação que era o buriti. Esses produtos não compartilham do mesmo valor. Enquanto o quilo do tucumã varia entre 1,50 a 2,00 reais, o buriti fica entre 5,00 a 6,00 reais. Já em relação aos subsídios que financiam a merenda escolar, foi explicado que a porcentagem máxima revertida em insumos da agricultura familiar, bem como valor a ser pago por cada produto depende do interesse do gestor municipal. Então, quando há mudanças de governo pode haver modificação na quantidade de fornecimento de insumo e valores comercializado. Segundo o cooperado 01 da comunidade do Tauari, quando houve a transição de governo municipal, a nova gestão ofereceu um preço bem abaixo ao valor de mercado, isso gerou descontentamento e prejuízo entre os fornecedores, dando com o exemplo o caso do frango caipira: “A gente tinha muito frango estocado, então vendemos a preço baixo, demos e a outra parte, tivemos que jogar fora porque o prefeito não comprou, ele queria comprar pela metade do preço e nós não aceitamos”.

Muito embora a COOMAC não consiga oferecer uma segurança de renda de maneira mais efetiva aos seus cooperados, ela tem promovido melhorias em ganhos financeiros. Para o cooperado 02 da comunidade do Urupiúna, os trabalhos na COOMAC têm se mostrado positivos. Avalia que houve um salto quantitativo em torno de 200%, representando um retorno mensal de 2 a 3 salários-mínimos. Para o cooperado 02 da comunidade do Cearazinho, a renda via cooperativa se tornou a mais importante para sobrevivência de sua família.

Para Zieger (2018), por meio do cooperativismo, para além da participação democrática e autonomia, é possível estabelecer nas comunidades os benefícios de geração de trabalho e renda, sendo assim é considerado mais uma possibilidade de crescimento sustentável a serviço das economias locais que fortifica a construção de um desenvolvimento rural de forma mais sustentável.

Em relação a fatores de melhoria das condições de trabalho, foram apontados pelos entrevistados o seguinte: terra mecanizada, o acesso a cursos de segurança no trabalho, construções de casas de farinha em alvenaria e a inserção de novas técnicas de produção. A terra mecanizada, recurso utilizado por todos os entrevistados, tem tornado o trabalho no campo menos exaustivo e mais produtivo. Antes de sua utilização, foi relatado que o tempo de trabalho na roça era bem maior que atualmente: "Antigamente, roça se tratava como algo ruim, a gente acordava para trabalhar 4 horas da manhã e encerrava às 8h da noite" (Cooperado 01 da comunidade do Tauari). Para o entrevistado, a economia de tempo tem sido possível com a inserção de tratores nas etapas de produção. Destaca-se que a cooperativa não possui maquinário. O acesso pode ser feito via Prefeitura ou associação comunitária, quando indisponíveis, resta ao agricultor alugar máquinas de particulares. Essa foi uma das dificuldades apontadas pelos entrevistados, sugerindo que a aquisição de tratores pela cooperativa facilitaria muito o acesso dos produtores.

Em relação à casa de farinha, todos os produtores informaram que houve melhoria estrutural, antes era de palha e hoje é de alvenaria. Para o cooperado 03 da comunidade do Tauari, sua casa de farinha está entre as melhores do município: "graças a cooperativa a minha casa de farinha hoje é modelo aqui em Bragança". Observa que ainda há muita coisa a ser feita em relação à infraestrutura básica para produção: "é preciso procurar um jeito de melhorar na base, padronizar a produção da farinha". Para o cooperado 02 da comunidade Tauari, para melhorar os resultados, é preciso unir forças, por compreender que os gestores municipais e estaduais deveriam estar mais envolvidos nessa realização no sentido de oferecer o suporte necessário que a agricultura familiar demanda: "É árduo fazer farinha, então é preciso melhorar isso, o governo e a agricultura familiar precisa andar junto".

Segundo o gestor 02 da cooperativa, quando há união de forças entre instituições é possível obter resultados positivos em relação à agricultura familiar.

> Hoje eu vejo uma mudança enorme dos produtores trabalhando para melhorar suas casas de farinha. Os membros da cooperativa conseguiram melhorar bastante suas casas de farinha, graças à formação e conhecimento adquirido com os trabalhos na cooperativa, sindicato, prefeitura, Emater etc. (Gestor 02 da cooperativa).

Para os cooperados, as mudanças trouxeram impactos sociais positivos. Segundo eles, está havendo um processo de transformação de mentalidade sobre o que representa o trabalho em ambiente rural, bem como a incorporação do grupo à produção agroecológica, o que significa que agricultura passa a ser trabalhada de forma sustentável, sem a utilização de insumos agroquímicos.

> Hoje o cooperado é um agente ambiental, porque ele se preocupa com resíduo dele, além de ser nossa política a preservação da Amazônia. A maioria das pessoa dentro da cooperativa tem esse pensamento, nós temos que preservar, temos que valorizar mais a sociobiodiversidade, então eu vejo ele como um agente ambiental (Gestor 02 da COOMAC).

Um outro destaque positivo percebido em relação a interferência da cooperativa nas comunidades é a reclassificação social do trabalho da agricultura familiar. Com auxílio da COOMAC, a atividade rural que antes era interpretada como a última alternativa de renda de famílias em situação de vulnerabilidade econômica, posteriormente passa a ser valorizada, ocupando uma posição de importante notoriedade para renda e como fornecedora de insumos de qualidade às escolas municipais. O sucesso desse projeto foi possível graças ao apoio oferecido pela gestão municipal do ex-prefeito João Nelson Magalhães, que tinha como meta de governo a valorização e fortalecimento da agricultura familiar. O instrumento utilizado para o atingimento dessa finalidade foi o PNAE. Assim, a Prefeitura sempre priorizava a compra dos insumos da agricultura familiar para aquisição da merenda escolar: "No meu tempo de prefeito,70% da merenda escolar era da agricultura familiar". A partir daí, com a expansão do mercado para os pequenos produtores, o trabalho rural passa a ser um instrumento de superação das dificuldades sociais e um caminho possível de acesso ao mercado justo sem atravessadores.

Segundo Zieger (2018), é comprovado o papel das cooperativas como agentes promotores de desenvolvimento local, mas, para que prosperem, é preciso que estejam integradas a políticas de capacitação, assistência técnica e mercado de maneira a oferecer condições de crescimento. Elas atraem pessoas que compartilham os mesmos objetivos, às instiga para resolução de problemas de forma coletiva. Graças à descentralização das decisões, seus membros passam a se perceber como agentes socialmente ativos, aptos a transformar o meio em que vivem.

4.3 A COOMAC E A JUSTIÇA SOCIAL E AMBIENTAL NAS COMUNIDADES CEARAZINHO, URUPIÚNA E TAUARI

Quando se discute a justiça social, uma questão central levantada por Souza (2013), compreende como a superação das desigualdades socioespaciais a busca da equidade, por meio da produção de igualdade de condições para os sujeitos. Não está colocado no debate a discussão acerca das diferenças de natureza, isto é, a questão de gênero. O centro da discussão é o debate da classe social.

Ao buscar entender se a justiça social é um horizonte para se pensar o desenvolvimento socioespacial na COOMAC e nas comunidades investigadas, pode-se perceber que é trabalhada por meio do acesso a programas de valorização da agricultura familiar, inclusão produtiva, conscientização de direitos e valorização do cooperativismo e outras ações. Porém, ainda há necessidade de gerir melhor o atendimento das necessidades do público cooperado.

Conforme foi apresentado, a COOMAC trabalha sobre duas vertentes: a agricultura familiar e o comércio de sementes oleaginosas, sendo esse último o mais lucrativo. Segundo dados levantados em campo, percebeu-se que a maior parte dos recursos financeiros adquiridos pela COOMAC é canalizada para a usina de produção de óleos e secagem de sementes. Já em relação à agricultura familiar, não foi relatado entre os associados investimentos de grande impacto cuja fonte direta tenha sido a cooperativa.

No contexto das oleaginosas, o retorno financeiro obtido por famílias depende da disponibilidade dentro da propriedade e o acesso a locais de uso comum no interior da comunidade. Isto posto, considerando as três comunidades estudadas, a localidade do Urupiúna, por estar mais próxima do rio Caeté, é a que apresenta maior diversidade e quantidade de matéria-prima. Dessa maneira, há cooperados que dependem de apenas uma espécie para sua renda, outros, porém, sendo atendidos com uma maior variedade. Com base nesse resultado, julga-se importante um trabalho mais efetivo que ampare as localidades com baixa capacidade produtiva de sementes de oleaginosas, para que a atividade de coleta desses frutos não se torne um outro fator de desigualdade entre comunidades, uma vez que o acesso diferenciado aos recursos naturais pode promover o desenvolvimento socioeconômico local daquelas comunidades que os têm em maior abundância em detrimento das outras em que os recursos são escassos. Durante a entrevista com o cooperado 01 da comunidade do Tauari é possível perceber a diferença de oferta de matéria-prima por comunidade:

> Então assim nós da cooperativa, a gente teve essa resposta porque às vezes, de vez em quando está vindo uma respostazinha pra gente, pequena mas tá vindo. Por exemplo, já estamos esperando de novo o tucumã, a partir de fevereiro já começa a safra dele. A cooperativa já começa a correr atrás. Por que a gente não tem outra coisa aqui, por exemplo a andiroba, o murumuru, nós ainda estamos plantado isso. Hoje a cooperativa precisa de matéria-prima que aqui não tem. Nós não fornece andiroba e nem murumuru. Então nós vamos esperar o tucumã (Cooperado 01, da comunidade Tauari).

O associado também explica que a cooperativa tem se voltado fundamentalmente para o mercado de óleos essenciais, o que a rigor não entende como um problema, dado a grande demanda por esse produto, ao fazer isso, porém, deixa pouca margem de recursos financeiros da cooperativa para atender outras demandas daquelas comunidades cuja renda não está relacionada diretamente ao extrativismo das oleaginosas. Assim, por exemplo, ao invés de direcionarem os lucros da cooperativa para compra de máquinas, equipamentos, implementos e insumos voltados à demanda da agricultura familiar, uma vez que a cooperativa também foi criada com esse objetivo, acabam por priorizar a especialização da cadeia produtiva de óleos essenciais, investindo na produção de sabonetes, hidratantes e perfumes como "O Glorioso", que na sua avaliação teve um investimento alto, mas com um retorno muitíssimo inferior ao esperado.

> A cooperativa está focada nos óleos, pois é o que está dando mais lucro para a cooperativa. A cooperativa hoje dá uma despesa de 60 a 70 mil mensal e não temos como manter isso através da agricultura familiar pois o retorno é baixo. Mas nós (agricultores familiares) estamos esperando a oportunidade e assim que abrir mercado a gente entra (Cooperado 01, Comunidade do Tauari).

No tocante ao reconhecimento da diferença de gênero, tal tema, atualmente, não têm sido colocados na ordem do dia das discussões da cooperativa. Porém, com base no estudo, avalia-se que a questão da inclusão social deva ir além de ações de enfrentamento à pobreza, necessitando nela estar incluída a promoção de visibilidade aos grupos minoritários.

Embora não tenha sido relatado por nenhum dos entrevistados ações de equidade de gênero voltadas para promoção do trabalho das mulheres atuantes na cooperativa, para Freire (2009), essas medidas são fundamentais, pois as mulheres ainda são levadas a assumir papéis sociais preestabelecidos, que não as oportunizam para assumir cargos de liderança dentro de instituições. Nesse sentido, a autora sugere que a participação das mulheres deve ser estendida a toda a cadeia produtiva, o que inclui gestão do negócio e comercialização dos produtos. Afirma também sobre a importância de as mulheres estarem inseridas em cursos de gestão e

liderança para que desenvolvam habilidades em uma posição de igualdade em relação aos homens.

Segundo a autora, são poucos os casos em que produtoras rurais recebem o reconhecimento de seu trabalho dissociado à imagem do marido, geralmente, elas são vistas como agentes que prestam auxílio aos cônjuges. Nessa relação se estabelece dependência financeira, ausência de autonomia, a não participação em decisões, desvalorização do trabalho, dificuldade no acesso a bens materiais e imateriais etc.

Para Marcone (2009), onde há igualdade de gênero, há também melhorias no desenvolvimento econômico e um tecido social mais avançado. Segundo a autora, as cooperativas são importantes instituições capazes de oportunizar a ascensão feminina por se tratarem de organizações constituídas com base na democracia, mutualidade e autoempreendedorismo. Com base nesse perfil, torna-se ainda mais urgente promover oportunidades iguais para que dê condições a grupos minoritários o pleno gozo de seus direitos, de modo a contribuir, dentro de um contexto de igualdade de condições, para seu crescimento.

Em matéria de justiça social, graças à parceria prefeitura e cooperativa, a gestão local percebeu a importância de executar o PNAE, o que tem auxiliado na redução das desigualdades spcioespaciais, por meio da inclusão produtiva, conforme já explicado em oportunidades anteriores.

Em relação à justiça ambiental, notou-se que há preocupação entre os produtores com a preservação dos ecossistemas e isso tem despertado interesse sobre a necessidade de abolir práticas, como queimadas e usos de pesticidas, recuperar áreas degradadas, preservar matas nativas, realizar o descarte adequado do lixo doméstico e resíduo da produção e novas práticas agrícolas via os SAFs.

Segundo Embrapa (2015), as queimadas, artifício utilizado para limpeza do solo e que antecede o plantio, podem causar danos na terra como perda de nutrientes, prejuízos na qualidade do ar e alterar toda a dinâmica de um ecossistema. Explicam os entrevistados que graças à conscientização da COOMAC, eles entenderam que se trata de uma prática nociva tanto à biodiversidade quanto à saúde do produtor e pessoas que vivem nas proximidades da área. Por isso, essa prática foi, em grande parte, substituída pela terra mecanizada: “Antigamente era roça de toco, mas ainda tem gente que trabalha assim, mas 95% da comunidade trabalha com terra mecanizada” (Cooperado 02, Comunidade do Tauari).

Em relação ao uso de agrotóxicos, antes da cooperativa, havia muita desinformação sobre pesticidas. Segundo os entrevistados, através de palestras, a COOMAC realiza trabalho

de sensibilização sobre o significado de tais produtos e suas implicações na vida humana e do ecossistema. Com isso, passou-se a difundir nas comunidades alternativas e meios de substituí-los.

> Nós só vamos melhorar se fizer curso e procurar se informar mais. No meu trabalho aqui, geralmente agrotóxico não entra e eu sei o conhecimento. Eu faço caldas com nim, sabão, alho, óleo de cozinha, por exemplo. Uso também folha de mamona com enxofre (Cooperado 2, Comunidade do Tauari).

Em relação à recuperação de áreas degradadas, foi realizado reflorestamento de matas ciliares; proprietários conseguiram recuperar suas nascentes e devolver vida aos igarapés; preservar a existência de espécies nativas, como o buritizeiro: "Derrubava o buritizeiro para tirar o fruto, mas só tirava uma vez e aí acabava. Depois descobrimos que o buritizeiro acaba preservando os igarapés" (Cooperada 01, comunidade do Cearazinho).

Segundo os entrevistados, muitos hábitos nocivos foram superados e, com isso, ganhou-se com a manutenção da vida de espécies nativas, como o tucumã. Nas comunidades, essa espécie era conhecida como praga.

> Hoje, o tucumã tem deixado muita renda dentro das comunidades. O tucumã na zona rural é considerado como praga. Antes, na hora de preparar roça, o cara tocava fogo. Hoje não, ele limpa e deixa lá o pé de tucumã vivo para que no próximo ano ele possa colher o tucumã (Cooperado 02, Comunidade do Cearazinho).

Como inserção de novas práticas de cultivos, citou-se os Sistemas Agroecológicos Florestais (SAFs). Segundo Macêdo (2013), pelos SAFs é possível recuperar áreas degradadas, por permitirem combinar várias plantas em uma mesma área, por isso faz-se uso de culturas diversificadas, além de haver baixa necessidade de utilização de insumos externos como adubos, utilizando-se produtos da vegetação nativa e espécies arbóreas leguminosas. É considerada uma técnica de custo baixo, que beneficia as populações por garantir alimentação saudável e variada. Segundo os cooperados, os SAFs facilitam produzir de maneira compatível com o que demanda a cooperativa, além de ser uma fonte de insumos que abastece o PNAE.

Segundo o secretário da COOMAC, a transição dos produtores para uma racionalidade agroecológica não foi fácil.

> Isso gerou conflito para alguns porque, às vezes, as pessoas está apegada a formas tradicionais e fica difícil de largar. Não foi rapidinho da gente conseguir, ao longo de dez anos teve muita resistência. Hoje, a situação é

> mais branda e o sucesso da cooperativa tem ajudado nisso (Secretário da COOMAC).

No caso da COOMAC, a busca pela justiça ambiental não partiu de dentro das comunidades, ela foi inserida, inicialmente, por instituições como a Cáritas e o GIZ, e, posteriormente, por membros da cooperativa.

Percebeu-se em muitas falas, a preservação do meio ambiente sendo colocada como uma fonte de renda e em poucos momentos ela sendo compreendida como um direito. A presença da justiça ambiental no campo é uma conquista de altas proporções. Em primeiro lugar, por estar se referindo a agentes que também são responsáveis pela segurança alimentar de populações, além disso, esse tipo de trabalho pode sujeitá-lo à exposição direta a produtos de alta periculosidade e outras situações acarretadores de acidentes no trabalho; e por último, é que se refere a pessoas que devem ser contempladas com direitos fundamentais, o que versa a constituição federal vigente no país.

Segundo dados apresentados pelo Relatório Nacional de Vigilância em Saúde em Populações Expostas a Agrotóxicos (BRASIL, 2018), o uso de defensivos químicos dessa natureza na agricultura familiar, é nocivo à saúde devido ao potencial de disseminação do produto pela água, pelo solo, pelo ar, o que pode comprometer diretamente a vida de vários núcleos familiares. Isso ocorre tanto na manipulação, quanto no armazenamento do produto e descarte inadequado de embalagens, por isso há casos de morte por intoxicação e uma série de doenças.

Então, na medida em que são inseridas no meio rural alternativas produtivas que deem condições de uma vida saudável ao indivíduo e ao mesmo tempo agreguem valor nutricional e de mercado com oportunidade de renda, está se realizando a justiça ambiental. Para que isso ocorra de forma satisfatória é preciso formação técnica, acesso de tecnologias no campo e inserção em programas de incentivo, ou melhor, é preciso dar condições ao trabalhador para que possa mudar de caminho de forma integral e consciente.

A atividade rural para os pequenos produtores é desafiadora, em virtude da baixa perspectiva de renda e acesso a recursos, o distanciamento de amparo a programas sociais e a baixa escolaridade. Logo, num contexto repleto por adversidades, a união pode ser a melhor opção. Por isso, o incentivo à criação de cooperativas, no entanto, o que se têm na região bragantina como realidade é a baixa tradição voltada para esse tipo de organização.

> Cooperativa é uma coisa que muita gente que tá de fora não acredita. A dificuldade ainda na questão da união da organização. A nossa cultura ainda

> é muito individualista. A maior dificuldade é esse da cultura do individualismo, dificuldade com o trabalho coletivo, mas muitos já estão começando a entender e a fazer (João Nelson Magalhães, ex-gestor municipal).

Para Ziger (2018), o cooperativismo permite o bem-estar social de seus cooperados, a prosperidade conjunta do grupo, sendo que os resultados dependem de um equilíbrio e justiça entre seus participantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa tinha como objetivo central de estudo analisar se a ação da COOMAC junto às comunidades bragantinas Cearazinho, Urupiúna e Tauari é capaz de promover o desenvolvimento socioespacial, considerando as variáveis autonomia, qualidade de vida e justiça social (SOUZA, 2013) e ambiental. Além disso, de modo mais específico, a pesquisa teve como objetivos: verificar em que extensão a cooperativa tem promovido o desenvolvimento das comunidades em análise, considerando os aspectos da justiça social, autonomia e qualidade de vida; identificar se os aspectos de justiça ambiental e sustentabilidade influenciam o desenvolvimento socioespacial das comunidades pertencentes à COOMAC.

As hipóteses iniciais, já apresentadas de forma mais extensa na introdução do trabalho, que acabaram por se confirmar ao longo da realização da pesquisa, podem ser sintetizadas da seguinte maneira: 1) as ações realizadas pela COOMAC junto às comunidades estudadas têm promovido ganhos substanciais em termos de autonomia individual e coletiva, seja reduzindo a dependência de atravessadores, seja criando um ambiente favorável a participação social dos cooperados nas tomadas de decisão e em processos auto-organizativos; 2) houve melhoria na qualidade de vida, pois os cooperados tiveram sua renda elevada, o que tornou possível a obtenção de ganhos materiais (habitação, transporte, alimentação etc.) e imateriais (autoestima, orgulho e cresça na agricultura como fonte de desenvolvimento); 3) ampliou-se a justiça social já que o cooperado passou a ser compreendido e a se compreender como um sujeito de direitos, se organizando coletivamente para ter acesso à cidadania; 4) a justiça ambiental/sustentabilidade tornaram-se variáveis centrais para se pensar o desenvolvimento, o

uso equilibrado e consciente dos recursos passaram a ser vistos como elementos centrais na trajetória das comunidades.

De maneira geral, a principal contribuição da pesquisa pode ser descrita em dois planos analíticos, desenvolvidos ao longo das argumentações presentes nos capítulos: o plano teórico e o plano empírico. No plano teórico, pode-se dizer que não se estava plenamente de acordo com as considerações de Souza (2013) acerca do desenvolvimento socioespacial, uma vez que suas variáveis – sem sobra de dúvidas fundamentais – autonomia (individual e coletiva), qualidade de vida e justiça social, não contemplavam, a contento, o debate acerca da justiça ambiental e da sustentabilidade, elementos aqui entendidos como de suma importância para a compreensão da vida das comunidades de Bragança, bem como de suas estratégias de inserção econômica no mercado, via COOMAC. Nesse sentido, foi que se trouxe para a discussão a variável ambiental como uma possibilidade de acrescentar novas substâncias à teoria do desenvolvimento socioespacial, especialmente, no quesito potencial de geração de justiça ambiental.

Quanto ao plano empírico, era preciso avaliar se, de fato, a ação da COOMAC foi capaz de promover o desenvolvimento socioespacial das comunidades pesquisadas. Assim, pôde-se constatar que, em termos de autonomia individual, isto é, da capacidade individual de decidir de forma consciente e crítica o caminho que o levará a atingir uma vida plena autonomamente, houve melhorias significativas, pois os cooperados passaram a ter uma melhor compreensão crítica do seu papel na sociedade enquanto agentes estratégicos na garantia da segurança alimentar, com isso passaram a valorizar mais os produtos do seu trabalho, bem como aprenderam novas técnicas de produção agroecológicas que lhes renderam uma maior diversidade de produtos agrícolas, tornando-os aptos a se inserir em programas, como o PNAE, e a acessar novos mercados consumidores, superando, em grande medida, a dependência para com atravessadores.

Em termos de autonomia coletiva, a COOMAC foi fundamental para colocar em prática de forma institucional o cooperativismo. Embora a introdução desse debate tenha se dado via Cáritas Diocesana de Bragança e GIZ, o que provocaram (desafiaram) as comunidades a se organizarem coletivamente para melhoria de sua renda e de sua relação com a natureza. Porém, isso somente se concretizou após a criação da cooperativa, que passou a levar para dentro das comunidades o conceito de sustentabilidade associado à promoção social. Dessa forma, com base nessa nova perspectiva cooperativista, houve uma luta coletiva para produzir de forma sustentável (econômica e ecologicamente), sem perder de vista as

necessidades dos mercados consumidores e de seus novos parceiros, tais como a Beraca, a Natura, a Citróleo Group etc.

No que se refere à qualidade de vida, entendida aqui não somente como uma grandeza material e objetiva, mas também como imaterial e subjetiva, verificou-se que houve melhoria na renda familiar, por causa da comercialização de sementes e a participação em programas governamentais de incentivo à produção familiar; no acesso à moradia bem-estruturada, uma vez que foi possível substituir construções precárias (taipa) por residências de alvenaria; melhoria nas condições de trabalho, pela introdução de maquinários na preparação da terra, da supressão de uso de agrotóxicos e de queimadas; aquisição de meios de transportes particulares, como carros, motocicletas e embarcações. Subjetivamente, pode-se dizer que todas essas melhorias apontadas, permitiu a elevação da autoestima e do orgulho de ser agricultor familiar, superando aquela visão tradicional de trabalho precário e degradante com pouco retorno financeiro e de melhoria de vida.

Já em relação à justiça social, entendida como a busca de igualdade - igualdade efetiva de oportunidades -, de superação das assimetrias e disparidades na distribuição da riqueza material, na possibilidade de participar de processos decisórios e no reconhecimento da dignidade e do valor humano em uma sociedade historicamente pautada nas injustiças sociais, nas desigualdades entre indivíduos e grupos, verificou-se que a cooperativa, de forma genérica e internamente, trabalha com esse tipo de preocupação, segundo seu estatuto e a fala dos entrevistados: de que a todos é dada a oportunidade de forma igualitária, a participação nas decisões e de apresentar suas propostas de melhorias de impacto coletivo.

Quanto às questões relativas ao gênero, ela foi apresentada apenas como dados numéricos, assim, têm-se aproximadamente 30% de associadas do sexo feminino. Para esse público não foi relatado nenhuma ação de promoção à valorização do trabalho feminino e outras medidas que estimulem o desenvolvimento do seu empreendedorismo.

Ficou claro também que, embora existam duas linhas de trabalho dentro da cooperativa, as oleaginosas e a agricultura familiar, na atualidade, os investimentos da cooperativa estão mais voltados ao negócio das oleaginosas, o que é entendido por cooperados como uma assimetria. Observou-se, assim, que a cooperativa não atendeu de forma satisfatória todos os cooperados, principalmente quando se refere àqueles mais focados na agricultura familiar, em comparação à atividade de coleta de sementes. Mas, mesmo diante disso, pelos relatos de experiências, foram unânimes as mudanças de vida para melhor.

Acerca da justiça ambiental ficou evidente na pesquisa que ela não está dissociada da questão econômica, em geral, quando os entrevistados abordaram a problemática ambiental,

foi sempre colocando no centro da discussão o seu potencial gerador de renda e o seu retorno financeiro. Por mais que a teoria da justiça ambiental proposta por Acselrad et al. (2009) busque problematizar as condições de risco ambiental a que estão submetidas às populações marginalizadas e vulneráveis das grandes metrópoles e colocar no centro a luta por direitos ambientais e a uma vida saudável em ambientes ecologicamente equilibrados, o que se constatou, de forma ampla, junto aos cooperados é que a preservação e a manutenção do ambiente não se coadunam com uma “visão romântica" ou idealista de sustentabilidade ecológica, que não coloca no centro a reprodução da vida dos seres humanos.

Concretamente, o que foi verificado nas três comunidades trabalhadas é que a preservação ambiental e a consciência ecológica somente se tornaram uma realidade de fato, uma práxis, no momento em que se percebeu o seu potencial gerador de renda, quando os recursos naturais que antes eram sistematicamente extintos e degradados, passaram a ser valorizados como um provedor de recursos financeiros. Ficou evidente que não desmatar mais as matas ciliares e não queimar mais o tucumanzeiro, por exemplo, é uma possibilidade de maior crescimento dos rendimentos familiares.

Ainda que as comunidades tenham sido atraídas para uma visão ecológica e de sustentabilidade ambiental, inicialmente, pela perspectiva de renda, a história dessa inserção tem mostrado, na prática, a construção de uma nova relação sociedade-natureza. Ao não desmatar as matas ciliares, houve a recuperação de rios e igarapés que estavam em acelerado processo de assoreamento; ao não queimar a capoeira para preparar a terra para o roçado, especialmente de mandioca e macaxeira voltadas à produção de farinha (a roça sem fogo), houve uma melhoria da qualidade do ar e manutenção de nutrientes no solo.

Justamente, associando aquilo que contribuiu no sentido de existência da cooperativa, renda e sustentabilidade é que permitiu notar a ausência do pensamento ecológico-sustentável nas reflexões de Souza (1997; 2002; 2006; 2017) acerca do desenvolvimento socioespacial. Como foi explicado anteriormente, a Campanha da Fraternidade do ano de 2007, cujo tema era Fraternidade e Amazônia, justificou o início dos trabalhos da Cáritas objetivando melhorar a situação de populações em situações de vulnerabilidade, colocando como estratégia a preservação ambiental tanto como a maneira de resguardar recursos naturais para gerações futuras, quanto como fonte de renda às populações residentes em áreas rurais. Após criada, a COOMAC manteve a sustentabilidade entre seus objetivos fundamentais e, a partir dela, inclusive com a comercialização de produtos com certificação orgânica, que os pequenos produtores conseguiram auferir os meios que lhes proporcionaram autonomia, qualidade de vida, justiça social e ambiental.

Diante da reflexão teórica e empírica desenvolvida nesta pesquisa, pode-se diz que o desenvolvimento socioespacial das comunidades agroecológicas pertencentes à COOMAC foi alcançado. A cooperativa tem se mostrado eficiente não só por atender às condicionantes propostas por Souza (2013) em relação ao desenvolvimento socioespacial, como também está inserida dentro de uma lógica de pensamento que elege as economias a sustentabilidade e a justiça ambiental como instrumento de enfrentamento da pobreza.

Ao final da pesquisa junto à COOMAC e as comunidades bragantinas ficou evidente que a dinâmica capitalista nessa região tem se tornado cada vez mais complexa e desafiadora à gestão pública e às políticas de desenvolvimento territorial. Por mais que ainda permaneça uma visão da região como uma "fronteira de commodities", uma região voltada à exploração de recursos naturais, como ouro, ferro, bauxita, caulim, cobre etc., e de produção agrícola (soja e milho), pecuária (gado) e silvicultura (pinus e eucalipto) a ser explorada por grandes empreendimentos econômicos, não se pode deixar de considerar a existência de formas alternativas de produção, como aquelas voltadas à exploração econômica com sustentabilidade ambiental. É importante dizer que esse último grupo, também não é um bloco monolítico, pois como mostrado aqui, neles existem, também, grandes interesses econômicos envolvidos, principalmente, daqueles que buscam explorar a natureza com uso de alta tecnologia voltada à produção de fármacos e cosméticos altamente valorizados no mercado internacional, uma vez que estão encobertos pelo manto da sustentabilidade.

Embora a participação das comunidades de Bragança, Pará, inicialmente tenha se dado por meio do fornecimento de um recurso florestal fundamental para as empresas de cosméticos que atuam nos mercados globais e nacional - a coleta das oleaginosas e a extração dos óleos vegetais -, atualmente se tem plena consciência do processo em sua totalidade e do seu papel nesse processo. Por essa razão é que se tem buscado cada vez mais não se subordinar totalmente a cadeia produtiva das oleaginosas, buscando fontes alternativas de renda, tais como, a produção de farinha certificada e com identificação geográfica (IG da Farinha); a diversificação da produção agrícola voltada ao atendimento da merenda escolar via PNAE; a produção e comercialização de perfumes, cremes, sabonetes e óleos hidratantes produzidos pela própria comunidade e com a sua marca, como foi o caso emblemático do perfume "O Glorioso", desenvolvido em parceria com o perfumista José Luís de Paula Júnior. Além disso, deve-se destacar que a construção e funcionamento da usina de extração de óleos vegetais foi uma forma encontrada para se produzir em maior quantidade e, ao mesmo tempo, poder se libertar da dependência de apenas uma empresa compradora, buscando diversificar

os clientes, via celebração de novas parcerias com empresas que atuam com a produção de óleos de origem sustentável na região.

O trabalho realizado apresentou algumas limitações para sua execução, embora não tenha comprometido seu resultado. É importante destacá-las com aprendizagem para futuras pesquisas com esse escopo. A primeira consistiu na dificuldade em acessar as comunidades pesquisadas. As vias se encontram em precárias situações de trafegabilidade. Por isso, o tempo e o distanciamento entre as localidades foram mais extensos. O segundo fator limitante foi o contexto pandêmico, a COVID-19. Em virtude da situação de calamidade de saúde pública nacional, o acesso às pessoas e visitas a locais interessantes para pesquisa se tornaram inviáveis. O terceiro fator limitante foi a dificuldade em entrevistar cooperadas, por isso a quantidade tão baixa na amostra da pesquisa. O quarto fator limitante, se deu em função da presença do gravador e aplicação de uma entrevista formal como parte de um projeto de pesquisa, isso transmitiu para alguns entrevistados desconforto em relação a certas questões investigadas. Esse comportamento foi percebido à medida que se distanciavam do contexto formal, se mostraram mais à vontade para conversar com a pesquisadora.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo Neves. **O que é justiça ambiental.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ADDOR, Felipe; LARICCHIA, Camila Rolim (orgs). **Incubadoras tecnológicas de economia solidária:** experiência e reflexões a partir da prática. v. 2. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018.

AFONSO, Sandra Regina. Produtos florestais não-madeireiros: do extrativismo à bioeconomia da floresta. In: EVANGELISTA, Wescley Viana (org.). **Produtos florestais não madeireiro:** tecnologia, mercado pesquisas e atualidades. 1. ed. Guarujá: Científica Digital, 2021.

ALVES, Lidiane Aparecida. O que é e como alcançar qualidade de vida? **Boletim Goiano de Geografia**, v. 40, p.1-22, 2020.

ANDRADE, Manuel Correia. **Espaço, polarização e desenvolvimento:** uma introdução à economia regional. 5. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1987.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Campanhas de desterritorialização na Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terras. *In:* BOLLE, Willie; CASTRO, Edna; VEJMELKA, Michael (Orgs.). **Amazônia:** região universal e teatro do mundo. São Paulo: Globo, 2010.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. *In:* BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p.64-89.

BARBOT, Janine. Conduzir uma entrevista de face a face. *In:* PAUGAM, Serge (Org.). **A pesquisa sociológica.** Petrópolis: Vozes, 2015. p. 102-123.

BARCELLOS, Sérgio Botton. Agroecologia entre o debate da justiça ambiental e da democracia: alguns desafios em reflexão. **Educação em perspectiva**, v.7, n. 2, p. 243-262, 2016.

BECKER, Berta K. **Amazônia.** 5. ed. São Paulo: Ed. Ática, 1998.

BECKER, Berta K.; STENNER, C. Um futuro para a Amazônia. *In:* BECKER, Bertha K.; VIEIRA, Ima Célia. **As Amazônias de Berta K. Becker:** ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

BECKER, Dinizar F. **Competitividade:** um novo padrão de desenvolvimento regional. Redes, n. 1, v. 1, 1996.

BERQUE, Augustin. Paisagem marca, paisagem matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. *In:* ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura.** Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.

BOISIER, Sergio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 13, p. 111-147, 1996.

BOISIER, Sergio. Desarrollo (local): de qué estamos hablando?. *In*: BECKER, Dinizar F.; BANDEIRA, Pedro S. **Determinantes e Desafios Contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p.151-185.

BOTTON, Elis Angela; STÜRMER, Arthur Breno. Uma perspectiva espacial para as ações inclusivas no instituto federal farroupilha – IFFAR. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v.6, n.8, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRAGA, Tânia Moreira. Desenvolvimento local endógeno. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 5, 2002.

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento:** as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

BRANDÃO, Carlos. Mudanças produtivas e econômicas e reconfiguração territorial no Brasil no início do século XXI. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. v. 21, n. 2, p. 259-279, 2019.

BRASIL. **Territórios da Cidadania:** Proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário para Redução da Desigualdade Social no Meio Rural Brasileiro. Brasília: MDA/SDT, 2007.

BRASIL. **Relatório Nacional de Vigilância em Saúde em Populações Expostas a Agrotóxicos.** 2018.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia:** uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. Brasília: Mimeo, 2009.

CASTRO, César Nunes; PEREIRA, Caroline Nascimento. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional ATER.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Brasília, 2017.

CAMPOLINA DINIZ, Clélio. Corrida científica e tecnológica e reestruturação produtiva: impactos geoeconômicos e geopolíticos. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v.21, n.2, p.241-257, 2019.

CAMPOLINA DINIZ, Clélio; CROCCO, Marco (Orgs.). **Economia Regional e Urbana:** contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

CÁRITAS. **Fortalecimento da agricultura solidária no Brasil.** LIMA, Osnilda (Org.). Brasília, 2020.

CONCEIÇÃO, M.F.C. Reprodução social da agricultura familiar: um novo desafio para a sociedade agrária do nordeste paraense. *In:* HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina (Orgs.). **No mar, nos rios e na fronteira:** faces do campesinato no Pará. Belém: UFPA, 2002.

CHIARELLO, Ilze Salete. A universidade e seu papel no desenvolvimento regional: contribuições do PROESDE. **Extensão em foco**, n.1, v. 3, p.240-257, 2015.
CRUZ NETO, Otávio. Trabalho de campo como descoberta e criação. *In:* **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 22 ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 51-66.

DIANI, Mario; BISON, Ivano. Organizações, coalizões e movimentos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 3, p. 219-250, 2010.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

D'INCAO, Maria da Conceição. Prefácio: Teoria e prática no estudo do campesinato paraense. *In:* HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina (Orgs.). **No mar, nos rios e na fronteira:** faces do campesinato no Pará. Belém: UFPA, 2002.

ÉGLER, Eugênia Gonçalves. A zona bragantina no estado do Pará. **Revista Brasileira de Geografia**, ano 23, n.3, p. 75-103, 1961.

EMBRAPA. **Alternativas ao uso do fogo na agricultura e as etapas para planejamento de uma queimada controlada.** Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/2471085/ alternativas-ao-uso-do-fogo-na-agricultura-e-as-etapas-para-planejamento-de-uma-queimada-controlada. Acesso em: 15 out. 2021

FREIRE, Nilcéa. O lugar das produtoras rurais no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. *In:* BRASIL. **Cooperativismo de gênero.** Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2009.

FREITAS, Natália Ferreira de; SCHOR, Tatiana. Bioeconomia e a bolsa de mercadorias da Amazônia. **Revista Interesse Nacional**, ano 13, p. 20-25, 2020.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. *In:* BAUER, Martin W; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p.64-89.

GIZ. **Mercados verdes e consumo sustentável**. Agosto, 2020. Disponível em: httpshttps://www.giz.de/en/downloads/Mercados_Verdes_BMZ_15.2131.9001.00_PT_ago2020.pdf. Acesso em: 14 jul. 2021.

GUIMARÃES, Jayne et al. **Preços e produtos da floresta:** uma década de pesquisa e divulgação. Belém: Imazon, 2019.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** 9. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

HELMSING, A.H.J. Teorías de desarrollo industrial regional y políticas de segunda y tercera generación. **Revista Eure**, v. 25, n. 75, p. 5-39, 1999.

HERNANDEZ, Melanie; ROEHRKASTEN. A cooperação alemã para o desenvolvimento: contexto institucional e prioridades políticas. **Revista Tempo do Mundo**, v.3, n.3, p. 155-195, 2011.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Colhendo da natureza:** o extrativismo vegetal na Amazônia. Brasília: EMBRAPA, 2018.

HURTIENNE, Thomas. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. *In:* COELHO, Maria Célia Nunes. **Estado e Políticas Públicas na Amazônia:** gestão do desenvolvimento regional. Belém: CEJUP, 2001.

HURTIENNE, Thomas Peter; MESSNER, D. **Nuevos conceptos de la competitividade**. Berlim: Deutsche Intitut fur Entwicklungspolitik, 1994. v. 1.

ICMBIO. **Catálogo de produtos da sociobiodiversidade do Brasil.** Brasília, 2019. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/catalago_de_produtos_da_sociobiodiversidade_do_brasil.pdf. Acesso em: 6 nov. 2021.

LACERDA, Sophia Costa. **O desenvolvimento territorial rural e as políticas públicas de estímulo à agroecologia:** um caso de Brazlândia. 2016. 190 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Ambiental e Territorial) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

LEBORGNE, Danielle; LIPIETZ, Alain. Flexibilidade defensiva ou ofensiva: os desafios das novas tecnologias e da competição mundial. *In:* VALLADARES, Lida; PRETECEILLE, Edmond. (Org.). **Reestruturação Urbana:** tendências e desafios. São Paulo: Nobel, 1990.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2009.

LEMIEUX, Cyril. Problematizar. *In:* PAUGAM, Serge (Org.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 33-52.

LIMA, Theo Soares. Escala planejamento e autonomia. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 32, p. 64-81, 2018.

LIMA, T.S.; MESSNER, D. Nuevos conceptos de competitividad. *In:* LIMA, T. S.; MARMORA, L.; MESSNER, D. (Orgs.). **Cambio de rumbo en el Cono Sur.** Caracas: Nueva Sociedad, 1998.

LINHARES, Lucas. **O (sub)desenvolvimento na teoria política:** um possível diálogo contemporâneo entre Celso Furtado e Milton Santos acerca dos novos arranjos produtivos, Porto Alegre, v. 30, n.1, p. 57-86, 2009.

MACÊDO, J. L.V de. **Sistemas Agroflorestais, princípios básicos:** Projeto de reflorestamento em áreas sob intensa pressão do desmatamento no sul do Amazonas. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 2013.

MAGNANI, José Guilherme C. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, José Guilherme; TORRES, Lillian de Lucca (Orgs.). **Na Metrópole:** textos de antropologia. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000.

MALHEIRO, Bruno; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; MICHELOTTI, Fernando. **Horizontes Amazônicos.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021

MARCONE, Stefania. Igualdade de gêneros: uma estratégia para o desenvolvimento cooperativo (Italiano/Português). *In:* BRASIL. **Cooperativismo de gênero.** Brasília, 2009.

MARX, Karl. **O Capital:** Crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Volume I, Tomo I).

MIORIN, Vera Maria Favila. Modernização da agricultura e desenvolvimento territorial. *In:* SUZUKI, Júlio César; ARAÚJO, Valterlei Borges de; LARA, Oscar Gerardo Hernández (Orgs.). **Políticas, sujeitos e práticas produtivas no campo latino-americano.** São Paulo: FFLCH/USP, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 9-29.

MONTEIRO NETO, Aristides; BRANDÃO, Carlos Antônio; CASTRO, César Nunes de. Desenvolvimento regional brasileiro: dilemas e perspectivas neste início de século XXI. *In:* MONTEIRO NETO, Aristides; CASTRO, César Nunes de; BRANDÃO, Carlos Antônio (orgs). Desenvolvimento Regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. p. 429-469.

NOBRE, Ismael; NOBRE, Carlos. Projeto Amazônia 4.0: definindo uma terceira via para Amazônia. **Futuribles**, n. 2, p. 7-20, 2019.

OLIVEIRA, A. B.; MOREIRA, E. C. P. Indicações geográficas e agrobiodiversidade no contexto amazônico: a necessidade de um desenvolvimento territorial que leve em consideração a identidade cultural inerente aos produtos oriundos do conhecimento tradicional. **Revista de Direito Econômico Socioambiental**, n. 2, v. 2, p. 261-280, 2018.

PENTEADO, Antônio da Rocha. **Problemas de colonização e de uso da terra na região bragantina do estado do Pará**. Belém: UFPA, 1967. v. 1 (Col. Amazônica).
PINHEIRO, Daniel Calbino; PAULA, Ana Paula Paes. Autogestão e práticas organizativas transformadoras contribuições a partir de um caso empírico. **Desenvolvimento em questão**, n. 33, p. 233-266, 2016.

PIRAUX, Marc et al. Um olhar sobre a diversidade dos Colegiados dos Territórios da Cidadania. **Novos Cadernos Naea**, v. 16, n. 1, p.101-124, 2013.

PORTER, Michael E. A vantagem competitiva das nações. *In:* MONTGOMERY, Cynthia; PORTER, Michael E. **Estratégia:** a busca da vantagem competitiva. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: uma contribuição à ecologia política da região. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 107, p. 63-89, 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PREZZOTO, Leomar Luiz. **Procedimentos para regularização de empreendimentos comunitários, familiares e artesanais**. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza, 2020.

PRIZZIO, Alex. Embates acerca da ideia de justiça social em relação a conflitos sociais e desiguais. **Revista Administração Pública**, v. 50, n. 3, p.355-375, 2016.

QUADROS, João Plínio Ferreira de et al. Relações educativas entre economia solidária e sustentabilidade na feira do agricultor familiar: o papel do educador social. **Revista Humanidade & Inovação**. v.7, n .6. Palmas, 2020, p. 323-336

REIS, Aldebaro Alves et al. Economia solidária na Amazônia: a experiência da incubadora tecnológica de desenvolvimento e inovação de cooperativas e empreendimentos solidários (Incubitec). *In:* ADDOR, Felipe; LARICCHIA, Camila Rolim (orgs). **Incubadoras tecnológicas de economia solidária:** experiência e reflexões a partir da prática. v. 2. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018.

SÁ, Tatiana Deane A. et al. O trem, a agroecologia e a atuação em rede: caminhos e reflexões para o fortalecimento dos núcleos de estudo no Nordeste paraense. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 13, número especial, p. 310-326, 2018.

SANTOS, M. **Economia espacial:** críticas e alternativas. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

SANTIAGO, Débora. **Originária do Pará, farinha de mandioca de Bragança recebe selo de indicação geográfica.** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/originaria-do-para-farinha-de-mandioca-de-braganca-recebe-registro-de-indicacao-geografica. Acesso em: 6 nov. 2021.

SAWYER, Donald. Entraves regulatórios de atividades extrativistas na Amazônia: problemas, enfrentamento e soluções. *In:* BRASIL – CGEE. **Soerguimento Tecnológico e Econômico do Extrativismo na Amazônia**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2011.

SENA, Talita Marques et al. Associação de produtores rurais, uma forma de organização e desenvolvimento local. **Revista Includere**, v. 3, n.1, p.398-406, 2017.

SILVA, Lindomar de Jesus de Souza et al. O cooperativismo como instrumento para autonomia das comunidades rurais da Amazônia: a experiência dos agricultores extrativistas do município de Labrea, AM. **Boletin de la Association Internacional de Derecho corporativo**, 55, p. 199-226, 2019.
SILVA, S.A. As dimensões espacial, territorial e regional no âmbito do planejamento governamental brasileiro. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 98, p. 38-62, 2018.

SILVA, Wagner da; FÖETSCH, Alcimara Aparecida. **Desenvolvimento sócio-espacial e pedagogia da alternância:** entrecruzando caminhos. Curitiba: SINGA, 2017. 20p.

SOS AMAZÔNIA. **Boas práticas para coleta e beneficiamento do Murumuru**. Rio Branco, 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma "teoria aberta" do desenvolvimento sócio-espacial. **Território,** n. 1, p. 5-22.

SOUZA, Marcelo Lopes. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. **Território**, Rio de Janeiro, ano II, n.3, p. 13-35, jul./dez. 1997.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Por uma geografia libertária**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes. Quando o trunfo se revela um fardo: reexaminando os percalços de um campo disciplinar que se pretendeu uma ponte entre o conhecimento da natureza e o da sociedade. **Geousp – Espaço e Tempo,** v. 22,n. 2, p. 274-308, mai/ago. 2018.

TATAGIBA, Luciana et al. Movimentos sociais e políticas públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos. *In:* PIRES Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa Elias (Org.). **Burocracia e políticas públicas no Brasil:** interseções analíticas. Brasília: IPEA, 2018a. p. 105-138.

TAVARES, Hermes M. Estratégias de desenvolvimento regional: abordagens e experiências em tempos e espaços diferentes. *In:* RANDOLPH, Rainer (Org.). **Política e Planejamento Regional:** uma coletânea. Brasília: Gráfica Movimento/MIN, 2013.

VERANO, Thiago de Carvalho; MEDINA, Gabriel. Feiras que promovem a inclusão de agricultores familiares em cadeias curtas de comercialização. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.29, n.1, p. 197-218, 2020.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

ZIGER, Vanderley. Perspectivas do cooperativismo solidário. *In:* União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Org.). **Revista Programa de Educação do Cooperativismo Solidário (PECSOL)**. Brasília, 2018. p.5-7.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturada aplicada aos cooperados da COOMAC em Bragança (PA) durante a realização da pesquisa de mestrado.

1) Identificação do informante
   a) Qual é a sua idade?
   b) Qual é o seu estado civil?
   c) Qual é a sua profissão?
   d) Qual é a sua escolaridade?

2) Qual é a comunidade que você pertence?
   a) Sua moradia está localizada na área rural ou urbana?
   b) Qual é a situação da sua propriedade? Tem titulação?

3) Relação com a cooperativa:
   a) Há quanto tempo faz parte da cooperativa como associado/cooperado?
   b) Por qual motivo você decidiu ser um cooperado?
   c) Quais as principais vantagens em ser um cooperado?
   d) O trabalho coletivo já era uma realidade local ou foi adotado pelos cooperados com o surgimento da COOMAC?

4) Sobre a produção:
   a) O que mudou na sua forma de produzir a partir do momento que passou a fazer parte da COOMAC?
   b) Houve melhoria em relação à produção, renda, acesso a maquinário, orientação técnica após sua inserção na COOMAC
   c) A produção agroecológica tem sido mais vantajosa em relação à anterior convencional. Por quê?
   d) Você depende de atravessadores para comercialização de seus produtos?

5) Em relação à autonomia individual e coletiva:
   a) A todos os cooperados é dado o direito de participar das decisões da cooperativa?
   b) A sua inserção na cooperativa o tornou independente ou menos dependente da ação dos atravessadores e/ou marreteiros?
   c) A cooperativa tem permitido maior aproximação de membros para debater sobre os problemas das comunidades e buscar melhores soluções?
   d) Você se sente realizado como agricultor e cooperado da COOMAC?

6) Em relação ao meio ambiente:
   a) Você considera importante que sua atividade promova a sustentabilidade ambiental?
   b) Como a cooperativa trabalha a questão da sustentabilidade ecológica junto aos cooperados? Na sua propriedade existe agricultura sem fogo (corte e queima)?
   c) Na sua produção faz-se uso de agrotóxicos e sementes transgênicas? Caso não, quais as alternativas utilizadas?

d) Foi possível perceber melhorias no meio ambiente, tais como diminuição das queimadas e derrubadas; redução de poluentes nos igarapés, graças à conscientização e o trabalho desempenhado pela cooperativa?
e) Como a atividade que desenvolve tem contribuído para manutenção e preservação ambiental?
f) Todos os produtores são tratados de forma igualitária?

7) Em relação à qualidade de vida?
   a) Houve melhoria na sua renda desde que passou a fazer parte da cooperativa?
   b) A mudança na forma de produzir e sua participação na COOMAC impactou de alguma forma na melhoria da sua residência e nos eletrodomésticos que possui? O que mudou?
   c) A sua inserção na COOMAC melhorou o seu acesso à saúde, a educação e ao lazer? De que forma?
   d) Com a sua participação na COOMAC houve alguma mudança no seu acesso a transporte coletivo ou individual para levar seus produtos ao mercado?
   e) De alguma forma sua participação na cooperativa mudou a forma como você enxerga a vida e o ambiente ao seu redor?

8) Em relação à justiça social:
   a) Todos os produtores são tratados de forma igualitária pela cooperativa ou existe alguma forma de hierarquia no tratamento ou na distribuição dos benefícios da produção?
   b) Você acha que a distribuição dos lucros/benefícios da cooperativa é realizada de forma justa? Por quê?
   c) Sua participação na cooperativa facilitou o acesso a financiamentos públicos destinados aos produtores familiares?
   d) Como é a participação da mulher dentro da cooperativa? Que trabalho elas desenvolvem?

9) Sobre a Identificação Geográfica da Farinha (IG da Farinha):
   a) Você sabe o que é o IG da farinha?
   b) Como a cooperativa tem envolvido os seus associados no trabalho de obtenção do IG da farinha?
   c) O que você acha que vai melhorar com a conquista da indicação geográfica da farinha?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturada aplicada aos dirigentes da COOMAC em Bragança (PA) durante a realização da pesquisa de mestrado.

1) Identificação do informante
   a) Qual sua função dentro da cooperativa?
   b) Desde quando está na direção da cooperativa?

2) Quando a cooperativa foi fundada, qual é seu número de sócios/famílias e sua distribuição territorial em termos de comunidades?

3) Como está estruturada a administração da cooperativa em termos de organograma (Presidente, diretores, secretários etc.) e existe alguma preocupação em manter a paridade de gênero na gestão?

4) Poderia nos contar um pouco da história da cooperativa, destacando os momentos que considera mais significativos em sua história?

5) Poderia listar as principais conquistas e dificuldades enfrentadas pela COOMAC ao longo de sua trajetória?

6) Quais são os objetivos (propostas) principais da cooperativa e como ela desenvolve suas ações?

7) Quem são os clientes da COOMAC? Poderia destacar os mais importantes em termos da quantidade de produtos comercializados?

8) Quais são os produtos (mercadorias) comercializados atualmente pela COOMAC? Esse portfólio de produtos foi alterado desde a criação da cooperativa?

9) Como é a relação da cooperativa com o poder público (Estado) nos diferentes níveis de governo (municipal, estadual e federal)? Já foram ou são beneficiados com alguma política pública? Qual?

10) Qual é o perfil do sócio cooperado da COOMAC? Esse é o perfil desejado?

11) Como avalia a participação dos cooperados nas tomadas de decisões estratégicas da cooperativa?

12) Como a COOMAC avalia o papel da cooperação para as comunidades de Bragança? A cooperação entre os produtores tem, de fato, promovido o fortalecimento e a agregação das suas potencialidades?

13) O que a cooperativa tem feito para garantir a maior autonomia dos sócios cooperados em termos da produção, do transporte e do acesso ao mercado? Você acredita que a ação da cooperativa reduziu o nível de dependência dos atravessadores?

14) Existe uma preocupação da COOMAC com a qualidade de vida dos cooperados? Em outras palavras, o que a cooperativa tem feito para promover a melhoria da renda e as condições de trabalho dos seus sócios?

15) Poderia listar alguma ação desenvolvida pela cooperativa para melhorar o acesso dos cooperados à saúde, à educação e ao lazer?

16) A cooperativa investe (ou já investiu) em espaços de usos coletivos de sua comunidade (praças, igarapés, campo de futebol, centro comunitário)?

17) Como é trabalhada a questão ambiental (sustentabilidade) pela cooperativa?

18) A cooperativa disponibiliza assistência técnica para produção sustentável?

19) Como avalia a adesão dos sócios cooperados à forma de produção sustentável adotada pela cooperativa? Acredita que a sua ação tem resultado em grandes alterações na maneira como se produzia anteriormente (preparo do solo, combate de pragas, preservação das matas etc.)?

20) Você considera justo e igualitário o acesso aos recursos florestais que são utilizados para produção do óleo pela cooperativa?

21) Todos os sócios cooperados são tratados de forma igualitária pela cooperativa ou existe algum tipo de distinção? Por exemplo, em termos de maior tempo de participação nas cooperativas ou maior participação em termos de cotas etc.

22) A cooperativa desenvolve "ações afirmativas" voltadas a garantir a integração de sujeitos sociais excluídos por sua condição de gênero, etnia, sexualidade ou religiosidade? Quais ações?

23) A cooperativa desenvolve ações no sentido de despertar maior interesse de jovens pelas atividades por ela desenvolvida e oferece-lhes melhores expectativas de futuro?

24) Sobre a Identificação Geográfica da Farinha (IG da Farinha):

- Como surgiu o interesse pela indicação geográfica da farinha?
- Como tem se dado esse processo de aquisição do IG da farinha? Em que estágio se encontra?
- Que instituições estão envolvidas dando suporte para a aquisição do IG da Farinha?
- Quais as expectativas em relação a retorno financeiro, a aumento na produção e à valorização do produto?

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista semiestruturado aplicada a Nelson Magalhães, ex-prefeito e padre, um dos protagonistas fundamentais na criação da COOMAC em Bragança (PA), durante a realização da pesquisa de mestrado.

1) Poderia fazer uma breve exposição sobre o início do processo de criação da COOMAC e do seu envolvimento com ela?

2) Que instituições estavam envolvidas no processo de criação da COOMAC, dando suporte a esse projeto, e como o senhor atuou à época nessa articulação entre elas?

3) Foi o senhor que promoveu a aproximação entre a COOMAC, a DED e a Beraca? Como foi essa aproximação e as resistências para ela acontecer?

4) Fale sobre a sua atuação inicialmente como padre e, posteriormente, como Prefeito de Bragança, quanto a adoção desse novo formato de desenvolvimento para a região a partir da busca pela sustentabilidade (ecológica e econômica)?

5) Essa proposta de desenvolvimento econômico com preservação ambiental é de fato viável como alternativa para as comunidades de Bragança?

6) Quais as principais dificuldades e resistência em relação a esse projeto de desenvolvimento?

7) Poderia falar sobre o processo de Indicação Geográfica da Farinha e do seu envolvimento?

8) Quem concebeu essa ideia e como tem sido a luta pela sua conquista, bem como as resistências?

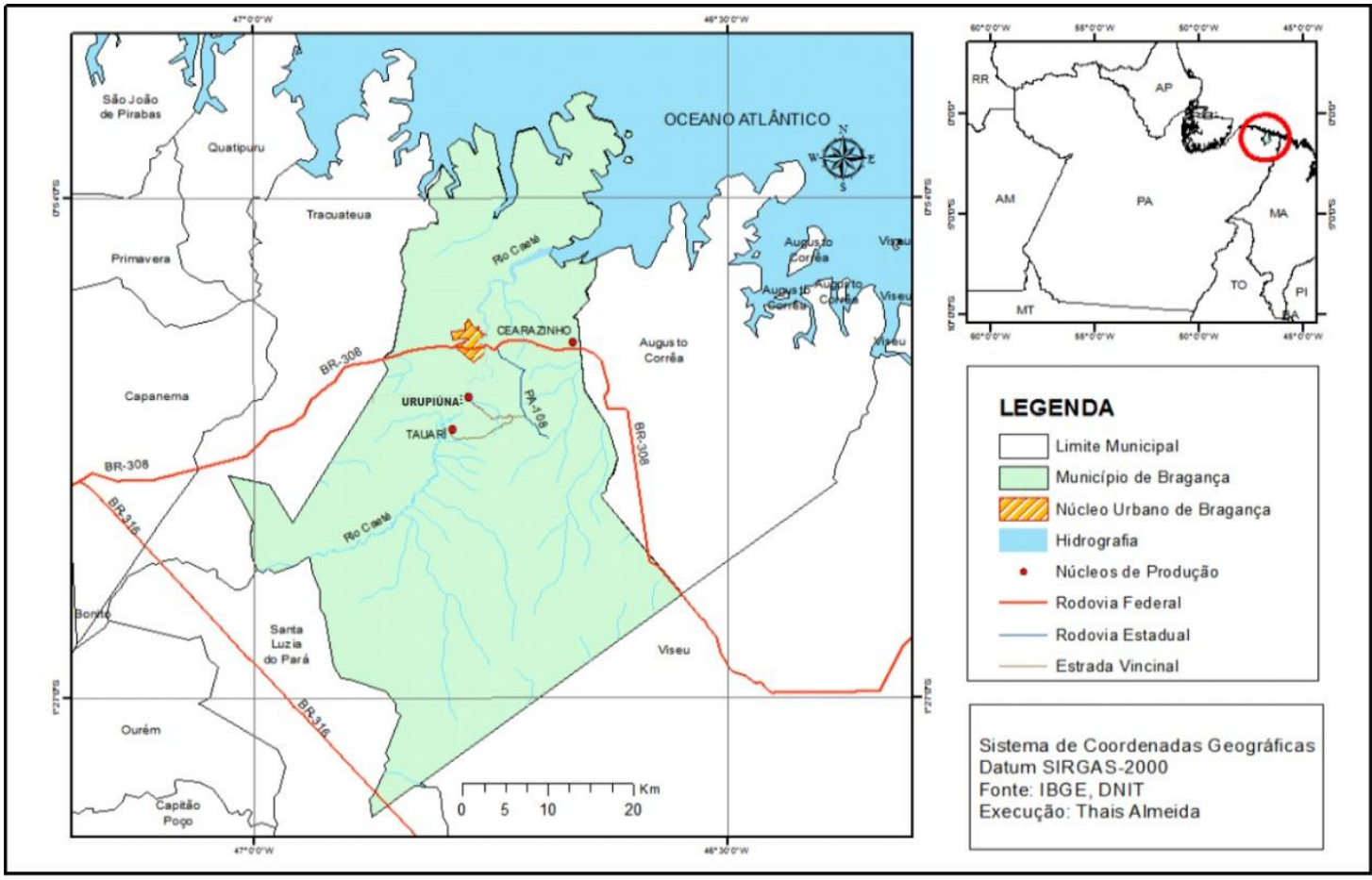
9) Atualmente, o senhor ainda está envolvido com a COOMAC? Poderia falar um pouco sobre seu papel atual junto a ela?

10) Com a sua saída da gestão da Prefeitura de Bragança e mesmo da condição de padre, esse projeto de desenvolvimento sustentável foi abalado?

APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a entrevista semiestruturada

ANEXOS

ANEXO A - Mapa de localização das comunidades estudas (Urupiúna, Tauari e Cearazinho)



ANEXO B - Logo da cooperativa



Foto: Arquivos da cooperativa

ANEXO C - Usina de extração de óleos vegetais



Foto: Arquivos da cooperativa

ANEXO D – Maquinário de extração de óleos vegetais



Foto: Arquivos da cooperativa

ANEXO E - Sementes coletadas e armazenadas na sede da cooperativa



Foto: Autora, 2021

ANEXO F – Produção SAFs, Comunidade do Urupiúna



Foto: Autora, 2021

ANEXO G – Casa de Alvenaria



Foto: Autora, 2021

ANEXO H – Casa de farinha simples



Foto: Autora, 2021

ANEXO I – Casa de estruturada



Foto: Arquivos da cooperativa

ANEXO J – Cosméticos produzido pelas cooperadas



Foto: Arquivos da cooperativa